



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM

**FILHO (É) DA MÃE (?): FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NO
CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM SALVADOR-BA**

Salvador
2021

FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM

**FILHO (É) DA MÃE (?): FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NO
CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM SALVADOR-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilca Oliveira Carrera

Salvador
2021

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

A972 Amorim, Francismare Oliveira de
Filho (é) da mãe (?):famílias monoparentais femininas no contexto
de uma escola pública em Salvador - Ba / Francismare Oliveira de
Amorim. – Salvador, 2021.
192 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família
na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dra. Gilca Oliveira Carrera.

1. Feminismo Negro 2. Território de Vulnerabilidades 3. Maternidade
4. Monoparentalidade 5. Família 6. Mulheres-Mães I. Carrera, Gilca
Oliveira – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. III. Título.

CDU 316.356.2-055.2

TERMO DE APROVAÇÃO

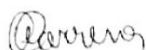
Francismare Oliveira de Amorim

**“FILHO(É) DA MÃE(?): FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NO
CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM SALVADOR/BA”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 23 de julho de 2021.

Banca Examinadora:



Profª. Drª. Gilca Oliveira Carrera
Orientador(a) - (UCSAL)



Profª. Drª. Isaura Santiago da Cruz (UFBA)



Prof. Dr. José Eduardo Ferreira Santos (UCSAL)

AGRADECIMENTOS

Cheguei ao fim dessa trilha de tijolos amarelos como Alice, em “O país das maravilhas”, tendo vivenciado aventuras e incertezas, mas colecionando relações cuidadosas e afetuosas, com respeito e aprendizados. Ufa!!

Nesse percurso feito em meio a uma crise sanitária e humanitária que nos colocou em uma espécie de distopia – máscaras, álcool em gel, a solidão do distanciamento social, mas com o acolhimento das pessoas queridas –, tentei trazer uma construção fiel à minha visão do mundo. Um mundo mais justo, com olhares menos contaminados por pré-conceitos.

Agradeço a Deus, pela força e amor que me preenche; à minha mãe, Vilma, e ao meu pai, Andreino, pessoas com baixa escolaridade, que me ensinaram e estimularam a avançar na educação formal, me mostrando quão bonito e importante é estar na universidade, mas que a sabedoria pode estar em pessoas que não a frequentou. Aos meus pais, agradeço por me mostrarem que a educação é o caminho para a emancipação e o empoderamento. Gratidão à minha irmã, Leide, pelo carinho e preocupação; ao meu companheiro, Bruno, pela paciência, pela escuta, pelo colo, pelos cafés. Gratidão às mulheres-mães, sujeitas desta pesquisa, que mesmo em um momento tão difícil, me concederam minutos preciosos de atenção.

À minha orientadora, a Prof^a. Dr^a. Gilca Carrera, por acreditar em uma bióloga, ex-estudante de Odontologia, que resolveu enveredar pela pesquisa em Ciências Sociais, e por respeitar minhas escolhas e posicionamentos, me ajudando a alçar voos. À Prof^a. Dr^a. Vanessa Cavalcanti, por me ajudar nos primeiros passos desta empreitada. Aos professores do Mestrado em Família e Sociedade Contemporânea, especialmente ao professor José Eduardo, pelas trocas, pelo aprendizado para além dos muros da academia. Gratidão às colegas e amigas Bruninha, Aline e Luana! Obrigada pelo incentivo e escuta amorosa: vocês deixaram o percurso mais leve e bonito. Aos (re)encontros, um brinde! À Polly, colega de trabalho por quinze anos, mas que chegou se transformando em apoio, companhia, presença constante e amorosa. Você é luz! À Claudinha, outro (re)encontro mediado pela pandemia: aproximações afetuosas que deixam a vida mais iluminada. À Wander, César, Jeremias, Cleane, Nice, Álvaro e demais colegas do CECA; à

gestão, Maria Madalena, Gilvã e Davi: vocês me inspiram! Meus agradecimentos e afeto para todos/as vocês!

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Distribuição por configurações familiares específicas dos/das estudantes do turno vespertino do CECA 132
- Gráfico 2** – Distribuição por configurações familiares específicas dos/das estudantes do vespertino do CECA 133
- Gráfico 3** – Distribuição de famílias extensas dos/das estudantes do turno vespertino do CECA 136
- Gráfico 4** – Distribuição das famílias anaparentais dos/das estudantes do turno vespertino do CECA 140
- Gráfico 5** – Caracterização das famílias monoparentais dos/das estudantes do turno vespertino do CECA 142
- Gráfico 6** – Caracterização das famílias monoparentais dos/das estudantes do turno vespertino do CECA 143
- Gráfico 7** – Distribuição das configurações familiares dos/das estudantes do turno vespertino CECA, de acordo com a presença do/da genitor(a) 150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPEN BRASIL – Associação Nacional dos Registradores Civis de Pessoas Naturais

CADÚNICO – Cadastro Único

CECA – Colégio Estadual Clériston Andrade

CEP – Comissão de Ética e Pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

PBF – Programa Bolsa Família

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Não vou mais lavar os pratos

*Não vou mais lavar os pratos
Nem vou limpar a poeira dos móveis
Sinto muito. Comecei a ler
Abri outro dia um livro e uma semana depois decidi
Não levo mais o lixo para a lixeira
Nem arrumo a bagunça das folhas que caem no quintal
Sinto muito. Depois de ler percebi a estética dos pratos
a estética dos traços, a ética
A estética
Olho minhas mãos quando mudam a página dos livros
mãos bem mais macias que antes
e sinto que posso começar a ser a todo instante
Sinto
Qualquer coisa
Não vou mais lavar
Nem levar.
Seus tapetes para lavar a seco
Tenho os olhos rasos d'água
Sinto muito
Agora que comecei a ler, quero entender
O porquê, por quê? E o porquê
Existem coisas
Eu li, e li, e li
Eu até sorri [...]
(SOBRAL, 2000, p. 20)*

Mãe

*Os tanque, as roupas suja, a vida sem amaciante
Bomba a todo instante, num quadro ao léu
Que é só enquadro e banco dos réu, sem flagrante
Até meu jeito é o dela
Amor cego, escutando com o coração a luz do peito dela
Descreve o efeito dela: breve, intenso, imenso
Ao ponto de agradecer até os defeito dela
Esses dias achei na minha caligrafia tua letra
E as lágrima molha a caneta
Desafia, vai dar mó treta
Quando disser que vi Deus
Ele era uma mulher preta"
(Emicida, 2015).*

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto as famílias monoparentais femininas no contexto de uma escola pública em Salvador-Ba. Para tanto, estabeleceu-se por objetivo geral investigar a monoparentalidade de mulheres-mães em um território de vulnerabilidades como o Subúrbio Ferroviário de Salvador. Para alcançá-lo, foram selecionados os seguintes objetivos específicos: i) identificar as configurações familiares de estudantes matriculados/as no turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade; ii) descrever as configurações familiares desses estudantes; iii) investigar as idiosincrasias da maternidade experienciada por mulheres-mães de famílias monoparentais femininas em um território de vulnerabilidades como o Subúrbio Ferroviário de Salvador. Trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativo, de cunho exploratório, na perspectiva etnossociológica, construção epistemológica alicerçada na ecologia de saberes, cuja abordagem está predominantemente forjada na epistemologia feminista negra, mas dialoga com o feminismo marxista de Heleieth Saffioti. Balizaram as discussões: Sueli Carneiro, bell hooks, Patrícia Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Oyèrónkẹ Oyěwùmí, Ochy Curiel, Boaventura de Sousa Santos, Walter Mignolo, Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel. No que diz respeito às técnicas de investigação, optou-se pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa de campo. A coleta de dados se deu por meio de contatos informais com as mulheres-mães, do questionário de perfil socioeducacional utilizado pela instituição de ensino investigada, bem como meu *ponto de vista (outsider within)* enquanto pesquisadora e mulher negra oriunda da periferia. Salienta-se que, em razão dos efeitos da pandemia por Covid-19, foi preciso abrir mão da técnica de coleta de dados que permitiria a construção de narrativas de vida das sujeitas desta pesquisa. As mulheres-mães de famílias monoparentais refletiram que a grave crise sanitária, política e econômica instaurada no país incide com maior força na população negra, pobre, periférica, maiormente de mulheres, ratificando que as desigualdades sociais e raciais do Brasil estão abancadas em uma matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista. O afastamento da escola imposto pelo novo coronavírus trouxe novas formas de interação e, concomitante, corroborou sua importância física como rede de apoio para essas famílias. Filhos e filhas 'são da mãe', porque elas são as principais provedoras de cuidados e recursos econômicos, como comprovam o número predominante de configurações familiares propriamente monoparentais femininas. A diversidade de configurações familiares encontrada demonstra que essas crianças e adolescentes são dos/as avôs/ós, dos/as tios/tias, dos/das primos/as, da vizinhança, da escola, da comunidade, uma vez que esses vínculos são, além de laços de solidariedade, amor, amizade, estratégias de sobrevivência e, porque não, resistência a um Estado que lhes nega direitos, que tem políticas de assistência social insuficientes e/ou ineficazes.

Palavras-chave: feminismo negro; território de vulnerabilidades; maternidade; monoparentalidade; mulheres-mães.

ABSTRACT

The objects of this dissertation are female single-parent families, in the context of a public school in Salvador-Ba. Our general goal was to investigate the single parenthood of women-mothers in a territory of vulnerabilities such as the Subúrbio Ferroviário area, in Salvador. Our specific objectives were: i) to identify the family configurations of students enrolled in the afternoon shift at Colégio Estadual Clériston Andrade; ii) to describe the familiar configurations of these students, and iii) to investigate the idiosyncrasies of motherhood experienced by women-mothers from single-parent families in a territory of vulnerabilities such as the Subúrbio Ferroviário of Salvador. This is a quali-quantitative and exploratory case study, in an ethnosociological perspective; the epistemological construction is based on the ecology of knowledges, whose approach is predominantly forged in the black feminist epistemology, but also dialogues with the marxist feminism of Heleieth Saffioti. The discussions were guided by: Sueli Carneiro, bell hooks, Patrícia Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Oyèrónkẹ Oyěwùmí, Ochy Curiel, Boaventura de Sousa Santos, Walter Mignolo, Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres and Ramón Grosfoguel. We chose bibliographic research and field research as investigation techniques. Data collection took place through informal contacts with women-mothers, a socio-educational profile questionnaire used by the investigated educational institution, as well as my point of view (outsider within) as a researcher and black woman from the periphery. It should be noted that, due to the effects of the Covid-19 pandemic, we could not use the data collection technique that would allow us to build life narratives for the subjects of this research. The women-mothers of single-parent families reflected that the serious health, political and economic crisis in the country has a greater impact on the black, poor, peripheral population, mostly women, confirming that social and racial inequalities in Brazil are grounded in a matrix of colonial, patriarchal, and classist intersectional oppression. The departure from school imposed by the new coronavirus brought new forms of interaction and, concomitantly, confirmed its physical importance as a support network for these families. Sons and daughters 'are from the mother', because they are the main providers of care and economic resources, as evidenced by the predominant number of family configurations that are specifically single-parent females. The diversity of family configurations found demonstrates that these children and adolescents belong to grandparents, uncles/aunts, cousins, neighborhood, school, community, since these bonds are, in addition to bonds of solidarity, love, friendship, survival strategies and, why not, resistance to a State that denies them from their rights, there are insufficient and/or ineffective social assistance policies.

Keywords: black feminism; territory of vulnerabilities; maternity; single parenthood; women-mothers.

SUMÁRIO

1 DA APROXIMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO ÀS TRAJETÓRIAS	11
1.1 DAS ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS.....	31
2 BREVES PERSPECTIVAS SOBRE A FAMÍLIA: (IM)PERMANÊNCIAS FAMILIARES	43
2.1 NOVO(S) QUERER(ES), NOVA(S) FAMÍLIA(S): A INFLUÊNCIA DA(S) MULHER(ES) E DA MATERNIDADE NAS TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES	48
2.1.1 Direitos reprodutivos e políticas públicas: para quem?.....	53
2.1.2 As idiossincrasias da maternidade negra.....	62
3 ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: AS MULHERES-MÃES COMO FRENTE NO CUIDAR, PROVER E PROTEGER	74
3.1 A (SITUAÇÃO DE) MONOPARENTALIDADE DE MULHERES NEGRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	81
4 PERCURSO METODOLÓGICO	98
4.1 PARA DAR CONTA DE NOVAS REALIDADES, O MÉTODO DO MÉTODO	102
4.2 A APROXIMAÇÃO DAS MULHERES-MÃES DO CECA.....	105
4.3 DE QUE TERRITÓRIO ESTAMOS FALANDO? CECA, SUBÚRBIO, PERIFERIA	111
4.3.1. O CECA como orientador de futuro.....	115
4.3.2 O CECA como rede de proteção, cuidado e mediador de políticas públicas	121
4.4 “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA O LUGAR DE FALA	124
5 AS FAMÍLIAS DO COLÉGIO ESTADUAL CLÉRISTON ANDRADE: TESSITURAS EM UM TERRITÓRIO DE VULNERABILIDADES	130
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE 1 – TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA	184
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	186
ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	187

1 DA APROXIMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO ÀS TRAJETÓRIAS

Era comum ouvirmos da minha avó materna a frase “O filho é da mãe”. Essa expressão traz componentes que demonstram a responsabilidade diferenciada que era (e é!) atribuída às mulheres: não só gerar, mas abrir mão da sua individualidade em prol dos/das filhos/as. Ademais, essa locução reforça a cultura da irresponsabilidade do homem pela paternidade afetiva e da sua condição de provedor apenas em sentido material. Esse pensamento contribui, portanto, para o fortalecimento do mito do amor materno e para a legitimação da divisão sexual do trabalho, como explicam Elisabeth Badinter (1985) e Fernanda Andrade Leal (2017).

A frase “O filho é da mãe” foi revisitada por mim algumas vezes, ao longo da vida. Como graduanda, durante o trajeto para o Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, quando observava a presença quase que exclusivamente feminina na porta do Instituto Pestalozzi da Bahia¹. Enquanto professora da educação básica, ao observar a predominância feminina nas reuniões de “pais” e mestres.

De acordo com Ana Paula Maia (2018), as mulheres representam 80% da docência da educação básica no Brasil; as mães e as avós predominam nas reuniões de “pais” realizadas pelas escolas; e as adolescentes e jovens são a maioria em muitos cursos. Passei a atentar para o fato de que, ao usar a noção do gênero masculino como “neutro” na Língua Portuguesa “[...] se parte do pressuposto de que o homem é ‘universal’”, é o “padrão” que representa a todas e todos”. Portanto, usar de forma genérica o termo masculino “professores”, “pais” ou “alunos”, onde a prevalência é de mulheres, também contribui para a invisibilização de mulheres e meninas (MAIA, 2018, p. 7).

Não há neutralidade na linguagem, uma vez que ela pode transmitir e reforçar relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas estabelecidas entre os sexos em cada sociedade, em diferentes esferas (TOLEDO *et al.*, 2014). Ao extrapolar o aspecto linguístico do termo genérico “pais”, verifica-se que seu uso obscurece a condição de sexo-gênero da “participação familiar”, haja vista a possibilidade de identificar, ao estabelecer elo entre a relação família-escola e as relações de gênero,

¹ O Centro de Atendimento Educacional Especializado Pestalozzi da Bahia, Escola de Educação Especial, presta atendimento educacional especializado aos/às estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD, com idade a partir dos 02 anos de idade. Está situado no bairro de Ondina, Salvador.

a participação prevalente das mães na trajetória educativa e de escolarização da sua prole. Observa-se que esse acompanhamento assume caráter obrigatório para essas mulheres-mães, revelando uma divisão sexual do trabalho educacional que perdura e é tida como natural pela própria escola e por profissionais da educação do sexo feminino (CARVALHO, 2004).

É patente que o uso incorreto da linguagem falseia a realidade social: “[...] fomentam-se as exclusões de sempre e se reproduzem estereótipos que mantêm uma cultura sexista e convencimentos que sustentam falsas crenças e discriminação na população” (TOLEDO *et al.*, 2014, p. 24). A naturalização dos distintos lugares sociais, que devem ser assumidos por homens e mulheres, banaliza a penalização das mulheres que decidem (ou não tem outra alternativa para garantir sua sobrevivência e a da sua família) pela inserção no mercado de trabalho, ainda que com empregos mal remunerados e excessiva carga de trabalho. Dessa forma, acabam por acumular trabalho reprodutivo e produtivo.

Por trás das expressões “amor, só de mãe”, “por trás de todo homem, existe uma grande mulher”, “minha avó foi pega no laço”, “criado-mudo”, “quarto de empregada”, “da cor do pecado”, “não sou tuas negas”, “mulata”, “mulher sábia edifica o lar”, “comporte-se como uma mocinha”, “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, por exemplo, existem resistências patriarcais e coloniais que sustentam desigualdades de gênero que podem estar interseccionadas com outras desigualdades raciais, regionais, geracionais e religiosas.

Maria Berenice Dias (2010) aponta que a expressão “O Filho é da mãe” costuma ser utilizada com conotação ofensiva, na perspectiva de desqualificar a mãe de alguém, em uma censura à vida sexual desta. Já Lourdes Bandeira (2009), extrapola o debate acerca do sentido depreciativo da expressão, uma vez que a ela se relaciona a deserção da paternidade e a bastardia, demonstrando que a dominação masculina está engendrada “[...] tanto na recusa do pai em reconhecer sua condição de genitor, quanto na exigência à mulher-mãe em provas para que sua criança não permaneça somente *filha da mãe*” (*ibidem*, p. 20). Embora a locução, quando não usada pejorativamente, se limite a afirmar uma verdade (afinal, todo mundo é filho/filha de uma mulher), ela evidencia uma das expressões de violência moral e social que alicerçam e mantêm as desigualdades de gênero e sistemas de

dominação patriarcal hierárquicos (BANDEIRA, 2009). Tais condições concorrem para a subalternização das mulheres, destacadamente, das racializadas².

Convém acrescentar que o termo “raça”, tradicionalmente, foi empregado para caracterizar uma população em relação à outra, no intento de evidenciar a noção de supremacia racial ou da raça pura. Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2009) argumentam que o conceito de raça se estrutura a partir do racismo, que tem como mecanismo social a exclusão que afeta a todas as pessoas envolvidas, atingindo-as, todavia, de forma diferenciada. Esse aspecto é destacado por Lélia Gonzalez (2020a [1988]), ao sublinhar que a realidade histórica para as amefricanas do Brasil e de outros países da região, inclusive as ameríndias, tem forte influência da raça.

Assim, a experiência histórica da escravidão negra, apesar de sofrida por homens, mulheres, crianças e idosos, reverbera na discriminação sexual reproduzida através de práticas sexistas do patriarcado dominante (inclusive, por homens negros), colocando as mulheres negras na condição de “discriminadas entre os discriminados”. Lélia Gonzalez (2020a [1988]) evidencia a superexploração socioeconômica e sexual das mulheres amefricanas evocando um ditado “popular” brasileiro: “Branca pra casar, mulata pra fornicar, negra pra trabalhar” (*Ibidem*, p. 148).

Esse cenário nos dá pistas para responder a alguns porquês acerca de serem as mulheres negras as que ocupam em maior número a base da pirâmide social e serem as que experienciam os piores indicadores de qualidade de vida. Como avaliou Beatriz Nascimento (2006a [1976]), a escravização estabeleceu o lugar da mulher negra na hierarquia social do país e o sistema econômico pós-abolição se alimentou dessa hierarquização: recorrendo a artifícios mais ou menos discriminatórios, para que às mulheres negras fosse reservada a condição de subordinação ou exclusão no mercado de trabalho (como não citar a “boa aparência”, ou o “é quase da família”?). Concomitantemente, a partir da consolidação do mito da democracia racial, verificamos o escamoteamento de sujeitos da exploração contra essas mulheres e os prejuízos materiais e simbólicos

² Utilizaremos o termo “racialização” em uma perspectiva mais ampla do que a redução às pessoas negras, aspecto explorado por Françoise Vergès (2020). A autora destaca a necessidade de evidenciar os efeitos que marcas sociais como cor, costumes, religião, língua ou outro distintivo da condição branco-cisheteropatriarcal, fabricada pela colonialidade, exercem na discriminação, exclusão, exploração e desprezo dessas mulheres.

sofridos por elas. Embora tenhamos visto alguns avanços conceituais (como o racismo estrutural e institucional) e materiais (como o Estatuto da Igualdade Racial³), recentemente, mulheres negras continuam sendo percebidas como diferentes e inferiores às pessoas brancas.

Diante de tais condições, consideramos mister racializar o debate em torno da condição de mulheres-mães que, em um ambiente predominantemente negro como o Subúrbio Ferroviário de Salvador, experienciam o racismo em várias nuances. De acordo com Sílvia Almeida (2019), apesar de existirem vários conceitos e tipologias de racismo, ele, por ser fundamento estruturador das relações sociais, é estrutural, tendo em vista que a estruturação se dá pela formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que frequentemente coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor em detrimento de outro. Portanto, para pesquisar aspectos relacionados à condição de mulheres negras, em sua maioria, como as mulheres-mães que compõem esta pesquisa, deve-se considerar que o racismo, via de regra, atravessa suas experiências.

Trazemos a importância de percebermos os papéis sociais e as imagens de controle ao estudar aspectos que sejam capilarizados pelas condições vivenciadas pelas mulheres negras. Intelectuais como Lélia González e Patricia Hill Collins, apesar de teorizarem sobre mulheres negras de países com bases sociais distintas (Brasil e Estados Unidos, respectivamente), contribuem para que entendamos os tolhimentos e entraves que afetam esse grupo no mercado de trabalho e, em proporção mais abrangente, os controles sociais sobre suas trajetórias de vida. Como não relacionar essas condições ao fato de que a maioria das mães solas no Brasil é negra (representam 61%) e dentre as que sustentam a casa com filhos/as de até 14 anos (64,4%) estejam abaixo da linha da pobreza, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2018)? Como desconsiderar os atravessamentos na vida de mulheres negras e periféricas, diante de uma sociedade racista, machista e sexista? Como desconsiderar que o abandono paterno é algo ainda mais cruel para essas mulheres?

Lourdes Bandeira (2009, p. 17) destaca que a “deserção paterna popularizada”, como prática social, envolvia mulheres das classes populares,

³ Antiga reivindicação de movimentos sociais, a Lei Federal nº 12.288/2010 começou a tomar forma com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003.

negras, primordialmente, ocorrida desde o Brasil colônia. Anne-Marie Devreux (2009), ao discutir o não-reconhecimento paterno como fato social, destaca a dominação masculina apoiada na exploração da disponibilidade e engajamento das mulheres nas suas responsabilidades familiares e sociais. Essa análise nos convida a refletir sobre a elaboração e implementação de programas sociais, cuja centralidade da família perpassa pela interpelação das mulheres como mães e se delinea a partir da conformação da maternidade, via maneiras de educar e cuidar da família e das crianças, e sobre os impactos das políticas públicas sobre as famílias monoparentais.

A dominação masculina também é evidenciada por Bandeira (2009) quando há associação entre ser mulher e ser mãe, pois, para a autora, essa representação se baseia na naturalização e no inatismo da maternidade à mulher. Concordamos com Lourdes Bandeira e rejeitamos o essencialismo e a biologização da maternidade. O termo “mulheres-mães”, como trataremos genericamente as participantes desta pesquisa, cunhado por Ester Silva (2018) para investigar os desafios e as estratégias educativas de mulheres das camadas populares, será utilizado sob a perspectiva que considera as dimensões “mulher” e “mãe” para evidenciar o protagonismo feminino e como são mobilizadas socialmente para se ocuparem da socialização e educação dos/das filhos/filhas.

Friso a concepção, ainda muito presente na sociedade brasileira, de que à mãe cabem os cuidados com a educação dos/as seus/as filhos/as. Nesse cenário, as mães “solteiras”⁴, sobretudo as de classes populares, quando se constata o “insucesso” dos seus filhos durante a trajetória escolar, podem ser estigmatizadas. As qualidades negativas atribuídas às famílias pobres, em especial às mães que vivenciam a maternidade-solo, podem supor que elas não deem atenção ou não se importem com seus filhos e filhas. Nesse âmbito, a escola, como espaço de reprodução social, pode guardar concepções estigmatizantes acerca das configurações familiares que diferem do modelo nuclear e das múltiplas configurações que se constroem nas relações sociais do cotidiano das famílias

⁴ Rejeitamos o termo “mãe solteira” por percebermos implicações de julgamento moral atreladas a essa terminologia. Compreendemos que a maternidade não se relaciona ao estado civil e que, em uma sociedade ainda assentada na base patriarcal e machista, é preciso desconstruir algumas expressões que reforçam essa cultura. No presente trabalho, utilizaremos o termo “mãe solo” para designar as mães que são as principais ou as únicas responsáveis por sua prole.

organizadas em um território de vulnerabilidade. Tal condição pode fomentar tensões na relação família- escola.

Tal discussão reforça que a linguagem não é algo “natural”:

[...] é uma construção social e histórica, que varia de uma cultura para outra, que se aprende e que se ensina, que forma nossa maneira de pensar e de perceber a realidade, isto é, o mundo que nos rodeia e o que é mais importante: pode ser modificada. (TOLEDO *et al.*, 2014, p. 24).

O despertar para essa linguagem impregnada de relações de poder – material e simbólica –, compreendendo-se poder como atributo de quem têm maior valor, pode contribuir para a manutenção de uma ordem social que perpetua as desigualdades e o sexismo (PRAUN, 2011). Nesse sentido, a expressão “filho da mãe” traz implicações bastante complexas e que repercutem iniquidades de gênero, raça e classe social.

Percebemos que as palavras trazem, imbricadas, uma leitura de gênero. Saffioti (2011) assinala a relevância de retificar a língua – haja vista se tratar de fenômeno social – a fim de expurgar o sexismo. Para a autora, os usos da linguagem e das nomeações, inclusive pelos/pelas estudiosos/estudiosas de gênero, ao tratar as categorias de análise, carecem de atenção no escopo de não oferecerem argumentos ao sistema capitalista patriarcal, para legitimação da dominação-exploração exercida sobre as mulheres. Como minudencia Silvana Mariano (2003, p. 4),

[...] disto resulta uma dupla aplicação do conceito de gênero, como categoria analítica, visando a compreender e explicar as formas de subordinação das mulheres; e como categoria política, servindo de instrumento para construir identidades e de arcabouço para propor alternativas de luta que transformem a condição de subordinação, visando à equidade de gênero.

Concordamos com Heleieth Saffioti (2011) e propomos interlocução com a linguagem como lugar de insurgência e resistência da mulher negra trazida pelo feminismo negro, por intelectuais como Lélia Gonzalez (2020a [1988]) e suas “Amerifricanidades” e seu “Pretuguês”; Conceição Evaristo e suas “Escrevivências” (2003); a “Dororidade” de Vilma Piedade (2020), do “Quilombismo” de Beatriz Nascimento (2006b [1982]). Elas nos ensinam a refutar explicações fornecidas pelo

olhar hegemônico brancocêntrico europeu e oferecem uma reinterpretação epistemológica à luz de saberes, práticas e experiências cotidianas de resistência das populações negras e indígenas. A força desses conceitos traz a importância da inscrição desses corpos e da valorização de sua história pessoal para construir epistemologias para, como citado por Patrícia Hill Collins (2020, p. 165), “[...] enriquecer nossa compreensão de como os grupos subordinados criam conhecimento que fomenta tanto seu empoderamento quanto justiça social”. Não podemos perder de vista a relevância do uso dos termos *empoderamento*, *lugar de fala* e *lugar de enunciação*, enquanto conteúdos políticos.

Joice Berth (2019) ressalta o protagonismo dos movimentos sociais, destacadamente do Feminismo Negro brasileiro – intrinsecamente relacionado ao Movimento Negro – para visibilização das narrativas e enfrentamento à subalternização de grupos historicamente oprimidos. É sob essa perspectiva que destaca o *lugar de fala*, cunhado por Djamila Ribeiro, que nos explica que o termo não se trata de silenciar vozes e sim oferecer visibilidade aos sujeitos/as historicamente silenciados/as, inviabilizados/as. Como nos explica a autora, o lugar de fala está muito mais relacionado à de onde se fala do que à do que se fala, uma vez que “[...] o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2019, p. 69). Outrossim, lugar de fala pode ser forma de refutação da hierarquização de saberes decorrente da hierarquia social e (re)construção da historiografia tradicional, detalha a autora.

Já o *empoderamento*, à luz do pensamento do Feminismo negro, se constitui instrumento de luta pelo direito de existir e justa distribuição das prerrogativas sociais no sentido de “[...] olhar para os acúmulos e questioná-los no sentido de promover um recuo em nome de uma transformação social e completa [...]” elucida Joice Berth (2019, p. 65). Aqui trazemos a importância do lugar de enunciação que, como explica Mônica Zoppi Fontana (2018, p. 66) “[...] é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo”. A enunciação é, portanto, o processo de subjetivação que gera, concomitantemente, um saber e um modo de falar sobre si, concorrendo para a construção de um *lugar de fala*, elucida Fontana (2018).

Entendemos, com isso, que *lugar de fala* bem como *lugar de enunciação* são instrumentos para o *empoderamento*. Cecília Sardenberg (2006) destaca que o processo de empoderamento deve apontar para todas as estruturas e fontes de poder relevantes e cita Nelly Stromquist (2002, 1995, p. 232 apud SARDENBERG, 2006, p. 6), para sintetizá-lo enquanto teoria:

[...] o empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente).

Essa compreensão suscitou o desejo de ouvir⁵ a voz de mulheres-mães que vivem a monoparentalidade⁶ feminina – configuração familiar em que a mulher assume sozinha a parentalidade, cuidados e educação dos seus filhos e filhas, que pode implicar, precipuamente, nos setores mais empobrecidos da população, em sobrecarga dessas mulheres-mães, vulnerabilização social e econômica de suas famílias, bem como na sua estigmatização –, mas também entender os mecanismos que essas mulheres-mães usam para superar os entraves que fazem parte da trajetória que inclui educação, escolarização, família e escola.

Destaco o uso político e crítico dos termos *empoderamento*, *lugar de fala* e *lugar de enunciação* para investigar mulheres-mães em um território de vulnerabilidades, porque a escuta dessas narrativas bem como do meu *ponto de vista*⁷ enquanto pesquisadora e mulher negra oriunda da periferia, *outsider within*⁸,

⁵ As minorias têm sua voz e essas vozes precisam ser escutadas. Entendemos que muitas dessas mulheres-mães são agentes de suas dinâmicas familiares, são pessoas ativas na sua realidade, no seu território. Optamos por usar a terminologia “ouvir” a voz, por considerarmos que “dar” a voz, é assumir um altruísmo presunçoso que não confere a essas mulheres-mães o devido protagonismo.

⁶ Vitale (2002) explica que a expressão “famílias monoparentais” foi cunhada por Nadine Lefauchert, na França, desde a metade dos anos 70, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários/as filhos/as com menos de 25 anos e solteiros/as.

⁷ Ochy Curriel (2020) baliza uma discussão que traz a perspectiva do uso do *ponto de vista* na produção de uma epistemologia e metodologia feministas como possibilidade de questionar a lógica masculina e “objetivista” da Ciência. Em uma perspectiva decolonial, o *ponto de vista* não se trata apenas de auto definição na produção de conhecimento, mas a produção de um conhecimento que leve em conta a geopolítica, raça, classe, sexualidade, capital social e outros posicionamentos.

repercutem em uma pesquisa que evidencia meu lugar de enunciação e, definitivamente, é afetada por minhas interpretações e minhas *realidades vividas*.

Trabalhos pautados em realidades vividas se descolam das categorias analíticas pura e simplesmente e se relacionam à compreensão profunda de como foram produzidas. A sua interpretação expõe como a matriz de opressão atua nas nossas vidas, como somos afetadas por opressões como o racismo, a heterossexualidade, o colonialismo e o classismo, com suas expressões estruturais, ideologias e aspectos interpessoais, como nos explica Ochy Curiel (2020) ao citar María Lugones. Nesse cenário, me coloco em cena, me evidencio e evidencio essas mulheres-mães, a sua (e a minha relação) com esse território. Nos trago como sujeitas, como vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados e reivindico respaldo na epistemologia feminista negra (COLLINS, 2020, vide item 1.1).

As dificuldades para acessar as mulheres-mães beneficiárias do Programa Bolsa Família⁹ (PBF), sujeitas¹⁰ desta pesquisa, em um dos piores momentos da crise sanitária e humanitária causada pelo COVID-19, começou a se concretizar desde o fechamento das escolas em março de 2020. A inviabilização do desenho metodológico previsto para esta investigação se materializou ante a ausência de uma conduta nacional padronizada e coesa para o enfrentamento da pandemia, o que dificultou a adoção e a implementação de medidas qualificadas para diminuir as interações sociais que se intensificaram desde o período eleitoral até as festividades de final de ano e do carnaval.

O relaxamento das medidas de proteção e a circulação de novas cepas do vírus propiciaram o agravamento da crise sanitária e social, esta última intensificada pela suspensão do Auxílio Emergencial que, estabelecido pela Lei nº 13.982/2020

⁸ O termo *outsider within* cunhado pela intelectual Patrícia Hill Collins (2016) não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optamos por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro”.

⁹ O Programa Bolsa Família é um programa focalizado que estabelece condicionalidades para a manutenção do benefício, com vistas à redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil. Foi criado em 2004 pelo governo federal, através da Lei Federal n.º 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 5.209/2004 (BRASIL, 2004).

¹⁰ Optamos pela utilização do termo sujeito conforme Eder Sader, que lhe atribui o sentido de agente. O autor aponta a emergência dessa noção no Brasil e sua presença nos discursos nas comunidades de base. Tal terminologia também foi adotada por Dirce Koga, cujos estudos serão utilizados no presente trabalho (SADER, 1991, p. 55 apud KOGA, 2011, p. 36). Em alguns momentos da escrita, o termo será flexionado em gênero e grafarei “sujeita(s)” a fim de evidenciar o protagonismo das mulheres-mães desta pesquisa.

(BRASIL, 2020a), que instituiu a renda básica emergencial nos valores de R\$ 600¹¹ e R\$1.200 (para mães solo) no intuito de atenuar impactos socioeconômicos devido às medidas de isolamento para contenção da pandemia. Contudo, esse auxílio teve os valores iniciais cortados pela metade, entre os meses setembro e dezembro de 2020.

Afora essas questões, de acordo com a nota técnica produzida e divulgada pela Assistência Social no Consórcio Nordeste (2021), de dezembro a fevereiro de 2021, a Bahia foi o estado com maior corte de benefícios do Bolsa Família em todo o país. A necessidade de buscar recursos para sua manutenção, em meio ao agravamento da pandemia de COVID-19, indubitavelmente, interferiu na realização da pesquisa de campo conforme fora delineada.

Não é acaso que a população negra seja a mais acometida que outras populações por essa grave crise sanitária e social, e raça tem sido um determinante social definidor das condições de proteção e de resposta à COVID-19, como denuncia a pesquisa publicada por Nisida e Cavalcante (2021), com base em estudo desenvolvido pelo Instituto Pólis: as taxas de mortalidade ajustadas descortinam que homens negros têm maior risco de morte (52%) do que homens brancos, bem como mulheres negras expõem maior mortalidade (56%) do que mulheres brancas. Ser preta ou parda, devido às influências negativas que o racismo exerce sobre as condições de vida, especialmente, sobre o acesso à saúde, resultando em condições desiguais de nascer, crescer, adoecer e morrer, como exposto por Jurema Werneck (2016), portanto, é um fator determinante para a mortalidade entre mulheres. As taxas das mulheres negras estão mais próximas da mortalidade de homens (brancos) do que de outras mulheres identificadas como brancas.

A divulgação dos dados raciais durante a pandemia visibilizou desigualdades. Há maior letalidade do vírus entre pessoas negras, em todas as faixas etárias, níveis de escolaridade e municípios com médio e alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (MILANEZI, 2020). Mulheres negras sofrem com maior precarização de condições de trabalho – não podemos perder de vista que o trabalho doméstico tem sido essencial e são as mulheres negras que constituem a maior força de trabalho

¹¹ O valor de R\$ 600,00 era pago a pessoas que fazem parte do cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI), os/as contribuintes individuais do INSS, autônomos/as e trabalhadores/as informais que não recebem nenhum outro benefício do Governo Federal (com exceção do Bolsa Família). No máximo duas pessoas por família podem receber o auxílio emergencial de R\$ 600 (BRASIL, 2020a).

doméstico, segundo dados publicados em 2020 pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020). Em agosto de 2020, uma pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha mostrou que, entre as pessoas que se autodeclararam negras, 49% tinham o Auxílio Emergencial como única fonte de renda, contra 38% entre os brancos. Dentre as com menor renda, 61% utilizavam o dinheiro do auxílio para compra de alimentos (DATAFOLHA, 2020).

Diante de todas as condições supracitadas, da luta pela sobrevivência e do fechamento da escola (importante rede de apoio para essas mulheres-mães, muitas vezes, a única) desde março de 2020, o que dificultou sobremaneira o acesso a elas, da fragilização emocional e do agravamento da luta dessas mulheres-mães por condições objetivas de sobrevivência, eu, como mulher negra que viveu no Subúrbio Ferroviário de Salvador e nele atua como professora da Rede Estadual de Educação há quase vinte anos, me vi diante da necessidade de contextualizar as relações estabelecidas por essas mulheres-mães nesse território e trazer minha experiência e meu *ponto de vista* como possibilidade de reverberar suas vozes.

A escrita em primeira pessoa, que aparecerá em alguns momentos neste trabalho, está em consonância com a construção de uma epistemologia que me afastou, paulatinamente, do positivismo que pautou minha formação acadêmica não só como bióloga, mas também como estudante de Odontologia. Enquanto mulher negra e periférica, professora da rede pública estadual em uma escola da periferia, optei por estudar experiências de mulheres majoritariamente racializadas, empregando elementos da epistemologia feminista negra. Citando Patrícia Collins (2020, p. 143), “[...] nenhum acadêmico ou acadêmica está isento/a de ideias baseadas em culturas específicas tampouco em sua localização no interior das opressões intersectadas de gênero, classe, sexualidade e nação”. Essa possibilidade de análise me aproximou da epistemologia feminista negra e das leituras de intelectuais como Lélia Gonzalez, cujo papel pioneiro na criação do feminismo negro brasileiro, arraigado em movimentos sociais, referências e experiências históricas, em correspondências com outras mulheres negras, articulando a raça, o gênero e a classe, me orientou na condução e construção de um arcabouço epistemológico sustentado na teoria e na prática, preocupada em vincular a experiência do vivido (coletivamente) à observação e à teoria.

Quando me expresso no plural, é porque acredito ser essa uma das formas de se fazerem ouvir outras vozes que me antecederam. Trata-se de uma forma de me reforçar enquanto sujeito coletivo que se constituiu (e continua se constituindo), a partir de uma soma de experiências e vivências que me atravessaram ao longo da vida de mulher negra, periférica, que acessou espaços privilegiados de construção do conhecimento, como a academia. Nesse sentido, as palavras jamais poderiam ser unicamente minhas.

De acordo com o preconizado por Boaventura de Sousa Santos (2007), verificamos a necessidade de uma mudança profunda no campo do conhecimento que extrapole a teoria educacional e a escola, que segue tensionada entre ser a instituição que transmite e socializa o conhecimento científico e a necessidade de conhecer o mundo sobrepujando o mundo da ciência, sob uma ótica holística de sociedade. Daí a importância de estabelecer uma relação dialógica com outras formas de conhecer, como as produzidas pelos setores populares e pelos movimentos sociais.

Ochy Curiel (2020) evidencia a experiência vivida como fonte de conhecimento que, para além de evidenciar o lugar de enunciação, sendo ponto de partida ético fundamental, possibilita não só nos autodefinir como produzir um conhecimento que leve em conta a geopolítica, a raça, a classe, a sexualidade, o capital social, entre outros posicionamentos. Nessa perspectiva, recorro ao *privilégio epistêmico*¹² enquanto mulher negra, de origem periférica que morou por mais de trinta anos no território estudado e nele atua profissionalmente há quase vinte anos e ao meu status *outsider within*, de pesquisadora feminista negra, para refletir um olhar distintivo em relação ao *self*, à família e à sociedade como possibilidade de reverberar as vozes dessas mulheres-mães que vivenciam os desafios da monoparentalidade aprofundados durante a pandemia e que, por isto, têm dificuldades para se fazerem ouvir: apesar dos percalços, essas mulheres-mães, moradoras da periferia têm muito a dizer.

Trago o *ponto de vista* como possibilidade metodológica prevista pela epistemologia feminista negra para legitimar minha pesquisa, não apenas por me

¹² O privilégio epistêmico não significa que outras pessoas não possam investigar e entender realidades que afetam outras pessoas. Contudo, por se relacionar às condições concretas, autorizam um ponto de vista mais fidedigno e mais abrangente, assentado nas experiências coletivas e vivências compartilhadas por um determinado grupo, normalmente, marginalizados e oprimidos (COLLINS, 1990 apud CURIEL, 2020).

proporcionar a visualização de formas diversas de sociabilidade dessas famílias monoparentais e suas mulheres-mães como para sobrepujar as opressões estruturais, desenvolver pensamentos que repercutam diferentes olhares e perspectivas. Assim, assumo o lugar de *outsider within* para, enquanto pesquisadora negra, oriunda do território no qual esta pesquisa foi desenvolvida que, em decorrência da dificuldade de encontrar mulheres-mães elegíveis e em condições emocionais e materiais suficientes para participarem formalmente deste estudo, reivindica suas experiências para reportar fatos sociais que podem ser omitidos ou distorcidos por quem não compartilha essas vivências e território. Entretanto, destaco que assim como mulheres brancas e negras têm experiências diferenciadas, mulheres negras também vivenciam diferenças, tendo em vista que não são um grupo monolítico.

A despeito das mulheres negras terem elos em comum, certos temas serão vivenciados de maneiras diferentes em virtude das diferenças de classes, idades, regiões e preferências sexuais, bem como por mulheres em configurações históricas diferentes, nos lembra Patrícia Hill Collins (2016). Ressalto, com isso, que a vivência das mulheres negras, à luz da abordagem cultural, por sua natureza concreta e histórica, conduz ao afastamento necessário entre eu, enquanto pesquisadora, e o objeto, as mulheres-mães, pois como nos explica Collins (2016, p. 111), “[...] não existe uma cultura das mulheres negras que seja homogênea; existem construções sociais das culturas das mulheres negras que juntas formam a sua cultura”.

Destaco esse aspecto porque, apesar de usar meu *ponto de vista* de mulher negra e periférica, oriunda do Subúrbio Ferroviário, não sou mãe e usufruo de condições materiais e repertório cultural intrínseco a quem pode frequentar espaços educacionais como a universidade. Por isso, resguardo e respeito às idiosincrasias inerentes às mulheres-mães com as quais conversei informalmente.

Itacaranha, território onde foi desenvolvido o presente estudo, integra o Subúrbio Ferroviário de Salvador e encerra grande complexidade, pois são percebidas características peculiares tanto de subúrbio quanto de periferia, no que tange à questão espacial, conforme Jeremias Pinto (2017)¹³.

¹³ O subúrbio, de acordo com Martins (2001 apud PINTO, 2017, p. 27), caracterizava-se como “remanescente do rural”, pois mesmo durante a fase de industrialização, havia terrenos que serviam para moradas de operários, lotes espaçosos e casas com enormes quintais com fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins e muitas flores. A periferia, nesse cenário, é a contraposição ao subúrbio: enquanto o subúrbio se apresenta como “ruralização” da cidade, a

Ao destacar a categoria “território de vulnerabilidades”, tratamos território na perspectiva de Santos (2001, p. 96), que considerava este conceito como “[...] fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [...]”, na perspectiva de (re)conhecer seus sujeitos e agentes bem como seus interesses. Já o conceito de vulnerabilidades se alicerçou no debate feito por Mary Castro e Miriam Abramovay (2004) que analisaram o conceito de vulnerabilidade social superando a referência única a “riscos”. As autoras recorrem ao conceito de vulnerabilidades sociais para tentar construir novos sentidos e identificar potencialidades de acionar atores e atrizes para resistir e enfrentar situações socialmente negativas. Haveria, por conseguinte,

[...] uma “vulnerabilidade positiva”, quando se aprende pelo vivido a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de forma criativa. Seria portanto o conceito constituinte desse plano de vulnerabilidade (a vulnerabilidade positiva) subsidiário dos debates de Bourdieu (2001, original publicado em 1989) sobre capital cultural, social e simbólico, ou seja o que se adquire por “relações de comunicação”, tomando-se consciência de violências simbólicas, do que aparece como arbitrário. É quando as vulnerabilidades vividas trazem a semente positiva de “um poder simbólico de subversão” (Bourdieu, 2001: 15). (CASTRO; ABROMOVAY, 2004, p. 3)

Acreditamos que essa junção contribuirá para que avancemos na investigação acerca das mulheres da periferia, da sua vivência de maternidade, suas escolhas educacionais e profissionais e do conjunto de regras estabelecidas pela sociedade que determinava (e ainda determina) como devem (ou deveriam) se comportar assentadas em um espaço¹⁴ e território que influenciam sobremaneira a “lida” com suas famílias, as dinâmicas familiares, seus modos de vida, trazendo, inclusive, possibilidades de ressignificação, resistências e re(existências).

periferia traz a urbanização patológica que nega “[...] as transformações, as emancipações, as civilizações e até as promessas revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização”.

¹⁴ Coadunamos com Milton Santos (2004), que compreende o espaço como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente. Esse espaço, por suas características e por seu funcionamento, reproduz as relações sociais e evolui pelo movimento da sociedade total. Nessa perspectiva, Milton Santos apresenta o espaço como uma instância da sociedade; como um fator social e não somente como um reflexo social. Ele diferencia território e espaço, pois é “[...] a utilização do território pelo povo cria o espaço” (*ibidem*, p. 233). Nesse sentido, o território precede o espaço e representa um dado fixo, delimitado, uma área que pode ser construída e desconstruída por relações de poder que envolvem uma série de atores que territorializam suas ações ao longo do tempo (SANTOS, 2004).

Frente a esse contexto, ao longo dessa sistematização, tentaremos situar essas mulheres-mães e suas famílias no território no qual a escola se insere, pois consideramos ser possível estabelecer uma relação intrínseca entre territórios e sujeitos, ou sujeito e população, o que “[...] permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de um lugar [...]” consoante Dirce Koga, (2011, p. 26). Para além disso, a produção do efeito de território ou vizinhança encontra elementos explicativos em dimensões, dentre outras, ligadas ao perfil de estudantes e de suas famílias, cultura do território, por exemplo (BATISTA; CARVALHO-SILVA; ALVES, 2017). Assim o debate dimensionado no território por entendê-lo como parte do processo de construção da cidadania e da inclusão social. A partir desse contexto, emergiu a vontade de investigar a monoparentalidade de mulheres-mães de estudantes do Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA) atentando às idiossincrasias do exercício da maternidade em um território de vulnerabilidades como o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

As seguintes questões nortearam esta pesquisa:

- Quais experiências atravessam a maternidade dessas mulheres-mães, maiormente negras?
- Quais as idiossincrasias relacionadas à monoparentalidade de mulheres-mães, via de regra, negras?
- Quais redes de proteção social são acessadas por essas mulheres-mães de famílias monoparentais?
- Qual o papel da escola na experiência da maternidade dessas mulheres-mães?

A partir dessas questões norteadoras, estabelecemos como objetivo geral: investigar a monoparentalidade de mulheres-mães em um território de vulnerabilidades como o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Para alcançá-lo, foram selecionados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as configurações familiares de estudantes matriculados/as no turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade.
- Descrever as configurações familiares de estudantes matriculados/as no turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade.
- Investigar as idiossincrasias da maternidade experienciada por mulheres-mães de famílias monoparentais femininas em um território de vulnerabilidades como o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

- Analisar o papel do Colégio Estadual Clériston Andrade enquanto rede de proteção social acessadas pelas mulheres-mães de famílias monoparentais.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: capítulo um, “Da Aproximação do objeto de estudo às trajetórias”, no qual estabelecemos interlocução entre o feminismo marxista de Heleieth Saffioti e o feminismo negro de Françoise Vèrges, Sueli Carneiro, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Oyèrónkẹ Oyěwùmí e Ochy Curiel. Apesar do empenho em manter certo rigor epistemológico, adotamos intelectuais negras que podem ser “classificadas” em vertentes diferentes. Todavia, concordamos com Patrícia Hill Collins (2019) que defende a possibilidade de ponderar a construção de um domínio em comum a partir dos distintos rasgos constitutivos pelos quais os feminismos negros se estabeleceram e permitiram seu reconhecimento enquanto território de militância e de epistemologias. A aproximação entre o marxismo, enquanto teoria e método, para a compreensão material do racismo e do sexismo e funcionamento do capitalismo é mediada por Silvio Almeida (2016). Questionamos a hegemonia dos conhecimentos eurocentrados, da ausência e do apagamento de referências de intelectuais negras e negros na (re)produção dos conhecimentos determinados pela *colonialidade do ser, do saber e do poder*. Demarcamos o diálogo com Patricia Hill Collins (2016), enfatizando a utilização da *teoria do ponto de vista*, para assinalar o fato de que todo conhecimento é posicionado e assumir o lugar de *outsider within*, requerendo a posição privilegiada de quem, ao conviver na margem, tem entendimento diferenciado sobre as dinâmicas que circunscrevem as sujeitas da pesquisa.

Apresentamos as *Epistemologias do Sul* como possibilidade de enfrentamento ao epistemicídio e ferramentas de reconhecimento e validação do conhecimento (re)produzido por sujeitos/as vitimados/as pelas injustiças, exclusões e dominações determinadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. A *ecologia de saberes* viabiliza o reconhecimento e o diálogo horizontal entre as diferentes epistemologias existentes no mundo. Dialogamos com Ochy Curiel (2020), Boaventura Sousa Santos (2007), Walter D. Mignolo (2003), Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2020) (vide 1.1).

No capítulo 2, “Breves perspectivas sobre a família: (im)permanências familiares”, tecemos ponderações acerca da influência do patriarcado nas relações e modelos familiares, suas repercussões nas relações sociais de gênero e assimetrias

na divisão sexual do trabalho e no mercado de trabalho. Consideramos a importância da articulação do conhecimento em redes intelectuais que incorporem classe e as categorias de raça e sexo para compreender a vulnerabilização de homens e mulheres negros e negras, destacadamente das mulheres, tendo em vista a aproximação dos sujeitos e do território no qual nossa pesquisa será desenvolvida.

Nesse sentido, tratamos a perspectiva de autores/autoras como Heleieth Saffioti (2013 [1976]), Ana Liési Thurler (2009), Lélia Gonzalez (2020a [1988]), Beatriz Nascimento (2006a [1990]), Angela Davis (2016 [1981]) que reportam a influência do patriarcado na sociedade como estrutura intimamente ligada ao poder, baseada em hierarquias internas de poder e de papéis, mas coexistindo com diversidades familiares.

A relação da mulher e a maternidade também foi abordada, haja vista influenciar decisivamente em mudanças na família a partir da perspectiva social, econômico e cultural. Para além dessas questões, não podemos deixar de assinalar, o lugar que as mulheres negras ocupam na sociedade, a desqualificação de sua fecundidade e as experiências de discriminação que, frequentemente, marcam sua trajetória em diferentes espaços sociais, que concorrem para sentimentos de baixa autoestima. Para discutir sobre isso, usamos intelectuais de diferentes perspectivas teóricas, mas que possibilitam interessantes possibilidades de interlocução. Publicações como as de Elisabeth Badinter (1985), Heleieth Saffioti (1987; 2011), Lélia Gonzalez (2020a [1988], 2020c [1979], 2020d [1982]), Ana Maria Goldani (1989; 2005), Cláudia Fonseca (2007; 2009), Sílvia Federic (2017; 2019), bell hooks (2020), Sueli Carneiro (2011a [2003]), Vilma Piedade (2017), dentre outras, foram utilizadas como ferramentas para essa discussão.

No capítulo três, “Entre público e privado: as mulheres-mães como frente no cuidar, prover e proteger”, refletimos sobre a relevância de considerar a heterogeneidade da categoria mulher, sublinhando sua pluralidade, perpassando pela discussão acerca da multiplicidade de opressões de gênero, classe e raça/etnia que contribuem para o caráter não-hegemônico desta categoria. Dialogamos sobre a importância das relações familiares e das redes de suporte, especialmente, a escola, como fatores de proteção e cuidado para as classes populares.

Esse adensamento teórico-epistemológico nos parece útil para nos aproximarmos da complexidade das relações familiares, em especial, das monoparentais femininas, em territórios de vulnerabilidade, presentes no nosso

estudo. Em seguida, foi feito um breve debate em torno dos significados diversos das transformações familiares para os diferentes segmentos sociais. Em uma sociedade de classes, tais mudanças repercutem de formas distintas porque o acesso a recursos é desigual. Famílias pobres e negras, por exemplo, raramente são descritas, entendidas ou aceitas em seus próprios termos, sendo retratada como “desorganizado” e “instável” porque não se aquiesce com o modelo idealizado, que é o modelo nuclear. Dialogamos com escritos de Flávia Biroli (2018), Lélia Gonzalez (2020b [1983]), Beatriz Nascimento (2006c [1990]), Sueli Carneiro (2020 [1985]), Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020), Regina Louise Davis-Sowers (2006), dentre outras.

No capítulo quatro, discutimos o percurso metodológico, apresentamos os procedimentos metodológicos, as características do campo de pesquisa, o perfil das sujeitas e os procedimentos de coleta de dados que nos aproximaram da realidade estudada. Nossa discussão assinala o papel do racismo como base estruturante e estrutural da sociabilidade brasileira, como eixo articulador das relações de gênero, patente nas políticas públicas e sociais, nas instituições e das relações sociais. Nossa escolha decorre do esforço de interpretação da realidade histórica. Buscamos uma construção epistêmica articulada às vivências e narrativas de famílias pobres, de periferia, bem como minha experiência de mulher negra, que viveu por muitos anos e trabalha na periferia. Para além desse aspecto, propomos visibilizar/valorizar a produção intelectual negra como estratégia de enfrentamento ao epistemicídio¹⁵ e contribuição para (re)pensar e modificar o olhar sobre as relações sociais e étnico-raciais na academia e outros espaços sociais como a escola.

É mister enfatizar o papel da raça e do racismo para o debate sobre relações de gênero e políticas públicas visibilizando as maiorias minorizadas¹⁶ como as mulheres que compõem as periferias e o nosso território de estudo. Dialogamos com o feminismo negro de Lélia Gonzalez (2020a [1988]), Sueli Carneiro (2020 [1985]),

¹⁵ Definido, sob a ótica atenta de Sueli Carneiro (2011a [2003]), como o extermínio do conhecimento do outro, através da definição do que é saber/conhecimento válido e do que não é (a partir da leitura oportuna de Michel Foucault e seu conceito de biopoder).

¹⁶ Esse termo foi cunhado pelo Professor Doutor Richard Santos para, através do dispositivo racialidade, para analisar como o grupo social majoritariamente formado por pretos/pretas e pardos/pardas (negros/negras) conforme categorização do IBGE, embora conformem a maioria demográfica brasileira, constituem-se minoria em termos de acesso a direitos, serviços públicos, representação política (SANTOS, 2020).

bell hooks¹⁷ (2020), Kimberlé Crenshaw (2002) e Angela Davis (2017; 2016 [1981]), mas estabelecemos com vistas a acompanhar e a identificar as dinâmicas de possibilidades vividas por essas mulheres-mães sujeitas desta pesquisa. Utilizamos raça/classe/gênero e o capitalismo como categorias políticas que são veículos/vetores que engendram e fomentam a opressão das mulheres, mas também como possibilidade de ampliação dos instrumentos de análise da agência e organização das mulheres.

No capítulo cinco, “As famílias do Colégio Clériston Andrade: tessituras em um território de vulnerabilidades”, que traz os resultados da pesquisa, abordamos as mulheres-mães enquanto elos entre redes familiares, comunitárias e institucionais, destacando as lacunas existentes nos serviços públicos, políticas públicas e, principalmente, em relação ao sistema de assistência de crianças e adolescentes das periferias, no que tange à saúde, à educação, à moradia e ao lazer; são parte da explicação para que avós e avôs, tios e tias, enfim, as redes de parentesco, sejam ampliadas nas classes populares a fim de assegurar cuidado e sustento de seus membros.

Ressaltamos que, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), conforme registro da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), declarou o surto do novo coronavírus como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (HISTÓRICO, 2020). Decisão relacionada à busca por aprimoramento da coordenação, cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “[...] um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata” (HISTÓRICO, 2020, sem paginação). A partir desta data, o mundo voltou a vivenciar, pela sexta vez¹⁸ na história, uma

¹⁷ O nome “bell hooks” foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. A escolha da letra minúscula é justificada pelo interesse da autora em dar mais enfoque ao conteúdo desenvolvido em suas obras e menos a sua pessoa.

¹⁸ As outras foram: 25 de abril de 2009 – pandemia de H1N1. 5 de maio de 2014 – disseminação internacional de poliovírus. 8 agosto de 2014 – surto de Ebola na África Ocidental. 1 de fevereiro de 2016 – vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas. 18 maio de 2018 – surto de ebola na República Democrática do Congo. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, de acordo com publicação da Organização Pan-Americana da Saúde (HISTÓRICO, 2020).

Em março de 2020, a OMS declarou a pandemia¹⁹ do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2 e, embora evitasse usar o termo com frequência para não causar pânico na população, o número de casos de COVID-19, doença provocada pelo vírus fora da China, epicentro inicial da pandemia, começava a se espalhar e causar mortes em outros países²⁰. Diante do avanço dos casos na Bahia, o governador Rui Costa (BAHIA, 2020a) e o prefeito de Salvador, ACM Neto (SALVADOR, 2020a), suspenderam as aulas nas escolas privadas e públicas. No mesmo decreto, a prefeitura de Salvador determinou o fechamento de diversos estabelecimentos comerciais e espaços públicos. Assim, começaram as medidas previstas para evitar o avanço rápido do novo coronavírus cuja manutenção perdura, em parte, até o presente.

A humanidade foi confrontada por um vírus altamente transmissível, que causa grave síndrome respiratória, dentre outros danos. Após dezessete meses do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, que identificou a primeira contaminação pelo novo coronavírus no final de fevereiro de 2020 (PRIMEIRO, 2021), seguimos com baixa cobertura vacinal: de acordo com dados divulgados pelo Portal do Ministério da Saúde, dia 03 de julho de 2021, época de finalização da escrita do presente trabalho, cerca de 15,93% de brasileiros/as maiores de 18 anos foram vacinados/as (BRASIL, 2021a). Até esta data, conforme Painel Coronavírus do Ministério da Saúde, o Brasil registrava mais de meio milhão de óbitos (521.952) e alcançava a incrível marca de 18.687.469 casos de COVID-19 (BRASIL, 2021b). Na Bahia, segundo boletim divulgado dia 03 de julho de 2021 pela Secretaria de Saúde do Estado, SESAB (BAHIA, 2021a), o número de infectados já ultrapassara os 1.135.261 casos confirmados e registrava 24.235 óbitos.

Medidas protetivas implementadas pelo poder público, como uso obrigatório das máscaras, por prazo indeterminado, no transporte público municipal, ambientes de trabalho (público ou privado), carros particulares com mais de uma pessoa e

¹⁹ O termo é utilizado quando uma epidemia – grande surto que afeta uma região – se espalha por diferentes continentes, com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 11 ago. 2020.

²⁰ OMS decreta pandemia do novo coronavírus. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

trabalhadores do comércio informal continuam fundamentais e obrigatórias e, após quase um ano de suspensão das aulas da rede estadual de Educação, as atividades escolares foram retomadas de forma remota em março de 2021, entretanto, sem previsão para retorno presencial. Protocolo de higiene (lavar as mãos, usar álcool gel permanecem imperativos), compondo um cenário no qual as pessoas seguem amedrontadas e muitas famílias têm maiores dificuldades para assegurar sua sobrevivência. A máxima, propagada em todos os lugares, é: “se puder, fica em casa”.

É nesse contexto de extrema vulnerabilidade emocional, social e econômica, que fomos desafiadas a delinear um percurso metodológico que atendesse aos objetivos inicialmente previstos na pesquisa, mas sem desconsiderar as vicissitudes experienciadas por todos os sujeitos envolvidos neste trabalho.

1.1 DAS ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS

A elaboração de uma pesquisa científica é perpassada por escolhas, reflete preferências, riscos e caminhos a serem percorridos. Realizar uma investigação com mulheres-mães de famílias monoparentais, em um território de vulnerabilidades, sob o contexto de pandemia, nos confrontou com uma realidade posta por Minayo (2001) que destaca a historicidade do objeto das Ciências Sociais. Já Ochy Curiel (2020) cita Donna Haraway (1995) para destacar a importância da reflexividade, do *ponto de vista* e da historicização do/da pesquisador/a. Ou seja, as autoras propõem que se evidencie o lugar de enunciação que, certamente, influenciam as interpretações sobre as pesquisas realizadas. Sendo, portanto, um ponto de partida ético.

Os caminhos iniciais desta pesquisa me conduziram à interlocução com o feminismo marxista de Heleieth Saffioti que reivindica a relevância da “ordem patriarcal de gênero” em seus estudos. Para Saffioti (2011), a categoria gênero está imbrincada à ideologia patriarcal. Logo, tratar a opressão das mulheres balizando-se tão-somente por gênero “[...] distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2011, p. 136). O uso do conceito gênero, conforme perspectiva de Heleieth Saffioti, nos lança ao questionamento da estrutura de poder desigual entre mulher e homens e, conseqüentemente, ao cerne da engrenagem de exploração-dominação masculina.

Entretanto, ao entender patriarcado não apenas como sistema social em que homens mantêm o poder, o privilégio social e o controle das propriedades como, adicionalmente, “[...] outra forma de nomear o sexismo institucionalizado [...]” (HOOKS, 2020, p. 13), nos reportamos ao fato discutido anteriormente neste trabalho: a opressão sexista não deve ser pautada em uma perspectiva unicamente masculina. Embora homens usufruam o sexismo de modo institucionalizado para sustentar seu poder de dominação sobre as mulheres, ambos podem reproduzi-lo, pois foram socializados para pensarem e serem sexistas (HOOKS, 2020). Nesse viés, a resistência à dominação masculina perpassa pelo enfrentamento do patriarcado e de novos olhares sobre o feminismo, pois, “[...] o feminismo envolve muito mais do que igualdade de gênero. E envolve muito mais do que o gênero [...]” reivindica Angela Davis (2018, p. 99). Isso nos reporta à importância da raça como “[...] dimensão estruturante do sistema-mundo moderno decolonial [...]”, nos situam Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2020, p. 11), tendo em vista que superar a negação da raça é a forma de reconhecer a realidade da diferença em todos os níveis, no escopo de estabelecer políticas concretas de solidariedade com via à sororidade genuína e à construção de um feminismo antirracista, ensina bell hooks (2020).

Gabriel Nascimento (2019) pondera que o racismo cria estruturas do saber, que permitem dizer quem está acima e abaixo da linha do ser (humano/a), destacando que o colonialismo materializado como colonialidade pode atuar como agenda política opressora e (re)produtora das desigualdades, além de chamar atenção para o que ele denomina de *racismo epistêmico*. Para cunhar esse termo, ele usou Grosfoguel (2007) e Mignolo (2003) para explicar o racismo epistêmico como o poder que impõe e mantém o pensamento ocidental em uma limitação fronteiriça que, para manter o privilégio eurocêntrico, branco e falocêntrico, apaga, silencia (e com isso assassina) todo pensamento que destoe dessa condição. O que Sueli Carneiro (2005) tem chamado de epistemicídio. Evidencia-se, portanto, a necessidade da luta contra o racismo epistêmico (ou epistemicídio) a fim de preservar nossas culturas de pensamento.

É fundamental destacar a capacidade que grupos sociais subalternizados têm de produzir historicamente mecanismos para a subversão dessa realidade e mais: como apontado por Ochy Curiel (2020), é preciso estabelecer relação entre essas realidades e a ordem capitalista moderno-colonial, porquanto em territórios

colonizados como o Brasil, a luta de classes se materializa e se sustenta na hierarquização das raças. Entendemos e acionamos a relevância do Movimento Negro, sobretudo das feministas negras como Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Sueli Carneiro, Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Conceição Evaristo, dentre outras, como agentes da luta popular antirracista, uma vez que a raça é fundamento, é eixo estruturante social e, por isto, não pode continuar sendo vista como recorte, em uma perspectiva periférica ou como luta “identitária”. Sob essa ótica, o Movimento Negro e o Feminismo Negro se fundem na expectativa de que as discussões acerca das fissuras sociais evoluam com vistas ao empoderamento, seja individual ou coletivo, como explica Joice Berth (2019).

As lutas das mulheres negras são alicerçadas na liderança que enfatiza intervenções coletivas e apoia as comunidades que estão em luta: a liderança feminista negra é essencialmente coletiva, salienta Angela Davis (2017), por esta razão, além de destacar a focalização nas mulheres negras empobrecidas, abarca as que estão encarceradas, as queer²¹, as trans e as com deficiência. A autora aponta o engajamento de mulheres negras nas lutas de outros grupos (ao ponto de elas serem excluídas desses movimentos, às vezes). As lutas das mulheres negras estão conectadas com as lutas de pessoas oprimidas desde os tempos da colonização e escravidão até o presente (*ibidem*, 2017). É sob essa perspectiva de luta antirracista e anticolonial que é possível e desejável a interlocução (que buscamos empreender neste estudo), entre o feminismo negro decolonial e o feminismo negro de matriz estadunidense.

Lélia Gonzalez era crítica da importação mecânica do discurso e da teoria negra estadunidense para que não se reproduzisse uma lógica de dominação cultural, com vistas a uma luta feminista anticolonial e antimperialista, considerando que a experiência brasileira é distinta, comenta Raquel Barreto (2019). Entretanto, Angela Davis (2017) reconhece e critica a visão colonialista e imperialista que estabelece a hegemonia do feminismo negro estadunidense, salientando a relevância de apreender com os conhecimentos e perspectivas produzidas pela longa história de luta feminista negra brasileira, apreender sobre o poder feminista

²¹ Segundo Colling (2007), o termo “queer” é usado de forma pejorativa para insultar homossexuais. Todavia, a teoria queer, desenvolvida a partir do final dos anos 1980, propõe dar novo significado ao termo assumindo-o como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas. Judith Butler é uma das precursoras da teoria queer. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

negro preservado dentro da tradição do Candomblé, sobre os movimentos organizados por mulheres negras trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil, o que nos instigou a promover diálogo entre as autoras.

Angela Davis (2017) aponta o racismo impregnado nas instituições, nas questões da moradia, do emprego, da saúde e da educação, nos sistemas policiais e punitivos e destaca o protagonismo da luta das mulheres negras contra a violência do Estado, a violência policial e o racismo dentro do sistema carcerário, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Acionamos a negritude, termo cunhado por Kabengele Munanga (2009), para estabelecer a interlocução entre essas epistemologias, pois o movimento de resistência das mulheres negras, como movimento coletivo, é dialógico à medida que nos levantamos contra o racismo, o hetero-patriarcado e contra a estrutura capitalista que valoriza mais o lucro que seres humanos, nos lembra Angela Davis (2017).

Na sabedoria de Kabengele Munanga (2009), na negritude e seu predecessor, o pan-africanismo, encontramos a possibilidade de reunião das vítimas da tentativa de desumanização, aculturação, de destruição, da não-existência. A negritude, que extrapassa a busca da identidade cultural e da ação política, tem como objetivo fundamental o repúdio ao ódio e a busca do diálogo com outros povos e culturas. A solidariedade é primordial entre negros e negras no mundo inteiro. Todavia, o negro não quer isolar-se do resto do mundo. A edificação de uma nova sociedade, onde todas as pessoas poderão encontrar seu lugar, perpassa pela compreensão de que a construção de identidade é processo coletivo e é preciso fomentar os valores culturais, partindo da diversidade e da diferença e não da atribuição de valores hierarquizados (MUNANGA, 2009).

Enegrecer o feminismo é preciso, nos provoca Sueli Carneiro (2011a [2003], sem paginação), haja vista as permanências do período colonial que preservam as relações de gênero segundo a cor ou a raça estabelecidas no período da escravidão. No entanto, a intelectual cita o poeta negro Aimé Cesaire para nos lembrar que “[...] as duas maneiras de perder-se são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade, ou por diluição no universal” (CARNEIRO, 2011a [2003], sem paginação). Ela nos adverte:

[...] a utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a

universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (CARNEIRO, 2011a [2003], sem paginação)

Essas relações foram sendo evidenciadas no decorrer da pesquisa e suas presenças se impuseram nesta escrita, pois, exorbitando a necessidade de analisar as opressões vinculadas ao gênero, à raça e à classe no contexto do sistema econômico e social capitalista em um país intensamente marcado pelo sexismo (pela misoginia, com efeito), pelo racismo e pela pobreza como o Brasil, nos pareceu fundamental apontar o papel da colonialidade para produção dessas condições (de desigualdades). Ao mesmo tempo, nos inspiramos em Sueli Carneiro (2011a [2003], sem paginação), na expectativa de “[...] construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”. Esse aspecto será evidenciado na nossa construção epistemológica.

Nos últimos anos, os estudos de gêneros têm salientado o conceito de interseccionalidade. Cunhado por Kimberlé Crenshaw em um evento no ano de 2001, na África do Sul, este termo evidenciou assuntos discutidos há anos pelos movimentos sociais e feminismos negros nos Estados Unidos, América Latina e Caribe. Como conceito, é uma ferramenta analítica que, além de evidenciar a produção feminista negra, possibilita a descrição de como diferentes formas de opressão – racismo, sexismo, opressão LGBTI e todas as outras formas de opressão – interagem e se fundem em uma única experiência. Essas opressões não podem ser compreendidas isoladamente, pois suas dinâmicas produzem realidades materiais desiguais e experiências sociais distintas. Logo, a interseccionalidade “[...] que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação [...]”, conforme definição de Kimberlé Crenshaw, (2002, p. 177) como ferramenta analítica, aprimora nosso olhar para as sujeitas de nossa pesquisa com lentes que possibilitem a análise histórica, social, cultural e economicamente situada.

Saliento o pioneirismo e a importância das feministas negras brasileiras e do Movimento Negro nas discussões sobre a interseccionalidade. Feministas e ativistas negras, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Luiza Bairros, já discutiam a

centralidade das relações entre gênero, classe e raça na configuração social, cultural e histórica do país, desde as décadas de 1980 e 1990. Lélia Gonzalez, em seu engajamento intelectual e ativista, divulgou a capilaridade e a força estrutural do sexismo e do racismo e fomentou o diálogo entre os movimentos sociais no Brasil, Caribe e nas Américas, com destaque para negros, sobretudo das mulheres negras e suas demandas específicas.

O novo olhar feminista e antirracista integrado às tradições de luta do movimento de mulheres, como nos explica Sueli Carneiro (2011a [2003], sem paginação), “[...] afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra”. Assim, intelectuais como Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, entre outras, em suas obras, colaboram para a constituição da perspectiva interseccional como instrumento fundamental de análise para diversos campos de conhecimento e investigação. Excedendo a diversificação das temáticas, essa interlocução segue contribuindo para ampliar e fomentar acordos, associações, cooperação interétnica tal qual se configura como mobilização participativa, propositiva e emancipacionista.

A aproximação da realidade socioeconômica e da política somente é possível a partir da leitura articulada de classe, raça e gênero, como uma articulação processual e dinâmica e não como uma sequência estática de fotografias com correlações de força e de interesses específicos eterna e universalmente definidos. Desde essa compreensão, é possível imaginar e construir alianças, algumas mais estruturais e outras de caráter temporário. Partimos dessa construção para estabelecer diálogo entre os feminismos que permeiam este estudo e suas aproximações com o marxismo.

Silvio Almeida (2016) nos traz a importância do marxismo, enquanto teoria e método, para a compreensão material do racismo e do sexismo. Para o autor, o marxismo oportuniza desvelar o capitalismo como sistema social que se retroalimenta, via produção e a reprodução dos/as sujeitos/as, seja por meio da violência, seja por meio da formação de consensos ideológicos e impacta na constituição das subjetividades negras concorrendo para sua adaptação a diferentes realidades e costumes ou dissolução e destruição de tradições não compatíveis com a lógica do capital.

Nesse âmbito, Sílvio Almeida (2016) atenta para a pertinência do marxismo para a compreensão científica da questão racial, pelo fato de o fenômeno do

racismo ser uma relação social dotada, portanto, de materialidade e de historicidade. Sendo assim, sob as lentes do marxismo, relações sociais históricas ganham concretude: classes são formadas por sujeitos/sujeitas, cujas relações são assentadas na lógica capitalista da produção e capilarizadas pelas formas históricas de classificação racial ou sexual.

Partindo desse pressuposto, a relação inextrincável entre capitalismo, racismo e sexismo se explica por fatores históricos (nunca houve capitalismo sem racismo e sexismo) ou lógicos (não há capitalismo sem racismo e sexismo). Sob essa perspectiva, à luz do marxismo, as determinações raciais concorrem para que os conceitos de classe, Estado, imperialismo, ideologia e acumulação primitiva, superexploração, crise e tantos outros ganhem concretude histórica e inteligibilidade (ALMEIDA, 2016).

Coadunamos com a aludida análise e, apesar de parte do feminismo e movimento negros apontarem os limites para o marxismo pelo fato de, além de ser uma ideologia europeia, priorizar classe em detrimento de raça, entendemos que o racismo está entranhado nas estruturas do capitalismo e, para seu enfrentamento, bem o do hetero-patriarcado, do capitalismo neoliberal e do imperialismo, são necessárias alianças entre classes e comunidades oprimidas. Nesse sentido, a perspectiva crítica fomenta o debate profícuo acerca da possibilidade de coexistência do racismo, da industrialização e do desenvolvimento capitalista.

Diversas autoras têm trilhado esse movimento de ampliação e atualização da teoria social marxista através das lentes feministas. Por isso, consideramos fundamental estabelecer uma relação dialógica crítica entre o feminismo marxista de Heleieth Saffioti, o feminismo negro de matriz estadunidense e o decolonial. Calcada na análise da obra de Marx, Heleieth Saffioti, em *A mulher sociedade de classes mitos e realidade* (2013 [1976]), amplia a compreensão sobre a condição feminina abrangendo a realidade do capitalismo periférico.

Lélia Gonzalez, em *Lugar de Negro* (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), denota uma influência marxista significativa, ainda que a autora estabelecesse com essa matriz de pensamento um diálogo bastante crítico. Angela Davis, em *Mulher, classe e raça* (2016 [1981]), aborda a importância de gênero e raça como componentes indissociáveis da categoria “classe”. Essas publicações são exemplos de possibilidades da renovação da teoria social marxista pela via dos feminismos e competência para gerar novas interpretações sobre a sociedade. A contribuição dos

estudos interseccionais, paralelamente, capta a realidade das mulheres, destacadamente, as negras e trabalhadoras, como centrais para a problematização do papel das mulheres no mundo contemporâneo. Contudo, Flávia Rios destaca a defesa do feminismo antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista de François Vergès, em *Um feminismo decolonial*, que perpassa pelo reconhecimento dos limites da interseccionalidade, pois, [...] ainda que a interseccionalidade seja uma teoria sistêmica e possa abarcar um conjunto de categorias que se interconectam-gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, dentre outras, a essa abordagem é preciso somar uma crítica substantiva ao capitalismo (RIOS, 2020, p. 9).

Nessa obra, vamos ver o reconhecimento dos esforços das feministas materialistas no reposicionamento da reprodução social, seja na dimensão da reprodução biológica (localização do trabalho da maternidade), seja no trabalho doméstico não remunerado (cuidados dispensados à família e do lar), bem como a reprodução social institucionalizada no mercado de trabalho formal (invisibilidade, insalubridade, baixa remuneração, precariedade de direitos). Contudo, o feminismo decolonial coloca em relevo os modos pelos quais as opressões enredadas de gênero e raça, assim como aquelas derivadas da exploração e/ou precarização do trabalho, incidem sobre as subjetividades e os corpos das mulheres negras e “[...] garantem a engrenagem diária do capitalismo” (RIOS, 2020, p. 10). Essa realidade atinge muitas mulheres, mães, moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador, sujeitas da nossa pesquisa.

O pensamento decolonial permeia essa escrita porque a realização de uma pesquisa conduzida em meio a uma pandemia que já se estende há mais de um ano, em um ambiente de grandes incertezas e fragmentação das lutas políticas, nos inspirou a produzir um estudo alicerçado e capilarizado em um nível teórico no qual as lutas políticas antirracistas e feministas, ainda que guardem especificidades, sejam conectadas entre si no escopo da efetiva formulação de estratégias anticapitalistas.

Aníbal Quijano (2000) explica que o conhecimento é instrumento imperial de colonização²². Em virtude disso, a descolonização do saber, bem com a do ser cognoscitivo, é empreitada imprescindível. O autor pondera, ao formular a ideia da

²² De acordo Aníbal Quijano (2000), a consciência dos efeitos da colonialidade do ser e do saber não expressou o fim da colonialidade, que, para ele, constitui formas de organização do mundo que permanecem entranhadas na racionalidade da sociedade contemporânea.

colonialidade, que a matriz colonial de poder é uma estrutura complexa de eixos entrelaçados que abarca o controle da economia, da autoridade, do poder, da natureza, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. A colonialidade se reflete em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser.

A consciência dos efeitos da colonialidade do ser e do saber concorreu para que a alternativa decolonial (a descolonização do ser, do saber, da teoria, da política e da economia) começasse a ser construída e apropriada por pessoas que habitam línguas e subjetividades racializadas, ou até mesmo negadas, em sua humanidade (MIGNOLO, 2003). Por esse ângulo, se a colonização do saber e do ser operaram de forma violenta, hierarquizando de cima para baixo, o processo decolonial do ser e do saber depende do movimento de baixo para cima, apreciando organizações sociais que lutem contra o controle colonial.

Por todas as questões supramencionadas, busquei construir uma pesquisa científica, produzida a partir de uma perspectiva geopolítica que ultrapassa a esfera da academia e atinge o cotidiano de grupos sociais que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, como é o caso das mulheres-mães de famílias monoparentais, moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Buscamos diálogo com elaborações que valorizem princípios e cosmovisão com referenciais negroafricanos-indígenas/amefricanos²³, constituído e elaborado por diferentes linguagens à luz de saberes, práticas e experiências cotidianas de resistência dessas populações, pois o feminismo decolonial nos oferece essa perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e os entrelaçamentos de “raça”, sexo, sexualidade, classe geopolítica. Ochy Curiel (2020, p. 132), explica:

[...] não é necessário dizer que somos negras, pobres, mulheres, trata-se de entendermos por que somos racializadas, empobrecidas e sexualizadas. É isso que nos interessa, enquanto feministas decoloniais, porque assim conseguimos mostrar que essas condições foram produzidas pela colonialidade.

Todavia, traremos, em alguns momentos, a abordagem histórico-materialista da feminista marxista e militante negra Angela Davis.

²³ Termo cunhado por Lélia Gonzalez (2020a [1988]), para designar a descendência de africanos/as trazidos/as pelo tráfico negreiro e aquela que chegou à América antes de Cristóvão Colombo.

Nesta pesquisa, exploramos o debate sobre as convergências entre gênero, classe e raça que vem sendo travado nos feminismos nas últimas décadas. A intenção é apresentar uma construção epistemológica que promova interlocução de perspectivas teórico-metodológicas distintas capazes de fomentar discussões focalizadas nas diversidades de vivências dessas mulheres-mães, moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador, atentando para o fato de que os eixos raça, classe, gênero, muitas vezes, implicam em opressão e vulnerabilização, mas também valorizando alternativas e práticas de resistência fomentadas nos espaços de aprendizado, solidariedade e luta política.

Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2015, p. 29) explicam a importância da análise conjunta desses marcadores para evitar distorções no entendimento dos liames,

[...] a análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. [...] Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos.

Buscamos uma perspectiva que possibilite compreender não apenas como as interseções entre raça, gênero e classe configuram uma dada “localização” individual, mas de que forma racismo, patriarcado/sexismo e capitalismo interagem para produzir a subjugação de alguns grupos humanos por outros, evidenciando o protagonismo do feminismo negro a partir de uma análise historiográfica, interseccional e decolonial.

Optamos por pautar nossas discussões fundamentalmente na vertente decolonial por sua crítica ferrenha a feminismos hegemônicos, como o “branco” e liberal, cujo caráter essencialista ao universalizar a categoria “mulher”, tomando como parâmetro mulheres brancas da burguesia de classe média, anula a existência das mulheres negras como grupo social com identidade e necessidades peculiares,

que vivenciam outras experiências e desafios que perpassam mulheres de raças, classes, sexualidades, nacionalidades e religiões distintas.

Interessa-nos a abordagem feminista decolonial pelo empenho em lutas coletivas que possibilitam a mudança de estruturas que mantêm desigualdades sistêmicas, por criticar a separação entre teoria e prática política, mostrando alternativas para se pensar a partir de uma prática, até mesmo vindo de mulheres ou coletivos que não se definem como feministas – termo este visto por determinados grupos como ligado às classes brancas burguesas. No entanto, em um trabalho capilarizado pelas relações de classe, de exploração e de dominação em conjunturas locais e globais, dialogamos com Silvia Federici (2017), que, como poucas autoras não-negras, compreende os desdobramentos da questão racial, trazendo instrumental para entender a relação entre tráfico transatlântico, escravização negra, extermínio de povos indígenas e colonização das Américas como eventos fundamentais para a acumulação primitiva do capital.

A interlocução com Silvia Federic (2017) também se relaciona ao seu principal tema de pesquisa, o trabalho doméstico. Crítica ao marxismo, porque Marx não teria contemplado o trabalho reprodutivo, relevante e fundamental para o capitalismo, ela se define como uma feminista anticapitalista e faz o exercício de localizar as mulheres na sociedade de classes na contemporaneidade o que coaduna com a perspectiva deste trabalho.

Cabe destacar que, ao mesmo tempo em que me posiciono veemente contra o epistemicídio e reivindico a valorização da epistemologia feminista negra e das *Epistemologias do Sul*²⁴, por aquilatarem os saberes que ultrapassaram os obstáculos da dominação e instigam diálogo horizontal entre conhecimentos e práticas, sublinho a necessidade da *ecologia dos saberes* de Boaventura de Sousa Santos (2007) como caminho político-epistemológico implicado em uma globalização contra-hegemônica, que reconheça que o conhecimento eurocêntrico não guarda capacidade resolutiva para todos os problemas do mundo (podendo, até mesmo, agravá-los).

²⁴ *Epistemologias do Sul* é uma proposta epistemológica que pretende identificar, validar os conhecimentos nascidos nas lutas, nas lutas sociais contra a opressão que, na época moderna, foram fundamentalmente produzidas por três formas de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São epistemologias porque procuram validar conhecimentos, conhecimentos outros, que não aqueles que estão validados pelas epistemologias do Norte (SANTOS, 2007).

A epistemologia feminista negra reúne características destacadas por Patrícia Hill Collins (2020):

- Experiência como critério de significação, uma vez que a (sobre)vivência de mulheres negras requer conhecimento sobre como as dinâmicas de opressão se intersectam, o que lhes confere credibilidade ao avaliar esse conhecimento.
- Uso do diálogo para avaliar o conhecimento, implicando em uma conversa entre dois/duas sujeitos/as, em detrimento do discurso sujeito/a e objeto.
- Ética do cuidado: propõe a expressividade pessoal, as emoções e a empatia como elementos centrais no processo de validação do conhecimento.
- Ética da responsabilidade pessoal, assentada na apreciação de constructos apresentados como conhecimento concomitantemente à avaliação dos valores, da ética e do caráter do indivíduo.

O pensamento abissal, presente na Ciência moderna ocidental, tende a hierarquizar, desprezar e desqualificar os saberes e conhecimentos produzidos fora do eixo Norte do mundo e produz movimentos para manter sua hegemonia, renovando assim a desigualdade. Assim, compartilhamos a postura político-epistemológica de Boaventura que ultrapassa essa linha que impõe inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética e nos desafiamos a construir uma escrita *pós-abissal*.

No escopo de trazermos a interlocução entre diferentes epistemologias, essa pesquisa também se alicerça na *ecologia de saberes*, trazida por Boaventura Santos (2007), uma vez que entendemos que o combate aos problemas sociais é atravessado pelo combate à hegemonia epistemológica sustentada pelo pensamento abissal. Acreditamos na correspondência de conhecimentos e no estímulo à convivência entre epistemologias diferentes, substituindo a homogeneidade pela heterogeneidade e promovendo a pluralidade de saberes não em uma perspectiva reformista. Ao contrário. Acreditamos que esses saberes poderão ser verdadeiramente emancipatórios.

2 BREVES PERSPECTIVAS SOBRE A FAMÍLIA: (IM)PERMANÊNCIAS FAMILIARES

A existência de traços da família patriarcal na família conjugal brasileira moderna persistiu até o século XX, assentada, inclusive, na legislação, pois só em 1988 a mulher e o homem foram assumidos com igualdade no que diz respeito aos direitos e deveres na sociedade conjugal. As mudanças na sociedade impulsionaram alterações no ordenamento jurídico brasileiro e a legislação constituinte afastou-se da posição constitucional anterior cujo elemento estrutural da família é o casamento, como dilucidam Dalva Gueiros (2002) e Maria Berenice Dias (2015).

A despeito dos nítidos avanços, sobretudo, nas normas discriminatórias de gênero, a legislação brasileira manteve alguns anacronismos. No tocante aos direitos das mulheres, Sílvia Pimentel (2002) desvela a necessidade de compreensão e incorporação social e normativa dos direitos das mulheres como direitos humanos, perpassando pelo paradigma de justiça social e equidade na ordem político-jurídica e socioeconômica interna a fim de que, nas políticas públicas e na aplicabilidade da lei, possam ser incorporados, adequadamente, os princípios de igualdade e não-discriminação patentes na Constituição Federal de 1988.

A família baseada na estrutura patriarcal e biológica tem, em virtude de modificações de ordem sociológica, cultural ou econômica, cedido espaço para outras configurações familiares menos hierarquizadas. A família tem sofrido abalos internos e influências externas, isto implica na mudança de padrões de relacionamentos e dificuldade para estabelecer os contornos que a delimitavam. Hoje, está evidente que a ideia de família e os acontecimentos relacionados a ela, estão para além de respostas biológicas: aspectos sociais, culturais e históricos atuam na modulação das respostas de homens e mulheres. Não se pode perder de vista que, além das novas configurações familiares, as relações de parentesco têm se destacado.

Essas podem se constituir redes de solidariedade, proteção e sobrevivência, principalmente, nas classes populares e em famílias monoparentais, como argumentam Cynthia Sarti (2010) e Maria Helena Ochi Flexor (2015). Essas transformações na instituição familiar apontam, portanto, para “[...] o surgimento de novos modos de ser entre homens, mulheres e seus filhos e filhas, partilhados por

muitos casais contemporâneos e que terminarão por constituir novas regras.” (SZYMANSKI, 2002, p. 19).

É importante observar que a família patriarcal se posicionava, inclusive, como coluna central da legislação brasileira. Maria Berenice Dias (2015) destaca alguns aspectos que corroboram essa análise: o sacramento matrimonial como única alternativa de dar início a uma família, cuja indissolubilidade, contribuía para tornar a entidade familiar uma instituição severa e sem vínculos de afeto; a capacidade relativa da mulher, haja vista sua submissão ao marido como único chefe da sociedade conjugal, sendo a ela atribuída somente a função de colaboradora dos encargos familiares.

Concernente à filiação, havia notória distinção entre os filhos legítimos e ilegítimos, naturais e adotivos, já que era devidamente registrada no assento de nascimento a origem da filiação. A autora aponta que a austeridade desse modelo conservador e patriarcal deu origem à multiplicação de uniões extramatrimoniais que impactaram a estrutura familiar daquela época. Assim, a família atual é caracterizada pela diversidade, assentada, normalmente, na busca pelo afeto e pela felicidade. A ampliação do conceito de família acabou por permitir o reconhecimento de outras entidades familiares, como a união de pessoas do mesmo sexo, o reconhecimento da filiação socioafetiva, dentre outros avanços (DIAS, 2015).

Na perspectiva de família como “amortecedor” emocional e econômico, Petrini e Alcântara (2015, p. 213), pontuam que:

A família sustenta dinâmicas de reorganização, gerando pluralidade de formas que a torna alvo de políticas e agente de diversas políticas públicas, de práticas preventivas de saúde coletiva, de combate à pobreza e ao trabalho infantil pois é reconhecida pelos diversos atores sociais como instância central para prevenção e promoção da vida humana. [...] a família medeia as relações entre a pessoa em desenvolvimento e os contextos socioculturais mais amplos promovendo um espaço de relações e de construção de sentido, espaço, denominado por Donati e colaboradores (2012) de virtudes sociais. Estas se concretizam nos gestos de colaboração, confiança e empatia entre gênero e gerações na família, com repercussões no âmbito da vizinhança e do poder público.

Dalva Gueiros (2002), por outro lado, aponta a necessidade de repensar a família frente às suas configurações atuais, ao tecer críticas às responsabilidades

que lhes tem sido atribuídas como possibilidade de proteção social, visto que o Estado, à medida que reduz sua “[...] participação na solução de questões de determinados segmentos, como, por exemplo, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e pessoas com problemas crônicos de saúde” (*ibidem*, p. 102), a convoca para dar conta dessa contingência, sem receber a devida contraparte.

Embora a família, como sinalizado por Nelson Junqueira e Luci Proença (2010), represente o núcleo central das políticas públicas e das ações dos programas sociais e essa centralidade anteceda o advento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)²⁵, grande parte dessas políticas e ações são centradas no familismo – presente na América Latina até o final da década de 1980 – e congream proteção social contributiva assentada na figura do homem provedor e centralizada na família e nas mulheres como responsáveis pelo bem-estar de todos os seus entes.

Apesar das mudanças nos anos 1980-1990, a orientação familista perdura, dado que o deslocamento de responsabilidades, antes assumidas pelo Estado, passa para a família, o que se tem denominado neofamilismo. Ainda que a diversidade familiar tenha entrado na pauta da academia e dos especialistas, não parece haver hegemonia relativa a essa temática nas instituições e agentes do Estado. Além dessas questões, as críticas pela ausência da perspectiva de gênero também são reportadas. Sugere-se, por exemplo, incorporar a relação entre trabalho remunerado e não remunerado e analisar, em que medida, estes contribuem para produção de bem-estar (LEWIS, 1992; ESPING-ANDERSEN, 1993; MARTINO, 2001; SUNKEL, 2005; 2007 apud MARTINO, 2015).

É mister construir uma linguagem que contemple esse conjunto de valores e práticas familiares, considerando a pluralidade das configurações familiares para além de um modelo homogêneo, coerente, hegemônico. Nesse contexto, é necessária a construção de instrumentos para pensar as diferentes formas familiares em uma perspectiva comparativa, que recusa hierarquias etnocêntricas (famílias “avançadas” *versus* famílias “atrasadas” etc.) e, concomitantemente, resgate a especificidade de cada configuração (FONSECA, 2002; PETRINI; DIAS, 2015). É preciso escutar o que as famílias – no plural, porque são diversas – têm a dizer

²⁵ A Lei Orgânica Social (LOAS) foi sancionada em dezembro de 1993, quando instituiu, oficialmente, os programas de atenção à família em todo o território nacional (JUNQUEIRA; PROENÇA, 2010).

sobre elas mesmas. Não é admissível, ante as mudanças da sociedade contemporânea, achatar a diversidade de experiências e riqueza de dinâmicas familiares ou circunscrever a noção de família à unidade autocontida (autônoma ou isolada). Acreditamos na relevância de políticas sociais e outras forças nacionais ou globais que atravessam as relações interpessoais, como discute Cláudia Fonseca (2007).

Diante disso, é válido demarcar a descrição de tipologias familiares que ainda se relacionam com a família nuclear, que é genuinamente ocidental e burguesa, mas usada nos trabalhos transpassados por gênero (enquanto categoria analítica para descrição do mundo e prescrição de soluções para as políticas públicas), como explica Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020). Destacamos que se faz isso criticamente por se entender que, a despeito das circunscrições apresentadas, feitas à luz de modelos legais, vislumbra-se o reconhecimento dos direitos de várias concepções familiares, vistas como “fora do lugar” no escopo de que efeitos modernizantes da legislação sobre as famílias confrontem esquemas de poder em uma sociedade, como a brasileira, fundada nas iniquidades de gênero, raça/etnia e classe social.

Com efeito, tenho desejo de que, como a tradicional família Yorùbá, tenha-se, em um futuro não tão distante, famílias que não sejam marcadas por gênero, uma vez que nessa sociedade os papéis de parentesco e suas categorias não são distinguidas por esse marcador; os papéis sociais são situacionais e as funções hierárquicas e não hierárquicas dos indivíduos são variáveis, como explica Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020). Nesse momento no qual a intervenção regulatória do Estado brasileiro pretende ratificar a hierarquia de gênero, raça e classe com discurso moralizante, trataremos das configurações familiares que, embora se assentem em gênero, foram pensadas por operadores/as progressistas do ordenamento jurídico brasileiro, para ampliar o campo de liberdade das relações coexistenciais.

Tal escolha relaciona-se à inclusão de famílias socialmente reconhecidas, embora permaneçam marginalizadas pela tutela jurídica, inclusive, para efeitos de proteção do Estado. Coadunamos com Silvana Mariano (2003, p. 5)

[...] as proposições de projetos e políticas públicas, quando orientados pela concepção portada pela categoria “gênero”, implicam em vislumbrar impactos nessa estrutura de poder fundados nos gêneros, visando, com isso, a promover o empoderamento das mulheres, de forma a abalar as relações de subordinação.

Novos padrões e configurações familiares têm refletido significativamente em setores, como arte, ciência, religião, moralidade, educação, política, vida familiar, e redefinido as relações jurídico-familiares, a exemplo do reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos pelo STF²⁶, em 2011, que lhes outorgou o mesmo regime jurídico protetivo conferido aos casais heteroafetivos em idêntica situação. Dentre as diversas configurações familiares estão: famílias seguindo modelos nucleares tradicionais – casal, unidos pelo casamento, com filhos/filhas (GOLDANI, 2005); famílias monoparentais, constituídas por pai ou mãe e seus descendentes através de separação, viuvez, reprodução assistida, abandono, decisão pessoal (LEITE, 2003); famílias mosaico, recomposta ou pluriparental, é a clássica “[...] os meus, os teus, os nossos” (DIAS, 2015, p. 141), originada do casamento ou união estável de um casal, na qual um ou ambos de seus membros têm um ou vários filhos de relações anteriores e surge então a chance de formação de uma nova família. Esses modelos podem decorrer do estágio alcançado após o casamento, união estável ou união homoafetivas do pai ou mãe que constituía um núcleo monoparental (VALADARES, 2010).

Têm-se ainda as famílias anaparentais, aquelas sem os genitores, constituídas pela convivência entre pessoas com ou sem vínculos parentais, em uma mesma estrutura organizacional e psicológica, unidos pela afetividade, necessidades financeiras ou emocionais (BARROS, 2003). Família eudemonista ou afetiva eudemonista, um conceito moderno que alude à família que se caracteriza pela comunhão de afeto recíproco, a consideração e o respeito mútuos entre os membros que a compõe, independente do vínculo biológico (BIRMANN, 2006).

Famílias homoafetiva, aquelas alicerçadas na afeição entre o casal do mesmo sexo (DIAS, 2019). Família extensa, aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade conforme prevê o artigo 25, do Estatuto da Criança e do Adolescente (DIAS, 2015). Essas são algumas das inúmeras conformações familiares, o que denota a pluralidade do conceito de família, haja vista, não se tratar de modelo monolítico contido no termo singular.

²⁶ Em julgamento da ADI 4277 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e ADPF 132 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) (BRASIL, 2011a, 2011b).

Teceremos uma breve discussão acerca do protagonismo das mulheres bem como os obstáculos enfrentados por elas no processo de (re)configurações familiares, pois entendemos que a efetividade das políticas públicas perpassa pelo reconhecimento da diversidade das famílias e seu funcionamento.

2.1 NOVO(S) QUERER(ES), NOVA(S) FAMÍLIA(S): A INFLUÊNCIA DA(S) MULHER(ES) E DA MATERNIDADE NAS TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES

O debate sobre a representação feminina nos diferentes papéis, sobretudo nos de mulher e mãe, se aprofundou com o declínio do patriarcado que se iniciou no século XIX. Todavia, o sistema patriarcal e suas normas hegemônicas masculinas, especialmente na sociedade brasileira, ainda orientam as dinâmicas familiares da sociedade contemporânea e tem refletido em uma experiência vivenciada pelas mães modernas.

A análise dos contextos social, cultural e econômico em que se delineia a representação da figura feminina deixa clara a importância de identificar comportamentos que, no senso comum, habitualmente, são atribuídos a uma natureza qualquer e que, na realidade, são o resultado de um processo complexo de socialização. Elisabeth Badinter (1985) destaca que o amor materno não se trata de algo natural – intrínseco – a toda e qualquer mulher e situa o instinto materno como uma construção social que, como vários outros fenômenos sociais, faz referência a um conjunto de valores morais dominantes de uma determinada época. Elucida-se, com a perspectiva delineada, a necessidade de identificar os processos de dominação simbólica dentro da sociedade. Em outros termos, se trata de desconstruir a naturalização dos comportamentos que tira da sociedade a responsabilidade pelos resultados dos processos de dominação, justificando-os como naturais, óbvios, evidentes e derivados de um inatismo biológico (BADINTER, 1985).

Se analisarmos atentamente as imbricações acerca da biologização da maternidade, sob a lógica patriarcal e racista e na perspectiva da dimensão de classes, observaremos que a disciplina dos corpos das mulheres concorre para que sejam asseguradas a reprodução do capital e social. Para tal, as mulheres precisam ser assujeitadas a fim de que seu trabalho seja desvalorizado, garantindo, desta forma, mão de obra nos moldes escravistas, uma vez que o inatismo e a

biologização da maternidade contribuem para a continuidade da desigual distribuição de responsabilidades pela vida doméstica, sobretudo na criação dos/as filhos/as, como apontado por Flávia Biroli (2018). A autora também ressalta que essas permanências “[...] tornam mais aguda a exploração da mão de obra feminina pelo fato de acarretar a descontinuidade das trajetórias profissionais e provocar maiores conflitos entre as exigências domésticas e o cotidiano de trabalho fora de casa” (*ibidem*, p. 32).

Heleieth Saffioti (1987; 2011) também questiona a naturalização dos papéis de gênero que faculta ao homem a ocupação do espaço público e, à mulher, o espaço doméstico. Critica a maternidade, como função biológica mitificada, haja vista ser atravessada por aspectos sociais, culturais, políticos, ideológicos, econômicos, que servem à manutenção do sistema de dominação-exploração das mulheres.

Sílvia Federici (2017) atualiza essa discussão, destacando que a colonização do corpo da mulher (já que o Estado interfere, inclusive, no seu direito a optar pela interrupção da gravidez), ao lado da lógica racista e patriarcal e sob a égide liberal, são estratégias para garantir o funcionamento do capitalismo que sobrevive das desiguais e precárias condições de existência da maioria. Sob essa ótica, as mulheres operariam como máquinas produtoras de novos/as trabalhadores/as e a criminalização do aborto seria parte do controle formal exercido pelo Estado sobre os corpos femininos, sob o pretexto de proteção das mulheres e da vida (*ibidem*, 2017). Embora Lélia Gonzalez (2020c [1979]), não tenha tratado a exploração do corpo feminino sob a perspectiva de Heleieth Saffioti e Sílvia Federic, extrapolamos que tal situação contribuiria para a manutenção do que a autora chama de *massa marginal*²⁷.

Lélia Gonzalez (2020c [1979], 2020d [1982]), para elucidar o lugar ocupado pela população negra nas relações de trabalho no Brasil, fez análises baseadas nas formulações do intelectual argentino José Nun (1978). Conforme explica Raquel

²⁷ Para José Nun (1978 apud Gonzalez 2020c [1979]), a categoria marxiana de “exército industrial de reserva”, que remete à existência de uma superpopulação funcional do ponto de vista da reprodução capitalista por comprimir os salários, é insuficiente para explicar o capitalismo como se desenvolveu na América Latina. Nun propõe, então, o conceito de “massa marginal”, para designar a parte da população excedente que não estabelece relações funcionais com o sistema produtivo, isso é, que não se integra ao mercado de trabalho formal nem mesmo como “reserva”. Em termos mais concretos: seriam massa marginal, por exemplo, trabalhadores ocasionais, trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços domésticos, trabalhadores não-assalariados, etc.

Barreto (2020), estudiosa da obra desta autora, o conceito de massa marginal serviu para explicar as relações de trabalho no capitalismo brasileiro – desigual, dependente, racista e sexista que conferiu às mulheres e à população negra os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, demonstrando como gênero e a etnicidade são operados para a manutenção do *status quo*.

Se, por um lado, a disseminação da pílula anticoncepcional como método eficaz para prevenção da gravidez (ainda que não em todos os casos, importante frisar), possibilitou a dissociação de sexo e reprodução, contribuindo para a queda na taxa de fecundidade e maior engajamento das mulheres no espaço público e na esfera produtiva, também abriu precedente para que a sexualidade fosse exercitada mais prazerosa e plenamente pelas mulheres, uma vez que a maternidade saiu do campo de destino ou decorrência inexorável para o de escolha, se configurando como inovação científico-tecnológica fomentadora de transformações profundas nas relações sociais entre homens e mulheres. Por outro lado, o conservadorismo nos costumes que assinala a crise estrutural do capitalismo em sua fase hodierna leva a uma crescente dificuldade das mulheres em avançarem em direitos reprodutivos, especialmente no que tange à questão do aborto, conforme nos explica Silvia Federic (2017).

Pautar a mulher e a maternidade em representações reduzidas pode constituir-se em um entrave para a garantia do acesso a direitos por esses sujeitos sociais. Conforme Saffioti (2009), o sistema de dominação-exploração, que comporta o nó patriarcado-racismo-capitalismo, estabelece hierarquia que situa as mulheres em espaços sociais situados em escala inferior à dos homens. Nesse sentido, a construção da maternidade é apontada hegemonicamente como a principal função feminina, e o amor materno nato se apresenta como uma das formas de manutenção da ordem patriarcal de gênero, que subjuga as mulheres, concreta e simbolicamente, pela hegemonia das masculinidades-branca, rica e heterossexual (SAFFIOTI, 2009).

As repercussões de uma lógica degradante são visíveis: por trás da maternidade idealizada e compulsória, alimentada por um discurso conservador acerca da família, se define um modelo de família que vitimiza, encarcera (e mata) todos os dias jovens negros/as e periféricos/as e, por que não, suas mães, avós, esposas, filhas e irmãs.

A ordem capitalista e patriarcal tem se ajustado continuamente no atual estágio do neoliberalismo para dar controle sobre a capacidade reprodutiva das mulheres, a fim de assegurar novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras, conforme explica Sílvia Federic (2019). Em países com passado marcado pelo colonialismo, como o Brasil, no qual o trabalho de reprodução é feito prioritariamente por mulheres negras e pobres, não é inesperado que observemos que as violências contra as mulheres – aumento de feminicídios, estupros, assassinatos de seus/suas filhos/filhas, maior morte materna causada por abortos não-legais, desemprego, precarização do trabalho e queda de rendimentos – incidam ainda mais fortemente sobre elas, embora todas essas sejam estratégias para novas formas de acumulação de capital.

Apesar dessa discussão, não se deve perder de vista que, a exemplo de outras sociedades ocidentais, na sociedade brasileira, a mulher tem uma valorização maior a partir do exercício da maternidade. Entretanto, Flávia Biroli (2018) nos lembra, mais uma vez, que as experiências e vivências das mulheres são variadas, pois “[...] o ideal burguês de família incide de maneiras muito distintas na vida das mulheres” (*ibidem*, p. 101) e cita estudo de Aleksandra Kollontai (1914) para sublinhar que, enquanto para algumas mulheres grávidas são reservados proteção e cuidados, para outras, o que sobra é a exposição à negligência, à violência e à desumanização. A maternidade é, portanto, experiência distinta na qual classe social e raça, bem como a sexualidade, concorrem para essa dessemelhança.

A maternidade como dispositivo de poder para mulheres brancas e negras perpassa por diferenças na recusa do Estado à autonomia reprodutiva, por exemplo. Foram as mulheres negras as vítimas da esterilização como política de controle de natalidade, denunciada internacionalmente na ONU no ano de 1995. São essas mulheres negras e faveladas/periféricas que devem ser objeto da facilitação do aborto²⁸ pelo Estado como política eficaz de controle de natalidade, conforme disposto por Sueli Carneiro (2011b). Ressalvamos a dialética desse processo: o fato de o Estado ora proibir, ora impor o aborto, se relaciona ao controle do corpo das mulheres, seja controlando sua sexualidade ou sua capacidade reprodutiva, com vistas a atender às necessidades do mercado de trabalho, promover novas formas

²⁸ Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011c), o abortamento é a interrupção da gravidez até a 20ª ou 22ª semana e com produto da concepção pesando menos que 500g. Aborto é o produto da concepção eliminado no abortamento.

de acumulação do capital e/ou resposta aos enfrentamentos do *status quo* pelas mulheres.

É a vida dos filhos e das filhas dessas mulheres que ganha (des)importância diferenciada, em uma política de segurança que determina quem pode viver ou morrer, conforme destaca Sueli Carneiro (2011b). São as mulheres negras, as principais vítimas do abortamento inseguro que, segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), “[...] é um procedimento para finalizar uma gravidez não desejada, realizado por indivíduos sem as habilidades necessárias e/ou em ambiente abaixo dos padrões médicos exigidos.” (OMS, 2013, p. 18).

Esse risco se deve à criminalização da mulher, até mesmo quando ela sofre violência sexual. No Brasil, são admitidas duas espécies de aborto legal: o terapêutico ou necessário e o sentimental ou humanitário (JESUS, 1999 apud MORAIS, 2008). Portanto, o aborto é considerado crime, exceto quando a vida da gestante está em risco, em casos de estupros e quando o feto for anencéfalo, conforme o Código Penal²⁹ e a Resolução nº 1989/2012 do Conselho Federal de Medicina - CFM (2012). Entretanto, novas regras foram estabelecidas pela Portaria nº 2.561 de 23 de setembro de 2020, publicada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b).

O acesso ao aborto no país passou a exibir uma série de novas exigências. Estabelece, dentre outras coisas, que médicos/as que atenderem a uma mulher vítima de estupro devem comunicar o crime à polícia antes de realizar o procedimento de interrupção da gravidez. Atualmente, compete a ela definir se quer ou não fazer a denúncia. Noutro ponto, a portaria afirma que a equipe médica deve apresentar à mulher a possibilidade de ver fotos do feto, antes da realização do procedimento (BRASIL, 2020b).

Observamos, assim, a perversidade de uma nova norma que continua gerando constrangimento à mulher vítima de estupro e à equipe médica cuja única e exclusiva função deveria ser o acolhimento e atendimento imediato às vítimas.

²⁹ O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 124, pune o aborto provocado na forma do auto-aborto ou com consentimento da gestante; no artigo 125, o aborto praticado por terceiro sem o consentimento da gestante, no artigo 126, o aborto praticado com o consentimento da gestante e no artigo 127 descreve a forma qualificada do referido delito (JESUS, 1999 apud MORAIS, 2008).

2.1.1 Direitos reprodutivos e políticas públicas: para quem?

Os direitos sexuais e reprodutivos são entendidos como direitos humanos fundamentais desde 1994, concepção formulada durante a Conferência sobre População e Desenvolvimento, realizada pelas Nações Unidas naquele ano, no Cairo, Egito. Constituídos por princípios e normas de direitos humanos que asseverem o exercício individual, livre e responsável da sexualidade e reprodução humana, estes devem permear políticas no âmbito da saúde pública.

Direitos sexuais e reprodutivos consistem em questões de integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade, como a garantia de acesso a acompanhamento pré-natal ou concessão de contraceptivos; acesso à prevenção e à tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, acesso a exames ginecológicos, sobretudo o Papanicolau e à mamografia; tratamento do aborto espontâneo incompleto com dignidade e tecnologia satisfatórias para evitar o adoecimento e morte da mulher; aborto nos casos legalmente autorizados, por exemplo, explica Miriam Ventura (2009).

Tais direitos podem estar na esfera da educação: como a inclusão de elementos atinentes à educação sexual no currículo escolar. Podem estar, ainda, na alçada do trabalho, no caso de políticas que resguardem trabalhadoras mães e gestantes. Porém, política há muito reivindicada, todavia alvo de oposição aferrada, o acesso ao aborto seguro segue como campo de alterações.

O período entre os anos 1960 e 1970 foi marcado pelo crescimento econômico e carência de mão de obra; surgimento do movimento feminista e de liberação sexual; da vontade da mulher em reduzir e controlar o tamanho de sua família. Contudo, a revolução sexual e o amor livre confrontaram as mulheres com a questão da gravidez indesejada. bell hooks (2020) sinaliza que o acesso garantido a métodos contraceptivos seguros e eficientes e ao aborto se sobrepunham à questão do amor livre, tendo em vista que o acesso a ambas as garantias era, via de regra, de mulheres brancas individuais, com privilégios de classe. Nesse contexto, ganhou mais espaço no movimento feminista que a libertação sexual genuína para mulheres e homens deveria perpassar pelo acesso aos melhores e mais seguros métodos contraceptivos e pelo direito ao aborto seguro e legal. Entretanto, nesse momento, pelo fato de às mulheres brancas com privilégio (líderes do movimento feminista com maior notoriedade nas mídias do que as mulheres da base poupar do movimento)

interessar mais não lidar com gravidez não planejada ou indesejada e com suas consequências como casamentos forçados e abandono da carreira, o que se observou foi maior abordagem do aborto em detrimento dos direitos reprodutivos como um todo.

Apesar de a questão do aborto ter sido e continuar sendo importante para todas as mulheres, houve outras questões reprodutivas que eram (e são) vitais: educação sexual básica, controle pré-natal, medicina preventiva, com vistas a ajudar mulheres a compreender como o corpo funciona ao invés de esterilização forçada, cesarianas desnecessárias e/ou histerectomias e as complicações médicas que esses procedimentos causavam, como explica bell hooks (2020). Isso teve um impacto negativo na luta pelos direitos reprodutivos femininos, posto que a questão do aborto desafia morais, éticas e cristãs, bem como a naturalização da maternidade e, por isto, essa pauta foi (e segue sendo) frontalmente combatida pelos setores mais conservadores da sociedade no Brasil e em algumas partes do mundo. O conservadorismo tem ressurgido fortemente nos últimos anos com a ascensão de lideranças políticas e neopentecostais, conforme temos observado em nosso país.

Naquele contexto, cesarianas e histerectomias não ganhavam o devido destaque como formas de controle dos corpos das mulheres por um sistema médico patriarcal capitalista, continua a autora. Essa situação, apesar de delineada nos Estados Unidos, refletiu e reflete a realidade das mulheres brasileiras. No ano de 1995, a esterilização em massa foi usada como controle de natalidade da população negra (HOOKS, 2020).

Se entre as décadas de 1930 e 1960, a maternidade e o casamento eram vistos como “[...] as soluções para o povoamento da pátria e o progresso da nação e da espécie humana” (MANICA, 2009, p. 58 apud LÔBO, 2020), atribuindo às mulheres a responsabilidade pelo destino da nação e a justificativa para educá-las, a partir dessa década, ganhou espaço a corrente antinatalista (e eugenista). Ainda que faça parte do ideário das sociedades (isso se mantém ainda hoje), que mulheres negras tenham muitos/as filhos/as. Jade Lôbo (2020) questiona essa estigmatização citando estudo conduzido por Elza Berquó, Alicia Bercovich e Estela Maria Garcia Tamburo (1986) no qual investigaram ínterim dos anos de 1940 a 1980 e indicaram que mulheres pretas em todos os estados do país exibiam a menor taxa de fecundidade até a década de 1960 e os menores índices de casamento ou uniões legalizadas entre 1960 e 1980 (BERQUÓ, BERCOVICH, TAMBURO, 1986 apud

LÔBO, 2020). Talvez, desde aquela época, mulheres negras, tendo em vista a precariedade e as vulnerabilidades, já orientassem certa autonomia reprodutiva. Eventualmente, parte dessas mulheres talvez tenha optado por não ter filhos/as em um contexto no qual a desigualdade social e econômica pode transformar a maternidade da condição de direito à de privilégio.

O racismo também transpassa essas decisões. Não é sem fundamento que o controle da natalidade entre negros e pardos tenha assumido protagonismo. O programa Pró-Família, criado em 1980, era atividade atrelada ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo e Secretaria de Promoção Social, cuja finalidade era informar e orientar a família a respeito da paternidade responsável e do planejamento familiar, entretanto, em uma parceria com entidades privadas e, muitas vezes a serviço, viabilizou a esterilização de pessoas dessa raça/etnia, deslinda Maria Isabel Baltar da Rocha (1989). A parceria dos recursos das agências internacionais, cujo empenho residia em imprimir no Brasil uma política de controle populacional, acompadradas dos interesses lucrativos das entidades privadas de âmbito nacional, também foi debatido pela autora.

Arquétipos que são construídos em torno de populações vulnerabilizadas orientam, ainda hoje, políticas públicas. Não por acaso, a Portaria nº 13/2021, publicada pelo Ministério da Saúde e aprovada pelo presidente Jair Bolsonaro, instituiu o implante subdérmico de etonogestrel como estratégia de prevenção à gravidez por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) para mulheres em situação de rua, portadoras de HIV ou Aids, privadas de liberdade, trabalhadoras do sexo ou em tratamento para tuberculose (BRASIL, 2021c). Em detrimento da ampliação de método contraceptivo, disponibilizado de forma universal, observamos a recrudescência de política de esterilização e de controle de natalidade, visceralmente discriminatória, higienista, classista, racista e assentada em desqualificações e condenações morais a grupos que sobre(vivem) a vicissitudes e adversidades no exercício da maternidade; estes grupos são, portanto, expostos a procedimentos compulsórios que violam a autonomia do seu corpo.

Evidenciamos, com as lentes feministas que assumimos nesta pesquisa, as táticas e a violência através das quais os sistemas de exploração, orientados por homens, primordialmente, tentaram disciplinar e se apropriar do corpo feminino, avultando que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos – lugares privilegiados – para a prática das técnicas de poder.

O controle da função reprodutiva das mulheres, os efeitos dos estupros e dos maus-tratos e da injunção da beleza como uma qualidade para aceitação social, indubitavelmente, acusam como o corpo feminino tem sido historicamente instrumentalizado para a “[...] consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino”, explica Silvia Federic (2017, p. 32). Adicionamos a esse debate que a exploração também pode se dar entre mulheres e, ainda que a mulher branca sofra com as iniquidades de gênero, o racismo como construção ideológica que dispõe benefícios sociais e econômicos para brancos/as de todas as classes sociais (privilegio racial), como minudencia Lélia Gonzalez (2020b [1983]). A temática da saúde reprodutiva também é atravessada pelos marcadores gênero, raça e classe.

Luiza Barros, representante do Movimento Negro Unificado (MNU) da Bahia, denunciou o racismo exibido nas campanhas de planejamento familiar divulgadas pelo Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (CEPARH), concebido no ano de 1986 em Salvador e dirigido pelo médico e ex-professor da Universidade Federal da Bahia Elsimar Coutinho. Foram divulgados cartazes e *outdoors* com fotos de mulheres e crianças negras acompanhadas de frases como “Defeito de Fabricação”. O médico também desenvolveu anticoncepcional injetável e realizava experimentos com métodos contraceptivos hormonais em mulheres negras e pobres. Ele relacionava Planejamento Familiar à diminuição de violência (LÔBO, 2020). A frase “defeito de fabricação” e a vinculação da negritude à pobreza, sem dúvidas, repercutem em culpabilização de mulheres-mães negras e estigmatização de suas famílias.

O enfrentamento das mulheres foi marcante, pois a demanda por saúde era intensa no movimento de mulheres no Brasil. Questões associadas à saúde, à contracepção e ao planejamento familiar estavam no centro das reivindicações dos movimentos feministas e do Movimento Negro.

O SUS (Sistema Único de Saúde), para que se concretizasse, teve efetiva participação desses movimentos sociais: a defesa do direito da pessoa ao planejamento familiar e o livre acesso a contraceptivos foi impulsionada pelo movimento de mulheres e sanitário durante o processo pré e pós-constituente. Destacamos a consolidação da força das mulheres que, através da luta sanitária, contribuíram para que a Carta Magna de 1988, a “Constituição Cidadã”, assegurasse a laicidade do Estado e a igualdade jurídica entre homens e mulheres,

ampliando direitos sociais e criando o SUS, que tem dentre as principais bandeiras assegurar direitos sexuais e reprodutivos, assim como o direito à saúde da mulher como um todo.

Nesse período, as denúncias relacionadas à ausência de alternativas no sistema público para o controle voluntário da fecundidade e do elevado número de esterilizações femininas realizado de forma inadequada por instituições assistenciais financiadas por capital externo, no bojo de ações dirigidas à saúde da mulher, também foram reverberadas pelos movimentos sociais de mulheres (com forte engajamento do Movimento Negro Unificado). Nesse contexto, existiam, ainda, evidências de que essas ações assistenciais tinham como público-alvo os segmentos mais pobres, prevalentemente a população negra. Tais reivindicações e denúncias favoreceram a inclusão na Constituição Federal de 1998 do direito ao planejamento familiar (§ 7.º art. 226) e a abertura, em 1991, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o tema, especifica Miriam Ventura (2009).

Desde a Constituição Federal de 1988, é assegurado o direito ao planejamento familiar, regulamentado pela Lei Federal n.º 9.263, de 12/01/1996, que institui o direito de todo/a cidadão/ã a controlar livremente sua fecundidade e o dever do Estado em promover a orientação e o acesso aos meios para este controle. O SUS é, desse modo, o responsável pela assistência ao planejamento familiar e reprodutivo, que inclui viabilizar o acesso aos métodos e às técnicas de concepção e contracepção validadas cientificamente, que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantindo a liberdade de opção de mulheres e homens, informa Miriam Ventura (2009). A inclusão da pauta pelo aborto legal, seguro e barato, disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), portanto, deve estar no cerne das questões reprodutivas uma vez que a proibição não interfere na realização dos abortamentos.

Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018a)³⁰, informam que apesar da redução da mortalidade materna, que está entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU até 2030, no Brasil, o abortamento é a terceira causa de morte

³⁰ Dados apresentados no 1º dia de audiência pública da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação, alvitada em março de 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade em conjunto com o Anis – Instituto de Bioética, requer a descriminalização da interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana. BRASIL. Ministério da Saúde. Supremo Tribunal Federal. **Audiência Pública na ADPF 442**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dugDjoH-PYI>. Acesso em: 04 maio. 2021.

materna direta. Afora isso, calcula-se que são praticados mais de um milhão de abortos induzidos por ano e que uma a cada cinco mulheres já fez um aborto, independentemente de classe social. São realizadas duzentas e cinquenta mil hospitalizações por ano para tratamento de abortos inseguros mal sucedidos, além de haver uma morte a cada dois dias pelo mesmo motivo.

A ilegalidade da interrupção voluntária da gravidez no país demarca o fato de que a criminalização do aborto atinge, especialmente, negras, indígenas, moradoras de regiões mais distantes dos grandes centros e menores de 14 anos: são elas as que mais morrem devido a complicações de procedimentos clandestinos, pela impossibilidade de pagarem pelo procedimento de um aborto seguro, como apontam estudo conduzido por Bruno Cardoso; Fernanda Morena Vieira e Valeria Saraceni (2020). Por outro lado, ao considerarmos o aborto como crime com pena de prisão, as consequências, tendo em vista a alta frequência do aborto reportada pela Pesquisa Nacional de Aborto, de 2010 (DINIZ; MEDEIROS, 2010), e confirmada na Pesquisa Nacional do Aborto de 2016 (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017), que sinalizou que 4,7 milhões de mulheres, entre 18 e 39 anos, já tinham feito um aborto, seriam desastrosas: teríamos milhões de filhos e filhas sem mães, em uma realidade na qual as famílias brasileiras, em grande parte, são chefiadas e cuidadas por mulheres.

Pesquisa realizada por Paloma Silveira, Cecilia McCallum e Greice Menezes (2016) assinalam que, apesar de as jovens, negras, de classes socioeconômicas baixas e moradoras da periferia serem as que mais sofrem as consequências graves dos abortos clandestinos, a ilegalidade do aborto vulnerabiliza mulheres de diferentes estratos sociais, pois mesmo quando a interrupção é realizada em uma clínica particular cara, nem sempre o processo é mais seguro e o atendimento, humanizado, o que aponta para o fato de que a criminalização pune todas as mulheres, ainda que em graus diferenciados.

Já o estudo conduzido por Eunice Francisca Martins e colaboradoras (2017), também evidenciou maior concentração dos óbitos nos grupos sociais vulnerabilizados, com predomínio de mulheres com escolaridade insuficiente e da raça/cor negra. As autoras ratificam os argumentos que situam o óbito por aborto como uma condição que assinala a iniquidade em saúde e explicam a necessidade de extrapolar a condição de ilegalidade do aborto, abarcando outros fatores que contribuem para que a mulher se submeta ou realize aborto inseguro.

O contexto social de vida e trabalho das mulheres negras pode concorrer para que sejam mantidas à margem de uma assistência à saúde de qualidade, de acordo com Martins *et al.* (2017, p. 7), que completam:

Vale lembrar que, historicamente, as mulheres negras apresentam maior vulnerabilidade quando se analisa o acesso a serviços para o atendimento das suas necessidades no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos. Diante disso, não é inesperado o fato de que entre elas está a maior prevalência de gravidez indesejada, aumentando a probabilidade de estas realizarem abortos inseguros.

A morte materna está associada diretamente a ocorrências que abrangem complicações na gravidez, no parto, no puerpério, no aborto, e que causam a morte da mulher. Assim sendo, a prevenção à morte materna vem na esteira da assistência à saúde adequada, sendo considerada grave violação aos direitos humanos das mulheres.

A mortalidade materna é estimada como indicador distintivo do estado de saúde de uma população, porque transparece as falhas dos sistemas de saúde na assistência e as condições de vida de uma população, assim como indica o nível de reconhecimento das sociedades para com os direitos humanos das mulheres. Ademais, pode estar correlacionado às restrições impostas à autonomia reprodutiva feminina, como a não autorização legal para a interrupção voluntária da gravidez indesejada, o abuso e a violência sexual e doméstica sofridas, exemplifica Miriam Ventura (2009, p. 122), que conclui “[...] esses eventos, respectivamente, aumentam o risco de abortamento inseguro e clandestino, e reduzem a capacidade feminina de se proteger de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada”.

No Brasil, de 1996 a 2018, foram registrados 38.919 óbitos maternos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), sendo que quase 67% derivaram de causas obstétricas diretas, ou seja, complicações obstétricas durante a gravidez, parto ou puerpério devido a intervenções desnecessárias, omissões, tratamento incorreto ou a uma cadeia de eventos resultantes de qualquer dessas causas. As causas obstétricas indiretas procedem de doenças pré-existentes à gestação ou que se desenvolveram durante esse período. De 1996 a 2018, essas causas foram responsáveis por 29% das mortes maternas e o restante foi classificado como causas obstétricas inespecíficas. Mulheres negras totalizaram 65% dos óbitos maternos, enquanto mulheres que não vivem em união conjugal representaram 50%

dessas mortes. Apesar de a escolaridade ter sido ignorada, em 13% dos registros de óbitos maternos do SIM, mulheres de baixa escolaridade (menos de oito anos de estudo) compuseram 33% dos casos (BRASIL, 2020b). Restrições de acesso aos serviços, indicadores sociais como saneamento, educação e renda, que concorrem para que estejam na base na pirâmide social, baixa qualidade daquilo que lhes é oferecido, informação insuficiente sobre seus direitos, racismo institucional e estigmatização da condição socioeconômica das gestantes compõem o cenário no qual mulheres negras e pouco escolarizadas sejam mais da metade das que morrem durante o parto.

Entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher do Governo Federal diminuiu de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. Em uma conjuntura que aponta aumento da violência doméstica contra mulheres, a desassistencialização pode ser sentença de morte para mulheres. De 2015 a 2019, houve uma queda de 82% na aplicação de recursos e um aumento de 68% nos casos de violência reportados. Em 2019, o programa Casa da Mulher Brasileira, que é uma rede de unidades de atendimento integrado para vítimas de agressões físicas e psicológicas, não teve nenhum investimento do governo. O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos afirmou que a paralisação total em 2019 se deu por falta de acordo com a Caixa Econômica Federal para a construção de novas unidades, conforme noticiado pela Agência Câmara de Notícias (DEPUTADAS, 2020).

Tal realidade assume gravidade maior se considerarmos que a maior parte dos investimentos nos últimos três anos foi na construção e manutenção das Casas da Mulher Brasileira, centros de atenção a mulheres em situação de violência presentes em oito capitais; no Ligue 180, central telefônica de recebimento e encaminhamento de denúncias de violência contra mulheres; e em ações intituladas “Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres”, “Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres”, “Atendimento às Mulheres em Situação de Violência” e “Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, conforme Carolina de Assis, Flávia Bozza Martins e Marília Ferrari (2018), em publicação da *Revista Gênero e Número*.

O desmonte de políticas progressistas de direitos humanos também foi evidenciada na candidatura brasileira à reeleição no CDH (Conselho de Direitos Humanos), em 2019. Contrariando candidaturas apresentadas nos anos de 2010, 2013 e 2015, o novo documento não mencionava questões de gênero, desigualdade

e tortura, tampouco a expressões como “direitos reprodutivos” e mesmo “orientação sexual”. As ausências representam uma guinada nas posições do país, que teve papel de destaque em seus últimos mandatos no CDH (ASSIS; MARTINS; FERRARI, 2018).

O conservadorismo e o neoliberalismo têm balizado políticas públicas que enfatizam o papel das mulheres como mães, fortalecido a divisão sexual do trabalho, negligenciando ações de combate à violência e fomentando a falta de acesso aos direitos reprodutivos quando, sabidamente, essa ação tem consequências gravíssimas para a saúde pública.

Paralelamente, assiste-se ao desfinanciamento do SUS, que pode contribuir e (provavelmente está contribuindo) para a desassistencialização. Carência de insumos, medicamentos, profissionais desacompanhados com a falta de condições mínimas para trabalhar, aliado ao aumento da pobreza das classes populares, tem defrontado a sociedade com serviços de saúde em dificuldades ou insuficiências para prover resposta adequada. Mulheres negras, as mais vulneráveis socialmente, exibem os piores indicadores de saúde o que, decerto, está relacionado ao racismo. Temos acompanhado o aumento da mortalidade materna, infantil, de queda nas coberturas de imunização, o imbróglio do plano de vacinação contra a COVID-19 e a escalada de violências contra as mulheres.

Os direitos reprodutivos precisam ser pensados como desafio das mulheres às táticas de controle dos seus corpos e enfrentamento ao patriarcado e ao capitalismo. O deslocamento da maternidade do âmbito da naturalização, da reprodução biológica para o da norma social, com todos os desdobramentos que o abortamento inseguro traz para as mulheres, também marca a necessidade de pensar nesse dispositivo de controle reprodutivo como política de saúde pública, levando em consideração a autonomia das mulheres sobre seus corpos, seu direito fundamental à liberdade e os direitos sexuais e reprodutivos, efetivo controle sobre a própria fecundidade e a possibilidade de tomar decisões responsáveis sobre sua sexualidade bem como sua escolha sobre a maternidade.

A maternidade de mulheres negras, muitas vezes marcadas pela violência, racismo e pobreza, pode ser adiada ou negada por elas ou se configurar como símbolo de resistência a essas determinações. Cabe ressaltar que, como explica Flávia Biroli (2018), não se trata de idealização, mas da produção de identidades e ações políticas a partir do *matriarcado da miséria* (CARNEIRO, 2011b) que

caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil e muito se afina com as mulheres-mães de famílias monoparentais, sujeitas deste estudo.

2.1.2 As idiossincrasias da maternidade negra

A maternidade para mulheres negras usualmente é pontuada por múltiplas formas de violência ante um cenário de desigualdade socioeconômica e racismo estrutural: se parirem menino, ele pode ser preso injustamente ou assassinado pela polícia; se for menina, pode ser hiperssexualizada e alvo de abusos. São mulheres-mães que tendem a ser responsabilizadas pela pobreza de sua família, pela violência do companheiro, estigmatizadas na sociedade pelos serviços das políticas públicas.

Ante a esse panorama, retomamos a expressão *matriarcado da miséria*, termo cunhado pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier e empregado por Sueli Carneiro (2011b) para explicar que, embora as mulheres negras brasileiras tenham experienciado exclusão, discriminação e rejeição social históricas, também demarcaram seu papel de resistência e liderança em suas comunidades pobres e vulnerabilizadas em todo país.

Discutimos *matriarcado da miséria* como potencialidade em contraposição ao matriarcado *negro* discutido por Daniel Patrick Moynihan (1965, p. 5 apud Regina Louise Davis-Sowers, 2006, p. 14), que relacionou famílias negras de baixa renda a um “emaranhado de patologias”. Para ele, essas famílias eram desorganizadas e disfuncionais devido à fraqueza da estrutura familiar e mesmo em uma classe média negra com muitas características e valores assimilados dos/as brancos/as, havia constante perigo em virtude da patologia do grupo perturbado. O desvio de famílias negras seria a causa do “[...] comportamento inadequado e antissocial que não estabeleceu, mas agora serve para perpetuar o ciclo de pobreza e privação” MOYNIHAN (1965, p. 5 apud DAVIS-SOWERS, 2006, p. 14). Para o enfrentamento das estigmatizações e naturalização do sexismo e racismo, é preciso entrelaçar a desigualdade racial e social sem desprezar a influência histórica da condição colonial e da escravização dos corpos negros.

Assim como Moynihan (1965) não abordou a influência de fatores como o isolamento social, político e econômico entre os/as negros para a limitação das capacidades de avanço na sociedade americana, no Brasil, o mito da democracia

racial também opera nesse sentido: para asseverar o poder, colonizadores dominam corpos, mas nomeadamente o imaginário de cada povo dominado, conferindo valor simbólico ao dominador, naturalizando o direito de ocupar o lugar de dominação, e depondo de valor simbólico todo colonizado que deve ser relegado à subalternidade, como minudencia Lélia Gonzalez (2020a [1988]).

Não se pode perder de vista que estudos que fomentem a responsabilização e culpabilização das famílias por sua pobreza, ao invés de discutir a estrutura social do país, interfere negativamente na formulação e implementação de políticas públicas. Ademais, é preciso destacar os pontos fortes dessas famílias que evidenciam capacidade de resistência e luta pela sobrevivência, apreciar fatores socioemocionais, como apoio, cuidado, lealdade, religião, espiritualidade, não apenas os índices socioeconômicos para avaliar a estabilidade família, como discutido por Regina Louise Davis-Sowers (2006).

Roberta Gondim de Oliveira *et al.* (2020, p. 2) pondera que a crença no mito da democracia racial, amparada por ideias que assinalaram a sociedade brasileira contemporânea, conquanto esteja em processo de questionamento e desconstrução por meio do ativismo dos movimentos negros, é “[...] reatualizada, retarda e impede o avanço esperado na discussão e na implementação de políticas e ações afirmativas”. Nesse sentido, assume relevância absoluta a presença de intelectuais negras nos textos feministas tendo em vista que, para além de tratar de dominação sexual, social e econômica a que as mulheres estão submetidas, assim como a situação das mulheres das camadas mais pobres, a opressão racial precisa dar a tônica das discussões, decreta Lélia Gonzalez (2020c [1979]).

As identidades políticas de mulheres negras têm se distinguido historicamente por diferentes fatores, nos lembra Sueli Carneiro (2003). Já Lélia Gonzalez (2020a [1988]), nos chama a atenção para que a questão racial esteja no cerne do debate quando se discute a opressão das mulheres, não apenas de maneira periférica. Ainda sob essa ótica, Angela Davis (2017) destaca que é necessário enfatizar a condição da mulher negra na perspectiva de gênero e de raça, reconhecendo que também estão implicados classe, sexualidade e gênero, para além da convenção binária. São elas que estão entre os grupos mais ignorados, mais subjugados e também os mais atacados e sem liberdade do mundo.

Mulheres periféricas têm retirado o direito de serem mães. Isso nos remonta às detenções colonialistas e escravistas narradas por Angela Davis (2016 [1981]), no

livro *Mulheres, Raça e Classe*, que relata os abortos provocados por mulheres escravizadas porque estavam seguras de que não queriam trazer ao mundo crianças que seriam escravizadas. O aborto realizado pelas mulheres negras ou não-brancas, na contemporaneidade, talvez seja mais uma forma de resistência ao controle de seus corpos, uma forma de subverter a criminalização – estratégia usada pelo Estado para se eximir da elaboração de políticas de amparo para assistir mulheres que decidem realizar o procedimento do aborto voluntário bem como prover as informações que melhor as orientem antes da decisão de interrupção da gestação. Observamos, mais uma vez, o protagonismo dessas mulheres no enfrentamento ao machismo e ao racismo.

Quando relacionamos o que outrora fora vivenciado por mulheres negras escravizadas com os dados que encontramos hoje que apontam para o racismo, com repercussão negativa em todos os índices de desenvolvimento humano, tanto para elas como para sua prole, há que se atentar para o que foi discutido: anteriormente mulheres negras, jovens e periféricas, apesar de não serem as únicas a recorrerem a um aborto no Brasil, ainda são as maiores vítimas de abortos não seguros. Possivelmente, todas as violências e ausências do Estado e da sociedade, a inércia e a ineficácia de políticas públicas no escopo de garantir ao acesso à contracepção e ao aborto seguro, melhores condições econômicas, sociais e educacionais concorreram para esse *status quo*.

As ausências e violências do Estado são retratadas em números como os do *Atlas da Violência 2020*, publicado pelo Ipea, que revela o aprofundamento das desigualdades raciais nos indicadores sociais da violência. A evidência é ainda mais nítida quando constatamos que a redução de 12% da taxa de homicídios ocorrida entre 2017 e 2018 se concentrou mais entre a população não-negra do que na população negra. Entre os não-negros, a diminuição da taxa de homicídios foi igual a 13,2%, enquanto entre negros foi de 12,2%, isto é, 7,6% menor. A análise dos dados da última década, entre 2008 e 2018, deslindam que as taxas de homicídios apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não-negros houve uma diminuição de 12,9%. São os homens (91,8% dos casos), jovens (53,5% dos casos), negros (75,7% dos casos), de baixa escolaridade (74,3% dos homens vitimados possuem até sete anos de estudos) e solteiros (80,4% dos homens vitimados) as principais vítimas de homicídios no Brasil (IPEA, 2020).

São os negros os que compõem 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil³¹. O levantamento anual feito pela Rede de Observatórios da Segurança, publicado em 2020, aponta que 96,9% das pessoas com cor e raça informadas, assassinadas pela Polícia Militar da Bahia, em 2019, eram negras: das 489 vítimas por intervenção policial identificadas, 474 eram pretas ou pardas.

São as estatísticas que nos mostram que são inúmeros os negros mortos diariamente por policiais militares no Brasil. São números que nos apontam que o racismo é propulsor da violência no Brasil e, dentro de uma instituição cuja lógica é a proteção da propriedade e dos interesses do Estado e não, necessariamente, a garantia da segurança pública para as pessoas, produz criminalização de territórios (negros e periféricos, majoritariamente), em detrimento de produção de cidadania e da garantia de direitos sociais. Sublinhamos que policiais, também negros, em sua maioria moradores das periferias, são os que compõem esse cenário de guerra: tanto matam quanto morrem.

A experiência de dor e luto vivida pelas mulheres-mães negras, cada vez mais frequentes nas comunidades periféricas, está registrada no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*: em 2019, pelo menos 6.357 pessoas foram assassinadas pelas forças policiais brasileiras. Dessas vítimas, 79,1% eram negros, 74,3% eram jovens de até 29 anos e 99,2% eram homens, o que escancara a violência do Estado contra uma parcela da população: jovens negros e periféricos. A violência também atinge os policiais militares negros em maior número. Apesar de representarem 44,9% da corporação, foram 65,1% das 172 vítimas de crimes violentos letais em 2019. Estavam de folga ou em serviço, normalmente em “bicos” para complementar renda. Esses profissionais costumam ser do nível operacional e morarem em bairros periféricos assim como as principais vítimas da violência policial.

Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam crescimento ao longo dos anos, entre os brancos, os índices de mortalidades são significativamente menores

³¹ Levantamento feito pelo Condege, entidade que reúne defensores públicos de todo país, e também pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, veiculado pelo Programa Fantástico em fevereiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2021.

quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentaram redução nos últimos anos. Isso está em todos os noticiários e, infelizmente, tem sido corriqueiro. Como não pontuar a dor de mães com mortes como a de Bruno Barros e Yan Barros, tio e sobrinho, após os dois furtarem carnes do supermercado Atakarejo, no bairro do Nordeste de Amaralina, em Salvador?³²

Policiais e jovens negros também compartilham outro problema: o suicídio. Enquanto entre os profissionais da segurança pública a taxa verificada foi três vezes maior do que a verificada entre a população em geral, segundo dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, entre adolescentes e jovens negros do sexo masculino, o risco de cometimento de suicídio é 50% maior do que entre brancos na mesma faixa etária. O risco na faixa etária de 10 a 29 anos foi 45% maior entre jovens que se declaram pretos e pardos do que entre brancos no ano de 2016, de acordo com dados da cartilha *Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros 2012 a 2016*, lançada pelo Ministério da Saúde (MS) durante o Seminário Nacional de Saúde da População Negra na Atenção Primária (BRASIL, 2018b).

Essa situação ecoa em tons agudos em mulheres negras. São mães que perdem filhos/as; irmãs que perdem irmãos; filhas que perdem pais; esposas que perdem seus companheiros. A violência letal pode significar que mulheres negras tenham que cuidar sozinha de suas famílias. O luto pelos familiares, pela perda de seus/suas filhos/as de forma precoce impõe convivência com condições dramáticas de existência, que podem resvalar na sua saúde mental e na sua produção de vida social.

Observa-se um cenário no qual agressores, que também podem ser vítimas, são pessoas que partilham exterioridades semelhantes: negros, pobres, precarizados, vítimas do racismo estrutural que fomenta inúmeras situações de violência. São pessoas, em geral, padecentes das negligências institucionais na saúde e na assistência; apartadas de direitos básicos e fundamentais. O fato de serem negros os corpos, tanto desses jovens periféricos quanto dos policiais, nos faz indagar: se a gente não vive em uma sociedade racista, porque a maioria dos corpos que tombam sob a violência é negra?

³² Um mês do caso Atakarejo: 'Peço a Deus para sonhar com ele', diz mãe de um dos jovens mortos na BA após furto de carne. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/05/26/um-mes-do-caso-atakarejo-peco-a-deus-para-sonhar-com-ele-diz-mae-de-um-dos-jovens-mortos-na-ba-apos-furtarem-carne.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2021.

Encontramos resposta na ponderação de Lélia Gonzalez (2020c [1979], p. 34) ao afirmar que “[...] o racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravidão, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses [...]” que atua como instrumento para que corpos negros se mantenham em “seu lugar” no sistema de exploração de classe. Diante desse quadro, o racismo engendrado na instituição polícia militar atua como aparelho de produção de controle, de patrulhamento, de castigo, de compartilhamento injusto de oportunidades de vida, de rastreamento das pessoas e de restrição do potencial de exercício pleno de cidadania.

Negado, o racismo que é perceptível e imposto, não é discutido se não houver pressão dos movimentos sociais. O que nos aponta a necessidade de construção de uma estrutura teórico-crítica, como o feminismo negro, para analisar essas questões que têm atravessado a sociedade contundentemente nos últimos anos com a ascensão de governos neoliberais e críticos dos direitos humanos que têm contribuído para o recrudescimento de episódios de racismo e estigmatização da população negra que reverbera em encarceramento, necropolítica e genocídio.

A necropolítica, termo cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) para definir a política de morte do/a outro/a, do/a negro/a, como se fosse uma etnia a ser exterminada e o genocídio da população negra e suas juventudes, figura como “políticas públicas”. Os quatro decretos federais – 10.627, 10.628, 10.629 e 10.63 –, publicados em 2021, acerca da liberação de armas pelo presidente Jair Messias Bolsonaro apontam para isso (BRASIL, 2021d; 2021e; 2021f; 2021g).

Com efeito, ao flexibilizar normas de proteção e desburocratizar a obtenção e permissão de armas de fogo, além de retirar do controle do Exército munições dos calibres outrora controlado por ele (e, normalmente, usado pela polícia), o Estado dá um evidente recado: não se preocupa com o crescente número de mortes de crianças e jovens praticadas por agentes de segurança. De acordo com *Anuário de Segurança Pública 2020*, o risco de morte violenta intencional cresce significativamente a partir dos 13 anos e figura de maneira representativa dentre as mortes causadas pela polícia: a partir dos 14 anos, 81% das causas de mortes violentas de crianças e adolescentes de todas as idades no Brasil decorrem de ação policial.

A sétima edição do *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*, lançado pela Fundação Abrinq em 2020, a partir da análise de dados do Ministério da Saúde

(MS), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), da Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Brasil e Regiões, traçou série histórica que apresenta as taxas de homicídio de crianças e adolescentes brancas e negras entre os anos de 2010 e 2018. Ficou evidenciado que a taxa de homicídios entre pessoas negras foi, no mínimo, três vezes maior em todos os anos da série histórica. Enquanto a taxa de homicídios de brancas permaneceu relativamente estável, com leve decréscimo no último ano da série; a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu em quase todos os anos, aumentando em mais de meio ponto percentual no último ano. Dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020* corroboram esse quadro: pessoas negras representam 78% das crianças de 0 a 19 anos vítimas de mortes violentas intencionais no Brasil. Em todas as faixas etárias, o número de vítimas negras prevalece sobre o de brancas. Essa situação indica que a cor ou raça, no Brasil, é fator que aumenta o risco de vitimização por violência homicida além de ser sintoma perverso da histórica desigualdade no país (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2019).

Embora tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto o Estatuto do Desarmamento (ED) sejam apontados como instrumentos potenciais para a diminuição de homicídios de crianças e adolescentes, conforme destacado pelo *Atlas da Violência 2020* (IPEA, 2020), o que temos observado é um processo, capitaneado pelo Governo Federal, que pode fomentar a escalada e o crescimento dos assassinatos de crianças no Brasil. Apesar de não ser possível afirmar que a queda substancial da marcha acelerada de mortes seja decorrente da implementação dos dois estatutos, os números analisados pelo *Atlas da Violência 2020* sugerem o potencial efeito dessas duas legislações que, conjuntamente, podem frear a barbaridade em curso do massacre de milhares de crianças pelo Brasil afora. Sobre o ECA e o ED, o *Atlas da Violência* (IPEA, 2020, p. 33) minudencia:

[...] são duas legislações que se potencializam mutuamente. De um lado, tem-se o Estatuto do Desarmamento, que limita o acesso a armas de fogo e outras armas, impactando positivamente na redução dos homicídios. De outro, encontra-se o ECA, que, ao mudar as normas sociais e culturais que aceitam a violência contra crianças e adolescentes e criar instâncias de reparação e de defesa de direitos, também contribui para reduzir os homicídios nesta população.

Malgrado os muitos avanços do ECA, dentre os quais aqueles transpostos nas áreas de educação, saúde e trabalho infantil, algumas ameaças de retrocessos, entre eles, o risco aumentado de mortes violentas dada a facilitação do acesso à armas pelo cidadão comum, estão as desigualdades de renda e raça, que conferem diferenças no acesso a direitos sociais, por crianças e adolescentes pobres, em praticamente todas as áreas dos direitos sociais. No âmbito da educação, pobreza e desigualdade de renda são agentes das elevadas taxas de abandono e atraso escolar entre jovens de 15 a 17 anos (IPEA, 2020).

Os homicídios de adolescentes e jovens, que atingem especialmente os moradores homens de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos, e propostas que visam à redução da maioridade penal e mudança do tempo de internação também são ameaças de retrocessos que desviam o foco das questões que precisam ser discutidas, como a efetiva implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)³³, conforme estabelecido no ECA (IPEA, 2020). Se analisarmos os efeitos da crise da COVID-19, por exemplo, verificaremos que a desistência dos estudos se escancarou entre as classes sociais mais baixas: 54% maior entre os alunos das classes D e E (10,6%) na comparação com estudantes das classes A e B (6,9%), de acordo com pesquisa do C6 Bank/Datafolha, publicada no portal da *Revista Educação* (4 MILHÕES, 2021).

Indubitavelmente, os dados apontam para o fato de que as desigualdades sociais no Brasil são transpassadas por dimensões socioculturais e étnico-raciais. Escancaram-se estratégias e políticas de segurança e proteção da cidadania que afetam, de forma discrepante, às populações branca e negra. A omissão e a divergência de tratamentos contribuem, ainda, para a naturalização e a banalização das violações por parte de variados setores da sociedade, resultando na culpabilização das vítimas, elucida a Plataforma Política Juventudes Contra Violência³⁴. Os homicídios são reflexo dos efeitos da interseccionalidade e do desvelamento da desconfiança radical, invisibilização e vulnerabilizações às quais a

³³ Lei 12.594 de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 22 fev. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/enfrentamento-ao-genocidio-da-juventude-negra/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

população negra está sujeita e o quanto a violência atravessa esses corpos de maneira generalizada.

As violências que atingem, maiormente, corpos negros e periféricos, marcam a maternidade da mulher negra e pobre. Sobre a relação raça e classe, Ângela Davis assevera:

É preciso compreender que **classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe.** Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011, sem paginação, grifos nossos).

Todas as situações discutidas até aqui pontuam a maternidade de grande parte das mulheres negras. Uma legião de mulheres negras, via de regra, periféricas, assim como as mulheres-mães que compõem o território em que esta pesquisa foi desenvolvida. Esses dados me reportam ao “defeito de cor”, título do livro de Ana Maria Gonçalves, inspirado por uma frase do poeta Luís Gama, que retomo aqui:

Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que esta cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga sob sua superfície escura, vulcões onde arde o fogo sagrado da liberdade (GAMA, 2008 apud FIGUEIREDO, 2011, p. 277).

Ter vivido grande parte da minha vida na periferia e seguir trabalhando nela, produzem em mim a empatia e a solidariedade às mulheres-mães que experienciam a maternidade marcada pelo medo da cooptação de seus/suas filhos/filhas pelo tráfico e seu assassinato por traficantes ou pela polícia. A maternidade plena não foi (e segue não sendo) um direito garantido às mulheres negras: tiveram-na negada durante a escravização. Negada quando milhares de mulheres negras foram submetidas a esterilizações compulsórias. Negada quando milhares de vidas de jovens periféricos/as são ceifadas todos os dias.

Já vi e ouvi mulheres-mães em luto na minha vivência como professora, ao longo de quase vinte anos. Já as vi e ouvi na minha vivência de mulher negra periférica (sem filhos/filhas). A luta delas, ante o luto, em sempre assegurar “que não estavam” envolvidos – ou envolvidas – “com nada de errado” (sim, já tivemos caso de uma estudante de 14 anos ser capturada na porta da escola e executada há alguma distância, fato que gerou grande comoção para a comunidade escolar) ou que se “envolveram com gente errada, apesar dos seus conselhos”, sempre me trouxeram a reflexão sobre o que é e por onde passa ser mãe e mulher e negra e periférica. Obviamente, sem a capacidade de análise que esta pesquisa me exigiu a fim de, nesse momento pandêmico, ser a voz, que por meio do *ponto de vista*, de *outsider within*, tenta trazer as idiosincrasias da maternidade dessas mulheres-mães, negras, em sua maioria.

São muitas histórias que assistimos de maneira estigmatizada nos noticiários locais, exibidos no horário do almoço. Costumam ser tratados como “mais um” dentre tantos outros. Não falam, na maioria das vezes, na solidariedade entre mulheres e lideranças populares e suas comunidades: a dor e a solidariedade sobejam esses acontecimentos. Muitas vezes, são mostras de organização política e de intensa solidariedade capazes de mostrar à sociedade que, para além das violências, da crueza e da dureza desses momentos, é possível pensar, construir e demarcar novas estruturas sociais. Mulheres negras que lutam pela liberdade, desde os tempos da colonização e escravidão até o presente, vivenciando elas mesmas, ou maridos/companheiros/as, filhos/as, irmãos/irmãs, amigos/as negros/as, as diversas violências, também re(existem).

É esse contexto que nos aproxima dos ensinamentos da pensadora e ativista Vilma Piedade (2017), que nos diz que a noção de sororidade não inclui aquelas afetadas por silenciamentos históricos, invisibilidades e ausências provocados pelo racismo patriarcal. São essas experiências de dor, compartilhadas por essas mulheres-mães-negras-periféricas, que dão significado à *Dororidade*, termo cunhado por Vilma Piedade (2017, p. 17) para descrever a “Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor”. E o racismo atua em larga escala institucional, estrutural e epistemológica para assegurar vantagens a pessoas brancas e destituir pessoas negras, elucida Sueli Carneiro (2011b).

No cotidiano brasileiro, a morte do homem negro é uma morte anunciada. Não há como fugir da série de questionamentos sobre como o racismo ainda molda as relações sociais no Brasil. Em uma sociedade na qual a desconfiança constitui historicamente uma forma social escravista que – como diz Muniz Sodré, em entrevista à Sanny Bertoldo (2020), editora da *Revista Gênero e Número* –, não é a mesma coisa que sociedade escravista. De acordo como autor, a sociedade escravista antecede a abolição, a partir dela, surge a forma social escravista, e é dentro dela que se constitui essa rejeição e desconfiança do negro, o homicídio de pessoas negras e o fenômeno de *genocídio da juventude negra* – extermínio generalizado ou genocídio dos jovens negros – reflete o racismo estrutural e institucional, que desumaniza esses corpos e coloca em xeque ideais de solidariedade e igualdade, impacta o tipo de sociedade que estamos construindo para as próximas gerações.

As alarmantes taxas de mortalidade da juventude negra evidenciam a incapacidade do Estado de oferecer acesso igualitário, entre negras/os e brancas/os, às políticas sociais e aos serviços públicos e segue constituindo uma dentre a série de outras violências sofridas por esse segmento. No Brasil, depois da abolição, não se enforca mais os negros em árvores, como nos Estados Unidos, mas há outras formas sutis de extermínio, por não considerá-los como pessoa humana. É. “O negro é um cidadão invisível. Quando ele aparece, a violência aparece também”, explica Muniz Sodré (BERTOLDO, 2020). Assim, “[...] quando se levam em consideração raça e classe, outras dimensões da maternidade são reveladas em suas conexões com a cidadania, a precariedade e a luta política” (BIROLI, 2018, p. 37).

Diante das ausências do Estado e da cumplicidade de uma sociedade racista, forjada no mito da democracia racial, mulheres-mães, negras e periféricas se unem e se fortalecem pela “Dororidade”. O “defeito de cor” pode inspirar essas mulheres-mães, tal qual Kehinde³⁵, a reverberar suas vozes e demarcar seu lugar de

³⁵ Kehinde é a protagonista-narradora do romance *Um defeito de cor* (2007), escrito Ana Maria Gonçalves. A personagem relata aspectos de sua vida e mudança do continente africano para o Brasil na condição de escrava. Nessa obra, é possível resgatar pontos da história dos negros no Brasil: embarque nos navios negreiros, chegada ao novo continente, comercialização dessas pessoas, sua vida nas fazendas, castigos, fugas, dia a dia na casa grande e nas senzalas, separações entre mães escravizadas de seus/suas filhos/as além dos estupros praticados pelos senhores. O sofrimento permeia a vida de Kehinde, mas seu papel ativo e altivo perante as dificuldades (longe de romantizações, destaque), me lembra a resiliência das mulheres-mães sujeitas desta pesquisa.

enunciação; a questionar a subalternidade e lutar pela autonomia; a romper a homogeneização do discurso que desumaniza corpos negros para que a violência das quais são vítimas não gere comoção. Nesse contexto, o silêncio sobre as agressões cede espaço às lutas, à capacidade de (re)unir forças para superar situações de extrema adversidade. O “defeito de cor” se reconfigura: o luto anda de mãos dadas com a luta. Ser mulher e mãe e negra e periférica também pode significar potência.

3 ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: AS MULHERES-MÃES COMO FRENTE NO CUIDAR, PROVER E PROTEGER

Ana Maria Goldani (1989) assinala que a família deve ser entendida em um contexto ampliado, que considere processos sociais refletidos por seus membros, especialmente, de eventos da trajetória de vida de mulher. Se partimos da análise de indicadores da inter-relação da família com os processos sociais, assim como somarmos a queda das taxas de fecundidade, a instabilidade das relações conjugais (maiores taxas de separação e divórcio, de novas uniões), a incidência de gravidez de adolescentes e a violência familiar, sinalizadas pela autora, e perpassarmos pela análise histórica das famílias negras, como explica Sueli Carneiro (2020 [1985]), a composição das famílias negras, nos moldes da família nuclear burguesa ou monogâmica, é fenômeno historicamente recente.

Regina Louise Davis-Sowers (2006) explica que as famílias negras foram atravessadas por eventos como escravidão, emancipação, migração, racismo e privação econômica, o que as desestabilizou, especialmente no que diz respeito a papéis de gênero. Não é à toa que famílias negras, via de regra, são concebidas como tendo caráter matriarcal, com homens negros como marginal, ineficaz, e subordinada às mulheres negras devido à fraca posição social desses homens.

As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal de famílias pobres (e negras), muitas vezes, marcada por empregos incertos e a instabilidade estrutural do mercado de trabalho refletem tanto na mulher – cuja vulnerabilidade se acentua mediante as diferenciações de gênero, o sexismo (e o racismo) – quanto no homem, que é deslocado do “[...] lugar central do homem na família como trabalhador/provedor, tornando-o também vulnerável” (SARTI, 2004a, p. 203).

As vulnerabilidades podem convergir para a instabilidade e ruptura das uniões conjugais e deserção paterna. Assim, a configuração em rede, e não em núcleo, pode caracterizar essas famílias, pois a rede de relações na qual se movem os/as sujeitos/as provê os recursos materiais e afetivos com que podem contar para além dos laços consanguíneos (SARTI, 2004a).

A deserção paterna de crianças negras no país, que remonta ao Brasil Colônia, nos indica possibilidades para entender o abandono paterno e a predominância de conformações familiares que evidenciam protagonismo feminino,

sobretudo, entre as famílias negras. Seria essa marca histórica, parte da explicação para comportamentos que definiriam, no futuro próximo, a personalidade de indivíduos desassistidos ou tardiamente assistidos? A sociedade ainda é compassiva com a deserção da paternidade. Homens-pais, sublinhe-se os negros, ao experienciarem os entraves causados pelo racismo estrutural, podem ser vítimas da conjuntura social bem como algozes de mulheres.

Comportamentos violentos, por exemplo, podem ensejar nas mulheres-mães a ruptura de ciclos de violência, levando à instabilidade conjugal e assunção da maternidade-solo, como ensina Beatriz Nascimento (2006c [1990]). Destaque-se que esse processo, a partir da análise social e histórica, ajuda a entender que os dados que vão se apresentando ao longo desta pesquisa não são aleatórios: os indicadores sociais que apontam para acintosa vulnerabilização da população negra, preponderantemente das mulheres, demonstram que a imobilidade social desse grupo passa pela escravização colonial, pelo processo de industrialização/urbanização da modernidade associado a não-reforma agrária, que colaborou para a continuidade da pobreza das pessoas negras que, ainda assim, são culpabilizadas por sua imobilidade ou baixa mobilidade social, educacional e econômica.

Ante esse contexto, as mulheres negras assumem protagonismo em suas famílias. Reporto-me, novamente, às noções de mulata, doméstica e mãe preta descritas por Lélia Gonzalez (2020 [1983], p. 83) que evidenciam a sobrecarga das mulheres negras.

[...] é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática [...]

Nota-se, com isso, que o trabalho é situação modal para entender o papel da mulher na sociedade e emerge como categoria que, ao evidenciar diferentes demandas, fomenta a necessidade de atentar para a heterogeneidade e pluralidade das mulheres. Nas narrativas históricas, e em movimentos sociais, a categoria

“mulher” denota diversidade sob a perspectiva referente ao trabalho³⁶. Enquanto para algumas, via de regra, brancas e de classe média, o trabalho fora do lar e a carreira seriam uma “libertação” ou apenas uma fadiga a mais, para outras, geralmente negras e das classes populares, o trabalho dentro e fora do lar já era realidade há muito, normalmente, atrelada à precariedade.

As diferenças encontradas entre mulheres se assenta na conjugação entre gênero, classe e raça, reforça Flávia Biroli (2018, p. 22). Que minudencia:

Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas dos seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população.

As situações supracitadas nos apontam, como explica Flávia Biroli (2018), para o fato de que a desigual incidência da divisão sexual do trabalho sobre as mulheres concorre para que a produção do gênero seja racializada e atenda à uma dinâmica de classes. Por isso, para a autora, “[...] a divisão sexual do trabalho é um locus importante da produção do gênero [...]” (BIROLI, 2018, p. 23). Embora as mulheres sejam portadoras de uma força de trabalho que vale menos no mercado, e esta relação seja fundamentada na dominação capitalista/patriarcal materializada na divisão sexual do trabalho, a questão racial também é determinante do valor da força de trabalho e das oportunidades de emprego. Assim, mulheres pretas e pardas são conservadas na base da pirâmide social. O racismo e a exploração se combinam e os trabalhos precarizados e mal pagos regulam e impactam não apenas o bem-estar individual das mulheres como das pessoas que lhes são próximas, como elucidada Flávia Biroli (2018).

A repartição de tarefas orientada a partir do gênero, e aprofundada com raça e classe, gera a naturalização de hipotéticas habilidades. Sobre o peso do trabalho reprodutivo na vida das mulheres, cabe citar bell hooks (2020, p.84) “[...] quando as mulheres, em casa, dedicam todo o tempo a atender às necessidades dos outros, o lar é local de trabalho para ela, não é local de relaxamento, conforto e prazer [...]”.

³⁶ A reestruturação do conceito de trabalho, no contexto da sociedade capitalista, incorpora o trabalho reprodutivo ou trabalho doméstico para alcançar as duas esferas: a esfera da produção econômica e da reprodução produtiva. Essa reorganização é parte de um processo político e de uma prática de produção do conhecimento que se constroem a partir do movimento feminista (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 15).

É preciso atentar para as imagens de controle referidas por Patrícia Hill Collins (2019), ao (não) lugar ocupado que lhes atribuem, ao ideário – que se estende desde a disponibilidade sexual, agressividade, destino ao cuidado maternal ou alheio e afins – que, indubitavelmente, são marcas da colonialidade e produzem efeitos de poder, rebaixando-as.

Sublinhar as diferenças entre as mulheres é, em uma perspectiva de proposições de projetos e políticas públicas, orientados pela concepção portada pela categoria “gênero”, compreender que para além da compreensão de que homens e mulheres ocupam papéis distintos na sociedade e, as mulheres, conforme classe e cor, dentre outros marcadores, também têm demandas diferenciadas. Oyéróké Oyèwùmí (2020) reforça que o debate feito em torno de gênero deve considerá-lo como construção sociocultural, uma vez que a categoria “mulher” não é universal.

É inescusável, portanto, persistir tanto nas diferenciações entre mulheres quanto na teorização das múltiplas opressões a que são submetidas, destacadamente, as desigualdades de raça, gênero e classe. Além disso, a autora sublinha o esforço necessário para reposicionar essa discussão ao trazer elementos como imperialismo, colonização e “[...] outras formas locais e globais de estratificação, que dão peso à afirmação de que **gênero não pode ser abstraído do contexto social e de outros sistemas hierárquicos**” (OYÉWÙMÍ, 2020, p. 173, grifo nosso).

Verifica-se que famílias pobres, principalmente as negras, terão sua lógica. É mister extrapolar a circunscrição de família à pertinência a um grupo genealógico e repensar a premissa de determinados “arranjos”³⁷ familiares que são mais vulneráveis à pobreza, conforme asseveram Giancarlo Petrini e Marcelo Dias (2013, p. 27). A pluralidade das famílias encerra particularidades e dinâmicas que convocam, para além de discutir a dificuldade de mulheres para criar, cuidar e prover sozinhas a filhos e filhas o sustento da família e a importância de uma relação com um pai e uma mãe para o desenvolvimento equilibrado do “eu” da criança³⁸,

³⁷ A palavra “arranjo” pode reportar, segundo o dicionário on line Michaelis, “à reposição em atividade de algo que estava parado, desregulado, quebrado etc.; conserto, reparo”, ou, ainda, “à relação amorosa extraconjugal; cacho, caso”. Por isso, usaremos a terminologia “reconfiguração”, por entender que a família vem sofrendo um processo de assumir novas formas, novas configurações. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>.

³⁸ Outros aspectos relacionados ao declínio e à reorganização da figura do pai estão presentes em Carvalho, Moreira e Rabinovich (2015).

investigar quais contextos permearam e permeiam o declínio da figura do pai e como vem ocorrendo sua reorganização. Há que se debater alguns elementos que apontam não apenas disfuncionalidades, desorganização e desestrutura familiar mediante ausência da figura paterna.

Cynthia Sarti (1999) destaca a importância de entender que o desaparecimento e a exclusão dos homens no caso de famílias da classe trabalhadora, por exemplo, podem estar relacionados a casos de abuso masculino. Nesse cenário, o afastamento do pai pode gerar um ambiente mais saudável para os membros da família bem como o desenvolvimento de mecanismos de resiliência e estabelecimento de redes de apoio que ressignifiquem os laços familiares.

Ana Barreiros de Carvalho, Lúcia Vaz Moreira e Elaine Pedreira Rabinovich (2015) ainda ressaltam que a presença paterna pode ser favorável tanto ao desenvolvimento do filho quanto da mãe, ao compartilhar as responsabilidades e dividir atividades cotidianas. Todavia, pode ser disfuncional, como nos casos de alcoolismo, por exemplo, cabendo um maior apoio de familiares e não-familiares.

Teresa Cristina Leal e Lúcia Vaz Moreira (2011), por outro lado, sinalizam que a dinâmica familiar é envolta em complexidades, haja vista que é preciso considerar a família como um dos setores da sociedade que mais passou por transformações entre as décadas de 1970 e 90. Essas décadas tiveram grande impacto nos valores culturais, à medida que foram marcadas pela inserção da mulher no mercado de trabalho, pela emancipação feminina, novas formas de vivenciar a maternidade e a conjugalidade.

Além disso, grande parte dos participantes da pesquisa feita por Leal e Moreira residia com famílias nucleares, composta por pai, mãe e um ou dois filhos, no máximo. Quando perguntados quem eles consideravam da família, grande parte se incluiu em famílias extensas, levando as autoras a concluírem que para eles, “[...] os vínculos familiares extrapolam as fronteiras das residências” (LEAL; MOREIRA, 2011, p. 74).

Ao considerar as subjetividades de professores e professoras, é mister compreender a inserção desses/as sujeitos/as na sociedade bem como nas suas redes familiares tendo em vista que suas percepções poderão impregnar sua prática. O estudo realizado por Teresa Cristina Leal e Lúcia Vaz Moreira (2011) evidencia a problematização de que as mudanças nas famílias e em suas configurações, para os/as professores/as e futuros/as profissionais da educação,

sujeitos/as da pesquisa, podem ser fontes de tensões entre a escola e a família, à medida que eles/elas reconhecem a formação acadêmica insuficiente para tratar as demandas familiares na contemporaneidade. Relatam, ainda, a necessidade da “[...] construção de uma abordagem interdisciplinar sobre a família; a necessidade de abordagens sob perspectivas diversas – antropológica, sociológica, ética, étnica, religiosa, cultural, etc.” para tratar esse tema (*ibidem*, 2011, p. 75).

Os resultados supracitados sugerem que tensões entre escola e família, muitas vezes, decorrem da falta de conhecimento e reconhecimento de novas estruturas familiares no ambiente escolar. Isso é compatível com o artigo escrito por Maria Amália Vitale (2002), ao sinalizar que a maior parte daqueles que pesquisam e trabalham com família, por ter intimidade, já que todo mundo tem família, tem um modelo familiar internalizado (LAING, 1972 apud VITALE, 2002).

Inegavelmente, a escola é atravessada pelos gêneros. É impossível “[...] pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino” (LOURO, 2003, p. 89). Essa análise será útil para entender que a feminização do magistério que, segundo Guacira Louro (2003, p. 104), guardava “[...] elementos religiosos e ‘atributos’ femininos, construindo o magistério como uma atividade que implica doação, dedicação, amor, vigilância [...]”, por um longo tempo esteve atrelado às mulheres solteiras que, como estratégia para alcançar casamento e a maternidade que constituíam o destino “natural” e desejado para todas as mulheres, se entregavam às tarefas que tivessem uma analogia com tal missão. Talvez esses aspectos tenham deixado raízes para certo “puritanismo” que perdura e contribui para a estigmatização de modos de vida que não são arquetípicos e de modelos familiares não-hegemônicos.

Cynthia Sarti (1999), ao discutir as especificidades das famílias pobres pondera:

Quando se lida com famílias, portanto, depara-se com uma primeira dificuldade, a de estranhar-se em relação a si mesmo. Como reação defensiva, há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos – como idealização ou realidade vivida – no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar o que se passa a partir de outros pontos de vista. (SARTI, 1999, p. 100)

Diante desse contexto no qual se delineia uma relação família-escola potencialmente conflituosa, Débora Oliveira *et al.* (2008) destacam em estudo que

teve por objetivo mapear a produção científica sobre o impacto das diferentes configurações familiares, no desenvolvimento de crianças e adolescentes³⁹ que:

Os diversos campos do conhecimento precisam refletir sobre essas diferentes configurações familiares associadas à herança dos modelos tradicionais, no sentido de procurar a qualidade de vida dos membros numa organização diferente, minimizando os efeitos negativos sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes. (OLIVEIRA *et al.*, 2008, p. 96)

Pensar em modelos tradicionais no Ocidente é nos reportar ao fato de que a configuração hegemônica (sobretudo, com o recente avanço do conservadorismo no mundo – destacadamente, na sociedade brasileira) é a família nuclear, centrada em uma esposa subordinada, um marido patriarcal e crianças; entretanto, essa configuração não é universal, nos lembra Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020). Ressalto esse aspecto porque, ao assumir a perspectiva feminista negra como principal abordagem epistemológica, eu escolhi me afastar de grande parte da teoria feminista branca, cuja sociedade é representada como uma família nuclear composta por um casal e filhos/as (ser esposa é identidade definidora da mulher), onde não há espaço para outros/as adultos/as, nem categorias transversais para além de gênero.

Explico minha interlocução crítica com o feminismo cuja família nuclear seja sua extensão, pois afora estar preso na armadilha da família, não se mostra capaz de trazer outras categorias de diferença, para além do gênero, como as variáveis de classe e raça. Ao relacionar a noção de mulher com o conceito de esposa, inclusive a maternidade passa a ser definida como um relacionamento sexual com um homem, como minudenciou Oyěwùmí (2020). Partindo dessa correlação seria possível rotular mulheres que cuidam sozinhas de seus/suas filhos/as sozinhas como mães-solteiras, designação da qual, como dito, discordamos veementemente.

Estudar famílias monoparentais femininas da periferia que, habitualmente, experimentam precariedade em muitos níveis, requer esse afastamento, tendo em vista a importância de diferentes redes de proteção que inclui familiares, parentes e

³⁹ Os resultados também revelaram uma maior frequência de estudos que não encontraram mudanças e consequências significativas de diferentes configurações familiares para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, percebeu-se que, entre os estudos que identificaram mudanças e consequências significativas, houve um predomínio das negativas em relação às positivas. Para as autoras, esses dados suscitam a ideia de estigmatização relacionada às configurações diferentes da família nuclear (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

instituições como a escola, nas lutas cotidianas para assegurar sobrevivência dessas mulheres-mães e seus filhos e filhas.

Diante do exposto, é importante para os/as profissionais que lidam com as famílias, aqui destacamos os professores e professoras, se libertarem da presunção da existência de modelo ideal de família. Não é adequado atribuir às diferentes formas de organização encontradas, sobretudo, na população da periferia e das favelas e cortiços nas grandes cidades, o sentido estigmatizante que costuma ser atribuído na literatura psicológica e educacional aos modelos que divergem do modelo ideal de família. As famílias precisam ser tratadas como elas são e não como deveriam ser: seus membros vivem vidas reais e não fictícias. Os membros ausentes são compensados por outros. Libertando-se do modelo, liberta-se do preconceito.

3.1 A (SITUAÇÃO DE) MONOPARENTALIDADE DE MULHERES NEGRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A monoparentalidade (filhos e filhas serem educados/as por apenas um dos/as genitores/as) não é acontecimento novo no Ocidente. Entretanto, sua ascensão ininterrupta é fenômeno marcante nas transformações familiares. No final do século XX, a monoparentalidade era fenômeno vivido por imposição de uma viuvez ou abandono de um dos/as cônjuges (normalmente, do homem), hoje, pode ser resultado direto de uma escolha – celibato ou separação – sendo, portanto, vontade deliberada assumir essa configuração familiar conforme explica Eduardo Leite (2003).

A fluidez e a transitoriedade têm conferido novas nuances ao estudo da monoparentalidade, conferindo-lhe a possibilidade de análise como condição temporária, o que complexifica a abordagem desse fenômeno. Como argumenta Eduardo Leite (2003), em alguns casos, se trata de situação transitória que pode se encaminhar seja para guarda autônoma das crianças ou uma nova união, resultando em famílias reconstituídas (recompostas ou mosaico). Tendo em vista que a maioria dos trabalhos não informa sobre o fato de a monoparentalidade ser um estado transitório ou durável, apresento, a partir de observações da monoparentalidade do cotidiano escolar do CECA, a possibilidade de ser um fenômeno transitório. Por isso, uso a expressão “situação de monoparentalidade” ao abrir essa discussão.

Falar em monoparentalidade feminina é passar pela discussão de que mulheres que vivenciam a maternidade solo ainda são chamadas de “mães solteiras”, isto porque a família tradicional do Ocidente (a família nuclear) ainda é marcada por gênero. Dessa forma, a noção de mulher está alicerçada na família nuclear, que é condizente com o conceito de esposa, como explica Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2020).

Se mulheres-mães que vivenciam a maternidade solo têm dificuldades para se realizarem profissionalmente e pessoalmente, bem como se relacionarem afetivamente em uma relação conjugal estável em virtude da luta pela sobrevivência e dos preconceitos que as cercam, quando adicionamos o fator raça, precisamos discutir a solidão da mulher negra. Essa situação me levou a pensar a monoparentalidade como uma condição não estanque nesta pesquisa e, em alguns momentos, usarei “em situação de monoparentalidade” para me reportar às mulheres-mães de famílias monoparentais. Essa escolha decorreu tanto da minha experiência como mulher negra que nasceu e cresceu na periferia como da atuação como professora da educação básica no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Não foi infrequente que, ao longo dos quase vinte anos de atuação como professora do CECA, tenha atendido a mães cujos/as filhos/filhas sejam oriundos/as de diferentes relacionamentos. Não é incomum ouvirmos relatos de mulheres-mães que tenham experienciado “períodos monoparentais” alternados por períodos de “casamento”. Essa condição precisa ser tratada com um olhar cuidadoso e atento, que se desvie de estigmatizações, especialmente, se destacamos a desigualdade e violência de gênero e raça que incidem sobre as mulheres, jovens e meninas negras e a solidão que as acompanha, em maior ou menor extensão, ao longo da vida.

Partimos dessa definição da monoparentalidade feminina porque estudá-la em um território predominantemente negro como Itacaranha, bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde, em média, pouco mais de 83% da população se autodeclara preta ou parda), perpassa por compreender as iniquidades, heterogeneidades, mas, ao mesmo tempo, as resistências e re(existências) que nele se assentam. Como explica Antônio Mateus Soares (2009), o Subúrbio Ferroviário compõe um dos maiores territórios de pobreza de Salvador, predominantemente negros/as, pobres e com baixa escolaridade, vítimas dos maiores índices da violência urbana do contexto metropolitano.

Nesse sentido, toda discussão, inescapavelmente, é transpassada pelo dispositivo da racialidade, pois, como nos lembra Nilma Lino Gomes (2020), a politização da raça desvela a construção das relações de poder, contribuindo para a ruptura de visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os/as negros/as, sua história, cultura, práticas e conhecimentos.

Contudo, um aspecto de absoluta relevância para o presente trabalho é reportado por Rosa Maria Pinto *et al.* (2011 apud CÚNICO; ARPINI, 2014, p. 39): “[...] famílias monoparentais femininas, principalmente as de periferias urbanas, são provenientes de gravidez precoce ou não planejada, instabilidade familiar e/ou abandono”.

Investigar a monoparentalidade feminina no Subúrbio requer, de antemão, humanizar mulheres. Neste tópico da pesquisa, farei uma separação da categoria mulher-mãe, que aparecerá muitas vezes, neste trabalho. Quero, inicialmente, tratar da dimensão *ser mulher*, evidenciando as grandezas que capilarizam a condição de ser mulher *negra*, em uma sociedade assentada em bases escravocrata e patriarcal.

Lourdes Bandeira (2009, p. 17), destaca que a “[...] deserção paterna popularizada” como prática social envolvia mulheres das classes populares, negras, primordialmente. Ocorrida desde o Brasil colônia, segue reatualizada a cada dia. Os elementos raça e classe são destacados pela autora para discutir a dupla moral que caracterizava as famílias brasileiras: enquanto os homens podiam se apropriar, engravidar e abandonar os corpos femininos populares, uma vez que o casamento não era prevalente nessas camadas, as mulheres brancas, “de família”, eram arrastadas ao casamento.

Já as normas da maternidade como instinto natural feminino e fundamento da diferenciação de papéis sexuais eram inculcadas em todas as moças. Ainda que escravizadas, discriminadas e inferiorizadas racialmente, mulheres negras tiveram filhos/filhas arrancadas do seio, mas foram obrigadas a amamentar e criar filhos e filhas que não eram seus/suas. Não é fortuito que, na conjuntura capitalista, a criação, o cuidado e a reprodução das pessoas são desvalorizados a tal ponto que trabalho não remunerado é infundido como amor, pois “criar filhos/as com amor é obrigação das mulheres” ou “ser quase da família” implica em precarização e exploração.

Como não nos reportarmos ao Gilberto Freyre, em *Casa-grande & Senzala*, para citar um ditado corrente no Brasil patriarcal acerca das mulheres: “Branca para

casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”, amplamente debatido por Lélia Gonzalez (2020d [1982]), que revela o pensamento masculino no qual mulheres são preconceituosamente objetificadas? O das brancas, úteis para interpretar o papel de mãe, mulher e dona de casa, essenciais para conferir à família um status oficial e prosseguimento à linhagem familiar, precisando estar circunscrita nos modelos patriarcais; quanto às mulatas, especialmente aquelas mais donairosas, bem apessoadas, competia a função de coadjuvantes no cotidiano da vida patriarcal, incorporadas às casas-grandes, atuando como mucamas, subjugadas, muitas vezes, às práticas sexuais do senhor ou como iniciadoras das práticas sexuais dos filhos deste à ordem masculina sobre as mucamas (permanência citada por Lélia Gonzalez (2020d [1982]) na contratação de jovens negras para o trabalho doméstico por mulheres da classe média, por exemplo). Às mulheres negras, sem tais atributos, a função de exercer os trabalhos extenuantes, nas cozinhas nas tarefas diárias das fazendas e dos engenhos. Além da subalternização aos senhores, eram submetidas também pelas mulheres brancas.

Aqui, volta-se a falar sobre papéis sociais e imagens de controle discutidos por Lélia Gonzalez e Patrícia Hill Collins que concorrem para a hierarquização entre pessoas, na qual são as mulheres negras inferiores em relação a outros grupos sociais devido à cor da pele. Lélia Gonzalez (2020d [1982], 2020b [1983]) extrapola a perspectiva socioeconômica que explicava uma série de problemas propostos pelas relações raciais, trazendo as noções de mulata, doméstica e mãe preta que engendram, para além da exploração econômico-sexual, representações deformadas, geradas pelo mito da democracia racial e continuamente atualizadas, de modo a resguardar um lugar social de silenciamento, objetificação e violência para as mulheres negras.

Patrícia Hill Collins (2019), por outro lado, pensa o lugar das mulheres negras a partir da categoria de imagens controladoras. Segundo ela, a sistematização dessas imagens (Mammy, Matriarca, Mãe dependente do Estado, Dama Negra, Jezebel) é operacionalizada por meio da criação de uma série de estereótipos sobre determinado grupo, promovendo representações negativas que objetificam e desumanizam essas sujeitas, justificando, deste modo, seu controle social. Assim, as autoras reportam analogias à herança colonial racista e sexista (apesar das contemporaneidades) que, a partir da projeção dos mitos criados pelos

colonizadores brancos nas mulheres negras, colabora com o fato de que corpos negros sigam objetificados, hipersexualizados e ceifados de diversas maneiras.

A despeito de historicizar a exploração das mulheres negras e trazer implicações da escravização e permanências na contemporaneidade, coaduno com a análise de Silvio Almeida (2019) ao falar do racismo estrutural: o racismo, para além de resquício da escravidão, opera como instrumento que se constitui na modernidade e no capitalismo. Não se pode perder de vista que o capitalismo depende das tensões e contradições e carece ser renovado nos modos de reprodução e internalização. Logo, nessa discussão, o racismo será compreendido como tema lateral, mas imbricado com a constituição da sociedade de classes. Nesse contexto, a superexploração socioeconômica e sexual das mulheres (sobretudo, das negras), é uma estrutura que é retroalimentada pelo capitalismo no escopo de garantir as contradições e desigualdades que são fundamentais para sua existência e manutenção.

Lélia Gonzalez (2020c [1979]) destaca que, no processo de pós-abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família e assumir a posição de viga mestra de sua comunidade. Essa sobrecarga física e emocional desde os tempos pós-abolição desvela detenças que atravessam essas mulheres que, em sua maioria, seguem enfrentando os racismos cotidianos e seus desdobramentos: a abissal desigualdade econômica, a favelização, o desemprego e os abusos cometidos pelos empregadores/as. Para as mulheres pobres, sobretudo as negras, as desigualdades históricas são geradas tanto pela hegemonia masculina, como pelos atravessamentos do sistema de opressão tal qual o racismo, como debatido por Sueli Carneiro (2011a [2003]) quando fala sobre a importância de enegrecer o feminismo.

É mister debater iniquidades de gênero, a partir da ponderação sobre a reprodução social e a interseccionalidade, conceitos que contribuem para interpretar componentes da opressão vivenciada por mulheres negras. Afinal, como explicar que em um fenômeno, como a monoparentalidade feminina, sejam as mulheres negras as que o experienciam em maior número e sejam as mães que tenham as piores condições de vida? Como nos instiga Sueli Carneiro (2011a [2003], sem paginação), “Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando?”

Angela Marin e César Augusto Piccinini (2005), ao examinarem a questão da maternidade solitária, também reportaram estudos que apontam o preconceito que recai sobre as mães solteiras. Ainda há, na sociedade brasileira, a perspectiva de que o casamento é o real destino feminino. Nesse contexto, ser solteira e mãe ainda é visto como uma situação problemática e a expressão “mãe solteira” guarda conotação pejorativa, pois remete à violação de valores morais e religiosos (LAGENEST, 1990; AMORIN, 1992 apud MARIN; PICCININI, 2005, p. 426). Quando se acrescenta o dispositivo da racialidade à discussão, obtêm-se atravessamentos que refletem a hiperssexualização das mulheres-negras. Quem nunca ouviu a frase “não sou tuas negas” ou a expressão “da cor do Pecado”, que germinam a ideia de transigência aos usos e abusos aos corpos negros?

Ao longo da história, corpos negros foram explorados não apenas para o trabalho braçal, como para a exploração sexual. O estereótipo da sensualidade associada à pessoa negra (mulheres, particularmente), concorre para que, uma vez vista como objeto sexual, sejam tratadas como as que “não são pra casar”, “fáceis”, que não são de “família”. Não à toa, o abandono paterno, uma dentre as outras causas possíveis para a monoparentalidade, deve ser compreendida como fenômeno sociológico, conforme nos explica Lourdes Bandeira (2009), que reporta à mentalidade escravocrata forjada na formação histórica da sociedade brasileira colonial. “Os filhos da mãe”, oriundos da recusa do estabelecimento de filiação no registro civil de nascimento significa “[...], embrenhar-se no Brasil profundo, do século XVII” (BANDEIRA, 2009).

Além da conotação depreciativa não arbitrária da expressão “filho da mãe”, a deserção da paternidade, enfatiza Bandeira (2009), denota o não engajamento masculino no reconhecimento da paternidade, o que reverbera na limitação do acesso aos direitos de cidadania da criança e na possibilidade de comprometimento por exclusões e rejeições, vergonha e desonra, o desenvolvimento e o futuro do/da filho/filha. Alguns aspectos dessa abordagem são corroborados por João Paulo Pereira de Oliveira, com sua pesquisa intitulada *Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador* (2020), realizada no Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA).

A presença marcante da configuração monoparental feminina ajuntada aos 41% de estudantes que experienciam, em algum grau, abandono paterno no CECA (OLIVEIRA, 2020), nos leva a confrontar dados nacionais acerca da deserção

paterna: no primeiro semestre de 2020 foram registrados 1.280.514 nascimentos de crianças brasileiras. Desse total, 80.904 têm apenas o nome de suas mães nas certidões de nascimento. No primeiro semestre de 2018, foram 1.396.891 nascimentos registrados, dos quais 80.306 (5,74%) ficaram com o campo do nome do pai em branco. Em 2019, o total de nascimento foi de 1.426.857, com 87.761 (6,15%) constando apenas os nomes das mães. Os dados são da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), plataforma de dados administrada pela Associação Nacional dos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais - Arpen Brasil (MAIS, 2020)⁴⁰.

Sob minha perspectiva de mulher negra periférica, penso nas implicações que a maternidade solo traz para as mulheres-negras-periféricas que vivem no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Da ótica econômica, tendo em vista que, indubitavelmente, a monoparentalidade, nos setores mais empobrecidos da população, como são as mulheres-mães sujeitas deste trabalho (pobres ou extremamente pobres, situação reconhecida através da condição de beneficiária do Programa Bolsa Família), em um território periférico, pode gerar impactos negativos, uma vez que passam a acumular, sozinhas, funções de provedora e de responsável exclusiva pela esfera da reprodução.

Do prisma emocional, a maternidade solo pode trazer inquietações para as mulheres-mães ao sentirem como a ausência paterna repercute negativamente sobre seus/suas filhos/as, situação referida no trabalho de Oliveira (2020), ao pesquisar o abandono paterno no CECA. Sobre isso, reflito: será que se sentem culpadas pelo abandono? Nesse contexto, a pergunta “cadê o seu marido?” ou as expressões “quem pariu Mateus que o embale”, “deu o golpe da barriga” ou que “não soube escolher bem o pai dos/as filhos/as” abalizam, em grande parte, a sociedade de “filhos/filhas da mãe”, na qual pais não costumam ser questionados sobre a sua ausência na criação dos/as filhos/as. Por outro lado, essa sociedade tende a marcar a vida das mulheres-mães e de suas famílias que costumam ser tachadas, culpabilizadas.

No Brasil, ao se explorar particularidades quanto às famílias, evidencia-se grande vulnerabilidade entre configurações monoparentais femininas com filhos de até 14 anos. Apesar de tanto famílias monoparentais brancas quanto negras

⁴⁰ Conforme veiculado por diferentes sites de notícias, a exemplo do *Estado de Minas*.

enfrentarem dificuldades (haja vista a iniquidade relacionada ao gênero), ao assumir-se o marcador raça, o quadro se agrava entre as famílias negras: à medida que, de acordo com o IBGE (2018), 64,4% viviam na extrema pobreza, entre as brancas, essa porcentagem caía para 41,5% (que é bastante acentuada também).

Na Bahia, as famílias monoparentais femininas representavam 44% das composições familiares, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, em 2016, o que, em termos numéricos, representa quase 3 milhões de pessoas. Dentre essas mulheres, aproximadamente 1 milhão chegaram somente até o Ensino Fundamental incompleto, ganhavam um salário mínimo ou menos e, majoritariamente, se autodeclararam negras ou pardas, sendo que quase 10% viviam em condição de pobreza extrema (BAHIA, 2018).

Como não evocar a frase “são quase da família” e o papel social ideado para as “mães-pretas” e as “mammies” para discutir o assujeitamento e sacrifício de parte das mulheres-mães-negras que, em detrimento de suas próprias famílias, limpavam/am a casa e educavam/am os/as filhos/as da sinhazinha de outrora ou da patroa de hoje, (as quais atribuíam/em às mulheres negras grande parte da educação, cuidado e criação de seus/suas filhos/as), colocando-as em condições marginalizadas? São aspectos da opressão (gênero, raça e classe) que colocam mulheres negras em um patamar de desvalorização do trabalho e piores condições de vida. Duplamente abrangidas pelos efeitos do sexismo e do racismo, essas mulheres estão (ainda) massivamente restritas ao ambiente doméstico, à informalidade ou à condição de “mão de obra barata”.

Em análise adicional à pobreza monetária, alguns aspectos refletem sua multidimensionalidade. Dentre eles, a restrição de acesso à educação, à proteção social, às condições de moradia, ao saneamento básico e à internet. Mulheres negras, nos arranjos em que são as chefes da família, enfrentam maior restrição às condições de moradia, ao saneamento básico e à internet. Isso reflete que a acentuada concentração de renda observada no Brasil, bem como as significativas desigualdades regionais e raciais, repercutem nas condições de moradia da população brasileira. Enquanto famílias formadas por mulheres pretas ou pardas sem cônjuge e com filhos/as de até 14 anos, tinham 1,6 restrição, em média, e uma em cada quatro das pessoas deste grupo (25,2%) tinha ao menos três delas, esse valor cai pra 11,3% entre as brancas. Quanto à internet, há diferença de 10% entre

as famílias: 25,3% das negras não têm acesso, ao passo que isto abrange 15,3% das brancas (IBGE, 2018).

Esses dados indicam continuidades históricas da sociedade colonial e escravocrata brasileira que seguem reatualizadas e redundam em relações sociais de gênero conservadoras, cujas estruturas hierárquicas entre gêneros seguem impetrando a dominação masculina reforçada pela racialização e condição econômica das mulheres. No entanto, é preciso assinalar que a responsabilidade feminina por prover o sustento e de exercer o papel de mãe – a que cuida e educa – não se trata de novidade no Brasil. As famílias chefiadas por mulheres já existiam desde o século XX, o que ocorria devido ao abandono dos lares pelos homens, que saíam de casa em busca de melhores empregos por conta da grande urbanização ocorrida nesse século. Nesse cenário, a proporção de famílias chefiadas por mulheres, nesse período, chegou à cerca de 40% do total das famílias (FONSECA, 1997). Evidencia-se, portanto, que a mulher-mãe pobre, ao longo da história, foi figura relevante na estrutura familiar, social e econômica, criou estratégias de sobrevivência e gerou demandas para dar conta dos seus papéis na esfera doméstica e pública e no trabalho produtivo e reprodutivo.

Também não podemos perder de vista que a recriminação das mulheres-mães que vivenciam a maternidade solo remonta ao século XIX, mais especificamente, década de 1920, na qual a maternidade científica e a moralidade sexual da época impunham ilegitimidade às crianças concebidas fora do casamento e as mulheres, taxadas de prostitutas, em uma perspectiva de saúde higienista, eugenista e racista, contribuía para a “[...] degenerescência moral e física de toda a espécie” (FONSECA, 1997, p. 512).

Fonseca (1997) critica os cientistas sociais que se aferraram ao padrão de “normalidade” estatística, natural, moral, da família conjugal que, por conseguinte, contribuíram para a estigmatização das famílias pobres, atrapalhando a compreensão da diversidade de dinâmicas e práticas familiares, a exemplo das redes sociais de apoio, bastante evidenciada nas famílias monoparentais pobres e chefiadas por mulheres desde aquele período.

Esse aspecto é relevante porque famílias chefiadas por mulheres podem estar em uma situação de maior vulnerabilidade do que as de chefia masculina, em virtude das inúmeras desvantagens sofridas pelas mulheres na sociedade, e, em especial, no mercado de trabalho, sobretudo, se considerarmos o componente

racial. Uma vez que racializamos a discussão e nos atenhamos aos indicadores sociais, veremos que em 2019, de acordo com dados do IBGE (2021a), homens brancos ganhavam mais que o dobro, na média, que mulheres negras e estas ganhavam cerca de 30% do que ganhavam as mulheres brancas. As mulheres negras estão atrás até mesmo dos homens negros, que ganhavam 26% a mais.

Se pensarmos na renda como forma para aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo alcançado pelos indivíduos e suas famílias, veremos, mais uma vez, que isso implica maior iniquidade intergênero e intragênero: em 2018, 44,8% da população preta ou parda residia em domicílios sem máquina de lavar, dimensão esta superior ao dobro da verificada na população branca (21,0%). Este aspecto, como o estudo explica, é um indício de que: “A população preta ou parda, em especial as mulheres, tem maior carga de trabalho doméstico, como a lavagem de roupa, entre outros trabalhos não remunerados” (IBGE, 2019a, p. 6). Esses dados seguem confirmando a marginalização das mulheres quanto à inserção no mercado de trabalho, com implicações negativas nos seus ganhos financeiros e qualidade de vida.

Para a análise da questão da diferença de renda, a escolaridade tem peso considerável, o que nos aponta para a existência de multiplicidade de fatores por trás dos números que tendem a conduzir a uma conclusão simplificada. Embora a vantagem educacional das mulheres em relação aos homens seja evidente, a partir da análise de indicadores que mensuram o atraso escolar e o nível educacional da população adulta – medida a partir da taxa de frequência escolar líquida ajustada – a desigualdade entre as mulheres por cor ou raça foi evidenciada: a taxa ajustada de frequência escolar líquida das mulheres brancas é 40,9% e das mulheres pretas ou pardas, de 22,3% e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa ajustada de frequência escolar líquida se verificou entre os homens pretos ou pardos (15,7%) (IBGE, 2021a).

Os dados apontam para diferenças que extrapolam a questão de gênero⁴¹. Altas taxas de evasão escolar ainda no ensino fundamental, por causa das altas taxas de repetência ao longo da vida, abandono do estudo para realizar trabalho infantil ou precoce, gravidez precoce, abandono paterno são aspectos que pontuam

⁴¹ No caso brasileiro, diferenças como cor ou raça, ser pessoa com deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros, podem ter impactos significativos nas estatísticas, reforçando desigualdades que assumem papel relevante à medida que as séries históricas de indicadores sociais, disponibilizadas pelo IBGE (IBGE, 2018).

mais acentuadamente as (sobre)vivências de pessoas negras e ecoam ainda mais acentuadamente nas mulheres negras.

Diante desse cenário, no estudo acerca da monoparentalidade feminina, embora haja tendências à feminização da pobreza, não há um padrão generalizado mundialmente relacionando chefia feminina e pobreza. Lampietti e Stalker (2000 apud COSTA *et al.*, 2005) destacaram também a heterogeneidade dos domicílios chefiados por mulher, e o fato de determinadas categorias de chefia feminina poderem apresentar maior associação com a pobreza de acordo com as peculiaridades de cada país. Ao analisarem mais de 100 estudos sobre pobreza para diversos países, realizados pelo Banco Mundial ou por outras instituições, concluíram que somente em alguns países os domicílios chefiados por mulheres exibiam, consistentemente, piores indicadores de pobreza.

No Brasil, a situação é complexa tendo em vista que mulheres-mães, de famílias monoparentais, apresentam distintos níveis de vulnerabilidade social, condicionados por fatores tais como renda, origem étnico-racial, escolaridade, número e ciclo de vida de seus membros, entre outros, e o território também influencia nas suas condições de vida.

O empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres ou, mais precisamente, das famílias formadas por mulheres sem cônjuge, de forma tácita, encerra a convicção de que a dissolução de uniões e, em menor grau, a gravidez fora de uniões estáveis, levariam as mulheres a viverem em famílias sem cônjuges. Sob o viés da provisão de renda, essas famílias teriam a desvantagem de contar com um adulto provedor a menos e, portanto, estariam mais vulneráveis à pobreza. No entanto, como vem sendo discutido, tratar a feminização da pobreza com foco apenas nas causas da pobreza, na avaliação da desigualdade em detrimento da intensidade, incidência ou da representação da pobreza de mulheres entre pobres, como discute Mani Marins (2017), cria categorizações genéricas.

Considera-se que essa análise homogeneizante também reduz a agência de mulheres, haja vista que, alguns estudos brasileiros, como o de Maria Angela Mattar Yunes, Narjara Fernandes Mendes e Beatriz de Mello Albuquerque (2005), têm confirmando que famílias monoparentais chefiadas por mulheres se revelam, muitas vezes, hábeis na tomada de decisões e na superação de grandes desafios, demonstrando uma unidade familiar e um sistema moral bastante fortalecido perante a magnitude de circunstâncias desfavoráveis de suas vidas.

Requer atenção o sentido dialético das discussões acerca das vulnerabilidades das famílias monoparentais pobres, pois a ressignificação diante do problema não as eliminam, tendo em conta que compõem parte da história das sujeitas. Nesse sentido, assinala-se as capacidades de (res)significações e enfrentamento dessas mulheres-mães às dificuldades, mas me posiciono incisivamente contra romantizações que podem ser relacionadas às estratégias de sobrevivência e superação dessas famílias em detrimento da necessidade de elaboração de políticas públicas com vistas à mitigar os efeitos das desigualdades que as vulnerabilizam. Não é possível relativizações em função do contexto, do momento histórico e dos aspectos constitucionais de cada sujeita, as quais estão em processo contínuo de mudanças.

É inescusável atentar para as homogeneizações e estigmatizações acerca das famílias monoparentais pobres, que costumam enfatizar aspectos não-saudáveis, ou deficitários e negativos da convivência familiar, e costumeiramente são adjetivadas como desviantes, instáveis ou desintegradas, especialmente, as mulheres-mães, comumente rotuladas como incapazes de oferecer cuidado e proteção aos seus membros, como dilucidam Yunes, Mendes e Albuquerque (2005). Evidentemente, é imprescindível considerar as dinâmicas familiares e domiciliares que transpassam essas famílias. Entretanto, não devemos perder de vista que mulheres-mães pobres que chefiam suas famílias têm enormes demandas e enfrentam grandes entraves: conciliação de emprego, realização de tarefas domésticas, cuidado dos/das filhos/as e inserção no mercado de trabalho formal.

Maria Amália Vitale (2002, p. 51) destaca que “[...] quando são vinculadas monoparentalidade, sexo e etnia, a pobreza se aprofunda”. Nesse cenário, a monoparentalidade, nas famílias de baixa renda, pode ser uma dificuldade a mais que sobrecarrega a figura feminina. Isso sugere que as mulheres de classes menos favorecidas, que assumam a manutenção da casa, cuidado com a prole e sustentem economicamente suas famílias enfrentam uma somatória de problemas e mudanças que transcendem a questão da pobreza em si, especificam Yunes, Mendes e Albuquerque (2005).

Conquanto não tenha se conseguido entrevistar, formalmente, as mulheres-mães sujeitas desta pesquisa, em razão das adversidades encontradas durante a pesquisa de campo (Vide Capítulo 4), ratificam-se as lutas que mulheres, especialmente as negras, mães solo, vivenciam cotidianamente contra o racismo,

machismo e o sexismo. Os embates contra essas opressões, inequivocamente, são emocionalmente custosas.

Ao retomar a localização deste debate, o Subúrbio Ferroviário de Salvador, território predominantemente negro, enuncio as facetas que revestem as mulheres e mães e negras e periféricas. Por reunirem tais condições, essas mulheres experienciam gênero de maneira diferente. Grada Kilomba (2019 [1968]) distingue o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante e evidencia as especificidades vividas pelas mulheres negras.

Ao estabelecer a antítese de branquitude e masculinidade, mulheres negras, dificilmente, são vistas como sujeitas, sendo confinadas, desta forma, de acordo com o olhar tanto de homens brancos e negros quanto de mulheres brancas, a um local de subalternidade periclitante. Assim, para Grada Kilomba (2019 [1968]), a mulher negra é o *outro do outro*. Já Patricia Hill Collins (2016), relativamente aos lugares ocupados por mulheres negras, discute a retirada de humanidade e dignidade de pessoas negras e reporta sua localização em um mundo que as torna menores em um mundo já tornado pequeno, colocando-as na posição de exploradas dos explorados, de menores dentre os apequenados. Por isso, assinalo a solidão que, muitas vezes, permeia as trajetórias das mulheres negras brasileiras.

Além de solitárias, muitas vezes, a hiperssexualização e a baixa representação na mídia afetam sua autoestima, deixando-as mais vulneráveis a relacionamentos abusivos, por exemplo. Em alguns casos, “[...] pelo fato de não ser educada para se casar com um ‘príncipe encantado’, mas para o trabalho (por razões históricas e socioeconômicas concretas), a mulher negra não faz o gênero da submissa”, como sublinha Lélia Gonzalez (2020d [1982], p. 36), que aponta uma possibilidade para o preterimento da mulher negra no mercado afetivo. A luta pela sobrevivência, ao impor a batalha pelo “leite das crianças”, pode afastá-las do amor romântico. Afora que a conjugalidade dessas mulheres pode ser permeada pelo desemprego, violência policial, bem como outros efeitos do racismo e do sexismo, elenca a autora.

A questão econômica e cultural pode perpassar a conjugalidade dessas mulheres. Nas periferias, mulheres negras, quando se tornam mães, via de regra, deixam para trás os seus objetivos, anseios, estudos. Dados recentes mostram isso. A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019*, feita pelo IBGE (2020a), assinala que 10 milhões de jovens, de 14 a 29 anos, não frequentam a

escola nem concluíram o ensino médio, sendo que, dentre os 7,2 milhões são pretos/as ou pardos, e entre as mulheres, quase um quarto (23,8%), interromperam os estudos depois de ter engravidado. Algumas delas, sem poder contar com políticas públicas efetivas nem amparo familiar, tendem a viver por um tempo com o companheiro em relacionamentos instáveis.

A solidão da mulher negra começa muito cedo. Meninas e mulheres negras ainda não vivem a afetividade plenamente, em todas as suas nuances. Corpos negros, sobretudo, das mulheres, foram hipersexualizados durante a construção histórica da sociedade brasileira, que impôs um processo de desumanização das negras. Sueli Carneiro (2020 [1985], p. 52), cita Affonso R. Sant'Ana para discutir estereótipos que concorrem para que mulheres negras sejam preteridas no mercado afetivo: “[...] a mulher negra não é musa, ela é um fruto, uma coisa a ser comida”.

Se, à época da escravidão, mulheres negras eram objetos reprodutivos, cujo um dos papéis era gerar mais objetos para trabalhar, sem vínculos familiar ou afetivo, resultados de violências, contemporaneamente, é vista como pessoa que precisa ser sempre forte, acolhedora, mantenedora da casa, mas que é desqualificada esteticamente ou tida como objeto sexual.

Essas representações (apesar dos avanços da pauta racial) ainda são reafirmadas na mídia e, obviamente, as repercussões na construção afetiva dessas mulheres são danosas. Algumas delas, depois de tentativas frustradas de vivenciarem relações amorosas, optam pelo celibato voluntário, por considerarem ser melhor a solidão a uma relação destrutiva, abusiva ou violenta. Todavia, há que ser destacada “[...] a dominação branca, da mulher branca, porque ela detém o mérito estético para manter o mérito físico” como disse Sueli Carneiro (2020 [1985], p. 53).

Em uma sociedade que ainda não educa socialmente para que pessoas negras sejam vistas como sujeitas, dignas, múltiplas em qualidades e sentimentos e merecedoras de afetos e que fragiliza sua autoestima, mulheres negras que, historicamente foram subalternizadas, hipersexualizadas e não raramente, abandonadas, enfrentam dificuldades para construir relacionamentos afetivos. Afora o fato de mulheres negras se depararem com políticas de genocídio e aprisionamento de homens negros, o que interfere na sua conjugalidade, são alvos de rotulações que também interferem negativamente nessa questão.

Ao ponderar-se sobre como o patriarcado interfere na vida afetiva das mulheres, é tangível a ideia ainda muito presente na sociedade brasileira de que aos

homens cabem as iniciativas para engatar um relacionamento: o protagonismo é deles. Considera-se que as opressões são estruturadas de forma que as mulheres negras constituam a base de uma pirâmide de classe e, conseqüentemente, têm tolhidas as possibilidades de fazer escolhas, ainda que no plano individual, como sua afetividade, entenderemos que a solidão da mulher negra também é atravessada por questões de gênero e raça.

O *Atlas da Violência 2020*, divulgado em 2020 (IPEA, 2020), mostra que, embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução de período entre 2008 e 2018, em 11,7%, para as mulheres não negras⁴², a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. São dados que descortinam a gravidade do racismo estrutural nos altos índices de violência contra as mulheres e exibem a conjunção de desigualdades que fomentam o risco de vida, afetam negativamente o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser assegurados pelo Estado. Infelizmente, assistimos aos (des)caminhos que reforçam a desvalorização dessas vidas.

Relacionamentos abusivos, com episódios de violência, ainda que marquem experiências de mulheres das diversas classes sociais e raça/etnia, são vivenciadas, maiormente pelas mulheres negras. As experiências de vida dessas pessoas seguem assombradas pelas diversas violências, pois são elas que visam a garantir a inalterabilidade dos papéis e informar que não há espaço para divergência no aparelhamento patriarcal, masculino, colonial, racial e classista. Os enfrentamentos para ruptura dos ciclos de violência por mulheres negras e não-negras podem desencadear mais violência, como reafirmação do poder masculino. Por isso, as violências carecem de ser tratadas como problemas de saúde pública, segurança pública e educação.

Essa discussão é fundamental para trazer a perspectiva dialética para esta análise: inegavelmente, mulheres negras podem ter agência sobre suas vidas, serem fortes, assertivas, mas indubitavelmente, como escrutinado por Collins (2019, p. 164) “[...] finalmente começamos a ouvir histórias, por tanto tempo ocultas, de mulheres negras fortes, mas também histórias de mulheres cujas responsabilidades familiares atribuídas segundo gênero, lhes trouxe problemas”.

⁴² Os não negros, segundo o IBGE, são brancos, amarelos e indígenas.

Pensar na monoparentalidade perpassa por entender onde as mulheres estão. Enquanto homens foram libertos da condição de provedores exclusivos de suas famílias e puderam contar com o salário das mulheres na colaboração com o orçamento familiar, não assumiram compromisso com o compartilhamento das tarefas domésticas, cabendo a elas a dupla jornada de trabalho, conforme Sueli Carneiro (2020 [1985], p. 114), que minudencia:

Desfrutam da liberdade sexual e se eximem da responsabilidade em relação à contracepção. Desfrutam da liberdade sexual e se eximem da paternidade responsável, além de se eximirem da prevenção em relação às doenças sexualmente transmissíveis, em relação à prevenção à Aids. Compartilham dos novos direitos conquistados pelas mulheres, mas não ampliam sua carteira de deveres.

Diante das condições supramencionadas, reforça-se a necessidade de analisar a monoparentalidade a partir de uma ótica que considere as dinâmicas sociais que capilarizam a vida e as experiências dessas mulheres. Se a “carne mais barata do mercado é a carne negra”, como cantado por Elza Soares⁴³, (especialmente a de mulheres negras), ressaltamos, tal qual Lélia Gonzalez (2020d [1982]), que apesar das conotações negativas, da desumanização, da superexploração e alienação a que estão submetidas, dialeticamente, elas(nós), sobrevivem(os) e resistem(imos) a uma formação social capitalista e racista como a brasileira. A autonomia e “agressividade” – que significa “chamar a si”, “chamar às falas” – das mulheres negras ainda chocam certos homens e algumas outras mulheres, como desvenda Lélia Gonzalez (2020d [1982]). Por isso, não falo apenas das dores, mas também das potências dessas sujeitas.

Considera-se a importância desse debate dimensionado no território por entendê-lo como parte do processo de construção da cidadania e da inclusão social. Ademais, ao pensar território na perspectiva de Santos (2001, p. 96), que considerava o território “[...] fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [...]”, buscaremos (re)conhecer seus sujeitos e agentes bem como seus interesses. Compreendemos que o território produz efeito na relação entre família/escola e escola/família. A produção do efeito de território ou vizinhança, segundo Batista, Carvalho-Silva e Alves (2017), encontra

⁴³ Compositores: Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Fontes do Nascimento.
Letra de A Carne © Warner/chappell Edições Musicais Ltda., Universal Music Publishing Ltda.

elementos explicativos em dimensões, dentre outras, ligadas ao perfil dos/das estudantes e de suas famílias, cultura do território, por exemplo.

Do prisma sociológico, a complexidade e heterogeneidade do Subúrbio e de Itacaranha se refletem em territórios que podem tanto reverberar os efeitos de *lócus* da reprodução socioespacial da população de baixa renda, infraestrutura e equipamentos de serviços com deficiência na oferta de bens e serviços, contribuindo para vulnerabilização de seus/suas habitantes, como apontado por Serpa (2002), como podem ser territórios que contribuam para formas novas de sociabilidade, com adoção de estratégias coletivas de mobilização e engajamento vinculadas à cultura e ao empreendedorismo social, evidenciando a agência de sujeitos/as coletivos/as que possuem múltiplas dimensões socioculturais, tais como história do lugar, expressões artísticas, produção de linguagens, conforme discutido por Freitas (2008).

A vivência da monoparentalidade no subúrbio traz as idiossincrasias das experiências da conjugalidade e da maternidade vivenciadas pelas mulheres negras. Assim, a transitoriedade ou dinamicidade são elementos que não podem ser desconsiderados quando estudamos famílias monoparentais sob o risco de comprometer a compreensão mais integral do fenômeno.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Cada método encerra características próprias que atenderão às especificidades do problema, dos objetivos e dos propósitos de investigação, assim, esperamos, com nossas escolhas, oportunizar o mergulho nas nuances e particularidades que o tema compreende. Esperamos realizar uma pesquisa que contribua para a desestruturação do senso comum “[...] que tende a representar os objetos como se eles estivessem desligados de suas condições históricas e sociais” (ZAGO, 2013, p. 112). Ressaltamos que, em um contexto de uma grave crise sanitária, econômica, social e política, como a pandemia de COVID-19, foi um imenso desafio pesquisar sujeitos e território profundamente afetados pelas repercussões dessa doença e de seu gerenciamento político.

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, de natureza quali-quantitativo, de cunho exploratório, na perspectiva etnossociológica, construção epistemológica alicerçada na *ecologia de saberes*, cuja abordagem está predominantemente forjada na epistemologia feminista negra (vide item 1.1.).

No que concerne às técnicas de investigação, as escolhidas foram: a pesquisa bibliográfica, por usar como recurso materiais já elaborados, o que implica leitura de autores/as e pesquisas que debatiam a temática em questão, e a pesquisa de campo, que envolve a observação direta das atividades de um certo grupo de sujeitos/as ou comunidade, podendo contar com o auxílio da aplicação de instrumentos de coleta de dados (GIL, 2008).

Inicialmente delineada para que a técnica de coleta de dados permitisse a construção de narrativas de vida, diante da pandemia e do fechamento das unidades escolares, bem como da retirada da lista das beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) do site da Secretaria de Educação, o que dificultou o acesso às mulheres-mães, além do recrudescimento e agravamento do número de casos e mortes nos meses em que as entrevistas seriam realizadas, optamos por proceder a análise dos dados recolhidos a partir do questionário de perfil socioeducacional⁴⁴ aplicados aos estudantes no início do ano letivo de 2020 (APÊNDICE 2). É

⁴⁴ Esse questionário foi entregue em fevereiro, na primeira semana do ano letivo de 2020, a fim de conhecer melhor o perfil dos/das estudantes do Colégio Estadual Clériston Andrade. Essa ação foi delineada durante a jornada pedagógica, em reunião entre professores/professoras, coordenação pedagógica e gestão da unidade escolar, e orienta o planejamento dos projetos e atividades educativas do ano letivo.

importante assinalar que esse instrumento não foi produzido para os interesses desta pesquisa, e sim para fins institucionais. No entanto, uma das questões ali levantadas viabilizou a identificação das famílias monoparentais, verificável, a partir do tópico 01 que inquiria acerca do grau de parentesco entre o/a estudante e a(s) pessoa(s) com a(s) qual(is) coabitavam.

O questionário de perfil socioeducacional, que a princípio seria apenas uma ferramenta para identificar as mulheres-mães de famílias monoparentais, ante a dificuldade de acesso a estas sujeitas, ao ser avaliado mais profundamente, viabilizou a coleta de informações acerca das composições familiares de estudantes matriculados/as no turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA), oferecendo a possibilidade de importantes inferências, já que tínhamos uma amostra composta por 326 questionários para análise.

Assim, o método de abordagem de dados estabelecido que seria, *a priori*, qualitativo, com a utilização dos dados do questionário de perfil socioeducacional de estudantes do CECA assumiu, também, o viés quantitativo. Isso não determina, entretanto, que essa pesquisa encerrou a perspectiva positivista de Ciência, porquanto, conforme explana Maria Eliza André (2002, p. 24), “Associar quantificação com positivismo é perder de vista que quantidade e qualidade estão intimamente relacionadas”, sendo, portanto, imperativo ultrapassar a falsa dicotomia de quantitativo-qualitativo. A autora esclarece:

[...]. Eu reservaria os termos quantitativo e qualitativo para diferenciar técnicas de coleta ou até melhor, para designar o tipo de dado obtido, e utilizaria denominações mais precisas para determinar o tipo de pesquisa realizada: histórica, descritiva, participante, fenomenológica etc. (ANDRÉ, 2002, p. 24)

Os dados obtidos por meio do questionário foram tabulados tendo por categorias os aspectos abordados nas perguntas que auxiliaram na caracterização das famílias, número e grau parentesco das pessoas que coabitavam com os/as estudantes e nas outras pertinentes à interação desses/as sujeitos/as com seus familiares, especialmente a mãe.

Perante disso, este estudo se propõe a analisar os dados numéricos, ou seja, explorar os valores percentuais, colhidos por meio da aplicação do questionário, em associação com dados não numéricos, aqueles obtidos mediante minha interação com as mulheres-mães na fase exploratória da pesquisa e da minha vivência como

mulher negra periférica que trabalha há quase vinte anos nessa escola do Subúrbio Ferroviário de Salvador, no tentame de que, de forma complementar, ambos auxiliem na apreensão da realidade estudada. Os valores numéricos serão expostos com o auxílio de gráficos, objetivando a uma melhor visualização dos resultados.

No desenvolvimento desta pesquisa e da análise parcial dos dados, verificou-se a necessidade de empregar também a análise qualitativa e, neste respeito, elegeu-se a metodologia, como dito na Introdução, do *ponto de vista* a partir da reconstrução do pensamento feminista negro proposto por Patrícia Hill Collins (1990 apud CURIEL, 2020), em *La política del pensamiento feminista negro*, e sintetizado por Ochy Curiel (2020, p. 131), que explica que esse *ponto de vista* tem dois componentes:

- 1) Experiências político-econômicas: que geram um conjunto de experiências diversas e uma perspectiva diferente sobre a realidade material em que vivem as afro-americanas.
- 2) Uma consciência feminista negra sobre a realidade material: que significa entender como essa consciência é criada desde a experimentação de determinada realidade, que pode ser melhor interpretada por quem a vive.

A dificuldade de acesso às mulheres-mães elegíveis para a pesquisa foi motivo de muitas inquietações. Com a escola fechada desde o mês de março de 2020 – e ao menos quatro fechamentos totais de Plataforma – bairro de acesso à maioria de outros que integram o Subúrbio Ferroviário de Salvador, devido ao grande número de contágios, a necessidade de contatar as mulheres-mães que compunham este universo de investigação, malgrado a dificuldade de acesso, permaneceu gerando inquietações. Das mães contatadas por ligação telefônica, todas relataram medos, perdas, necessidades materiais geradas pelas ausências e ineficiências do poder público, que as impediam de participar da pesquisa.

Mesmo diante da impossibilidade de realização das entrevistas formais, em respeito às privações e lutas por condições objetivas de existência que pontuaram essas conversas iniciais, foi possível o contato, mesmo superficial e aligeirado, com algumas dessas mulheres-mães. As informações coletadas dessa dinâmica, na medida do possível, também serão exploradas neste estudo. Ademais, volto a dizer, encontrei na epistemologia feminista negra o respaldo teórico para que, como mulher negra, que viveu grande parte da vida nesse território e que segue

trabalhando ali como professora da rede estadual de educação, fosse interlocutora dessas vozes que, por hora, seguem na luta pela re(e)existência.

Como já sinalizado anteriormente, a construção do arcabouço teórico será assentada na *ecologia dos saberes* de Boaventura de Sousa Santos (2007), pois, mesmo reverberando as vozes que estão falando do Sul, precisamos levar em consideração as experiências vividas pelas populações racializadas no Norte, para não reproduzirmos uma nova experiência de dominação epistêmica. Requeiro o *privilégio epistêmico* por entender que “[...] a subalternidade precisa deixar de ser objeto e passar a ser sujeito do conhecimento [...]”, como reivindica Ochy Curiel (2020, p. 132). Assumo o lugar de *outsider within* como enfrentamento à hegemonia do discurso acadêmico. Como possibilidade de posicionar mulheres negras como sujeitas históricas e políticas.

O território em estudo é periférico e predominantemente negro- é pertinente salientar- e como tal, tem vivenciado evidente consequência do processo histórico de exclusão social e racismo que revela um quadro de aprofundamento de desigualdades históricas agravado pela pandemia, haja vista que a população negra brasileira tem maior probabilidade de desenvolver quadros de hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares conforme explicita o documento *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS* (BRASIL, 2017).

Depreende-se, dessa forma, o porquê de a população negra ser mais ameaçada pelo coronavírus do que a população branca, que tem melhores empregos, salários e histórico alimentar, via de regra. Patenteia-se, ante essa conjuntura, o porquê da insegurança, do medo, da fragilização dessas mulheres – demonstradas pelas mulheres-mães nesse contexto pandêmico ao mesmo tempo em que revelaram crença em Deus e na sua força de trabalho para seguirem confiantes no porvir.

Coadunamos com a abordagem etnossociológica porque, apesar da inspiração etnográfica que valoriza as técnicas de observação, não nos ateremos às representações ou valores de um indivíduo singular. Pretendemos construir nosso objeto de estudo implicado na investigação de relações, mecanismos, lógicas sociais e processos recorrentes no campo de pesquisa. Isso nos orienta a descobrir formas sociais e a confrontar o particular e o geral. Nossa expectativa é nos mantermos no “[...] entrecruzamento do movimento histórico, das estruturas sociais e do biográfico” (BERTAUX, 1976 apud DELORY-MOMBERG, 2014, p. 281).

Com as limitações metodológicas, buscamos construir o conhecimento que faça a diferença, partindo do olhar de quem, com experiência do convívio, pertence aos grupos socialmente vulnerabilizados, com vistas a trazer uma análise histórica e localmente situada. Aventura, isto é, trazer um recorte do que foi encontrado no campo. Descrever aspectos que foram anotados no diário de campo durante a fase exploratória que permitiram fazer um retrato de como essas mulheres-mães, de famílias monoparentais e seus/suas filhas têm vivenciado os impactos da pandemia de COVID-19, seus desdobramentos sociais e econômicos bem como o afastamento da importante rede de proteção e cuidado que o CECA representa para essas famílias.

Rita de Cássia Magalhães de Oliveira (2014, p. 71), explica que “[...] o diário de campo deve ser o lugar de registro dos movimentos, das leituras, dos tempos, espaços e das observações que ocorrem/ocorreram, enfim, do que na escola e comunidade vimos, ouvimos e vivemos [...]”. Para Geertz (2008 apud Oliveira, 2014, p. 71), “[...] a descrição deve ser densa para diferenciar as expressões, espaços, tempos, saberes e regras de um grupo social, interpretando melhor os significados culturais [...]”. Dessa forma, mesmo com a limitação de acesso às mulheres-mães, o diário de campo demonstrou absoluta relevância como instrumento de pesquisa pois, para além de sistematizar as informações coletadas, viabilizou o registro de parte da realidade social, vivências e narrativas das sujeitas investigadas.

O diário de campo foi elaborado a partir de contatos telefônicos com as mulheres-mães, interações no Facebook e das conversas no grupo de WhatsApp de professores/as e gestão do Colégio Estadual Clériston Andrade, o que viabilizou o registro de múltiplas vozes e a interlocução com as experiências vivenciadas neste território de vulnerabilidades, contribuindo para elaboração de um arcabouço teórico na perspectiva feminista negra adotada neste trabalho.

4.1 PARA DAR CONTA DE NOVAS REALIDADES, O MÉTODO DO MÉTODO

Conforme pontuado, a lista de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) foi retirada do site da Secretaria de Educação desde abril de 2020, sem justificativa. Essa lista seria uma das principais ferramentas para identificação das mulheres-mães elegíveis para a composição da amostra de pesquisa, assim, recorreremos a um questionário que fora aplicado aos estudantes do CECA no início

do ano letivo (APÊNDICE 2). Conforme explicado, este instrumento não foi produzido visando à presente pesquisa, porém, seu uso já era previsto como ponto de partida para identificar as mulheres-mães, sujeitas desta investigação, tendo em vista que uma das questões presentes naquele instrumento viabilizaria a identificação das famílias monoparentais atendidas na escola constituída como *lócus* de pesquisa. A condição de beneficiária do PBF, entretanto, dada a ausência dos dados oficiais a partir da retirada da lista do site, só seria possível por tentativa via contato telefônico ou rede social, tal como o Facebook.

As limitações de acesso às mulheres-mães devido à pandemia concorreram para a busca por estratégias para aproximação da realidade vivida por elas e suas famílias. A leitura sensível dos comentários na página do Facebook da escola e conversas cotidianas com os/as colegas professores/professoras e gestores/as, via grupo de WhatsApp, os quais são moradores/as do território em pesquisa, foram ferramentas usadas para que eu entendesse as possíveis implicações do fechamento das escolas há mais de um ano para as mulheres-mães e suas famílias bem como os impactos sobre a manutenção dos vínculos entre as famílias e o CECA.

O percurso metodológico escolhido, inicialmente, conduziria para a utilização da história de vida das mulheres-mães como estratégia para compreensão da realidade. A fim de que a pesquisa fosse iniciada, foi solicitada autorização institucional ao Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA) (APÊNDICE 1). No entanto, com o recrudescimento da pandemia e todas as dificuldades relativas aos aspectos econômicos, sociais e emocionais relatados pelas participantes elegíveis como sujeitas da amostra, bem como pelos/as colegas do CECA que seguem como moradores/as desse território, buscou-se respeitar esse momento no qual, seja por determinações da luta por condições objetivas de sobrevivência dessas mulheres-mães e suas famílias, seja pela sua fragilização emocional ou pela dificuldade de acesso aos bens que viabilizassem entrevistas remotas, optou-se pela utilização do questionário (APÊNDICE 2) aplicado aos/às estudantes no início do ano letivo.

Apesar de tal instrumento ter sido aplicado também no turno matutino, optei pela análise dos 326 questionários preenchidos por estudantes do turno vespertino por ser meu turno de trabalho, o que facilitaria o acesso às mulheres-mães, e por ser o período de funcionamento do Ensino Fundamental Anos Finais, cujos estudantes têm idades entre 09 e 14 anos, em média, demandando acompanhamento mais

assíduo dos/das responsáveis, evento constatado, sobretudo, nas reuniões bimestrais promovidas pela escola.

A impossibilidade de participação das mulheres-mães diante do cenário pandêmico nos instigaram a investigar o papel da escola como mediadora das políticas emergenciais da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, dado que as interações cotidianas no espaço físico da escola são essenciais para mobilização da comunidade escolar. Quanto ao contato telefônico, verifiquei que, por processos desencadeados pela própria vulnerabilidade social imposta às classes mais populares, os contatos telefônicos costumam estar desatualizados em relação aos dados informados no ato da matrícula.

Diante disso, ressalto, mais uma vez, a característica étnico-racial da população do Subúrbio que, composta predominantemente por pessoas negras, reporta ao fato de que essas mulheres (negras, majoritariamente), conforme todos os indicadores sociais já discutidos neste trabalho, mesmo antes da pandemia já possuíam baixo acesso aos direitos humanos. Sobre isso, Sueli Carneiro (2020 [1985]) reflete sobre o *apartheid* brasileiro, pois os diferentes IDHs encontrados para pessoas brancas e negras no Brasil, apontam para a coexistência de dois “Brasis” apartados. Apesar das negações, essas mulheres-mães seguem resistindo e re(existindo). Como não evidenciá-las quando o país enfrenta uma crise sanitária, política e econômica que incide com maior força na população preta, pobre e de mulheres? Como não representá-las neste trabalho? Como não trazer para essa discussão as percepções de mulher, negra, periférica que trabalha há quase vinte anos nesse contexto?

As categorias analíticas demarcadas antes do agravamento da pandemia foram: relação família-escola; território; mulheres-mães e Programa Bolsa Família. Porém o novo coronavírus trouxe novos elementos para a discussão. Como não discutir os efeitos de todo esse contexto pandêmico quando esta pesquisa foi capilarizada e nutrida por essas repercussões? Como não falar da condição de mulher (e) negra (e) mãe (e) periférica e do papel histórico que desempenham em suas comunidades (atravessadas pelo racismo e pela discriminação), se são essas lutas que dificultam seus esforços organizacionais para reivindicação (inclusive, de falar sobre si e sobre suas percepções, como ocorreu com as “minhas” mulheres-mães)?

4.2 A APROXIMAÇÃO DAS MULHERES-MÃES DO CECA

O intento inicial da pesquisa era investigar a forma como a relação família-escola é mediada pelas condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). As mulheres-mães, na condição de principais beneficiárias e cuidadoras, assumem protagonismo, uma vez que têm se destacado como principais operadoras dos programas sociais devidos às diversas vulnerabilidades ou centralidade na estrutura familiar nuclear.

Esse interesse tem relação íntima com o fato de o PBF impor, como uma das suas condicionalidades, a efetivação de matrícula de crianças e adolescentes e a garantia de frequência escolar de 85% da carga horária escolar mensal para crianças e adolescentes entre seis a quinze anos e a de 75% para os jovens com idade de dezesseis a dezessete anos, conforme Secretaria de Desenvolvimento Social (CONDICIONALIDADES, 2018). Buscava, então, entender como essas atribuições interferiam na percepção dessas mulheres-mães acerca da escola e do território onde vivem e estudam o(s)/a(s) seu(s)/sua(s) filho(s)/filha(s) e contribuía(m) para a formulação de concepções de Educação e escolarização.

Assim, consideramos que, ao atuar no controle social⁴⁵ imposto pelas condicionalidades do PBF, é possível o surgimento de tensões adicionais na relação entre essas mulheres-mães e a escola. Entretanto, a pandemia e o fechamento das unidades escolares nos colocaram diante da forte dimensão da escola enquanto rede de proteção fundamental para essas mulheres-mães, considerando que, mesmo com o fechamento das unidades escolares desde março, algumas das principais ações implementadas pelo Governo do Estado da Bahia no enfrentamento da COVID-19 foram intermediadas pelas escolas estaduais, a exemplo da distribuição dos vale-alimentação estudantis e testagem para COVID-19.

Destaco a impossibilidade de execução integral do desenho metodológico do projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Salvador, em dezembro de 2020, sob o parecer nº 4.469.648 (ANEXO 1), que

⁴⁵ Apesar de Teixeira (2005, p. 35) discutir a contradição dessa expressão, uma vez que, para ele, o controle social se trata de “[...] uma atitude coletiva, a partir da atuação das organizações sociais [...], portanto, uma ação da sociedade controlando o Estado”, entendemos que a escola, como o local usado pelo Estado para assegurar o cumprimento da condicionalidade atrelada à educação, via acompanhamento da frequência dos/das estudantes, exerce controle social em uma perspectiva apontada pelo autor, defendida por outros estudiosos nas Ciências Sociais, que sinalizam que o Estado controla os indivíduos, inclusive para se legitimar.

previa além da análise de dados obtidos a partir de um questionário institucional aplicado aos/às estudantes do CECA, a utilização de questionário e entrevista semiestruturada a ser aplicado às mulheres-mães. Cabe ressaltar que esse desenho foi resultado de mudanças metodológicas após a qualificação do projeto, em outubro de 2020, que previra como metodologia o uso de narrativas de vida. Essa decisão já se assentava no recrudescimento dos casos de COVID-19 na região do Subúrbio Ferroviário, após flexibilização da prefeitura de Salvador decretada no dia 23 de julho (SALVADOR, 2020b), mesmo após a divulgação de Boletim Epidemiológico 16, BE-16 (SALVADOR, 2020c) pela Secretaria Municipal de Saúde que indicava o Subúrbio Ferroviário dentre os territórios com maiores incidências por COVID-19.

Esse cenário já evidenciava que haveria dificuldades para se acessar as sujeitas da pesquisa e que demandaria a busca por uma estratégia metodológica robusta, mas menos dispendiosa em tempo, haja vista que previ que, após a flexibilização, essas mulheres-mães que, via de regra, são empregadas nos setores de comércio, trabalho doméstico e serviços, aumentariam sua circulação pela cidade, dado que o exercício de suas funções laborais não podiam ser feitas de casa e, sem uma estrutura de proteção social, ou trabalham ou são demitidas.

Além do desemprego, da subocupação, essa população de mulheres negras e periféricas, destacadamente, por serem a base da pirâmide, historicamente sempre teve menos acesso aos postos de saúde, ao saneamento, às moradias dignas e às oportunidades de emprego. Acresce-se a isso o fato de que, durante a pandemia, essas mulheres que já enfrentam a dupla jornada, com auxílio de rede familiar ou da escola, se viram às voltas com questões extras de cuidados já que seus/suas filho/filhas passaram a ficar em casa com o fechamento das escolas, sobretudo as que tiveram seus empregos conservados.

Toda essa conjuntura tenderia a trazer implicações negativas para essas mulheres. Infelizmente, nossas previsões se confirmaram e, embora as medidas restritivas impostas pela prefeitura, aparentemente, tenham contribuído para menor incidência de COVID-19, na população do Subúrbio Ferroviário, cujo pico foi em julho de 2020, fato que denota, possivelmente, que essas pessoas adotaram os protocolos de prevenção ao coronavírus sugeridos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a maior exposição, em vista da necessidade de sair para trabalhar e condições de vida e saúde bem como uma série de vulnerabilidades, racismo e

machismo, concorreram para que, prevalentemente, as mulheres negras fossem as mais afetadas pela COVID-19.

Após o Exame de Qualificação do Projeto de Pesquisa, no dia 02 de outubro de 2020, e a divulgação de um novo Boletim Epidemiológico, BE-24, publicado dia 03 de outubro de 2020 (SALVADOR, 2020d), definiu-se o panorama que já vinha se desenhando e repercutindo na dificuldade operacional de se encontrar mulheres-mães dotadas de condições emocionais e financeiras que viabilizassem a assunção de um compromisso formal, que se relaciona à participação de uma pesquisa científica (que inicialmente previra ao menos dois encontros presenciais ou remotos) diante de tantos desafios, perdas e lutos experienciados por essas mulheres-mães.

Até este dia, segundo o BE-24, as mulheres apresentaram a maior frequência de casos da COVID-19 (54,7%) em relação aos indivíduos do sexo masculino e, dos casos com a variável raça/cor preenchida, observou-se que a maioria dos casos da COVID-19 de residentes de Salvador-BA ocorreu em pessoas da raça/cor preta/parda (77,2%). Esse mesmo padrão foi observado para os óbitos (76,6%). Também nesse BE, a incidência acumulada da COVID-19 demonstrou que o distrito sanitário do Subúrbio Ferroviário estava entre os que apresentaram as maiores incidências das últimas quatro semanas.

A partir do BE-27 (SALVADOR, 2020e), foi aventada uma “nova onda” da COVID-19 que já ocorria em outros países, destacando a possibilidade de reinfecção. Esse boletim, que continha dados referentes à testagem realizada nas escolas, apontou maior percentual de casos positivos na faixa etária de 11 a 20 anos (83,6%). A partir dele, os dados epidemiológicos (saliento que os dados desagregados por raça/cor só começaram a ser divulgados a partir de agosto) quanto ao público mais vulnerável à COVID-19 não se alterou: eram mulheres e negras.

Esses dados mostraram que a relutância em participar e a dificuldade para acessar essas mulheres-mães estavam intrinsecamente relacionadas aos desdobramentos que a pandemia estava, e continua, infelizmente, a ter sobre essas mulheres-mães, agravadas, ainda, pelo fim do Auxílio Emergencial em dezembro de 2020, o que conduz a pensar sobre a fragilidade emocional dessas famílias, em especial, as chefiadas por mulheres diante desse panorama de ataque aos direitos fundamentais e inalienáveis à nossa democracia, mas que revelam exclusão social e sucateamento da saúde, educação e serviços públicos.

Vale sublinhar que, entre março e outubro de 2020, o Subúrbio Ferroviário de Salvador, conforme BE-31 (SALVADOR, 2020f), apresentava as menores taxas de incidência. Dados de uma pesquisa coordenada pelo Data Favela (2020) ⁴⁶ apontam que 80% da população de pessoas moradoras das favelas estava procurando seguir as medidas de prevenção ou estava procurando seguir, mas nem sempre conseguia (41% e 39%, respectivamente), o que reporta à possibilidade de os/as moradores/as do Subúrbio tentarem atender às orientações da OMS para prevenção ao coronavírus, daí a menor incidência de casos em relação a outros distritos sanitários mas, por conta das diversas vulnerabilidades acumuladas e da premência de sair para trabalhar, uma vez contaminados/as, passam a ter maior risco de óbito.

Reitero a condição de vulnerabilidade econômica das mulheres-mães, sujeitas da pesquisa, reconhecida através de sua elegibilidade como beneficiárias do PBF como crucial para participação na pesquisa conforme previsto no projeto aprovado pelo CEP.

O público-alvo potencial do programa Bolsa Família (pessoas com rendimento abaixo de R\$ 178) era de 16,2 milhões de pessoas em 2019. Entretanto, se levada em consideração a linha recomendada internacionalmente para o Brasil, o total de pobres mais que triplicaria e superaria 51 milhões de pessoas no mesmo ano. O que aponta para o fato de que a desassistencialização de um contingente 34,8 milhões de pessoas (IBGE, 2020b).

Pela linha de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, 29,2% da população brasileira deveria estar cadastrada no CadÚnico do Governo Federal, em 2019. O estudo do IBGE destaca que as linhas de valor mais baixo ainda apontavam, no mesmo ano, para um contingente entre 8,5 milhões e 13,7 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza. Mulheres de cor ou raça preta ou parda que se destacaram entre os pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres, segundo dados do IBGE (2020b). Logo, a pandemia, que sabidamente atingiu em maior proporção e gravidade, grupos historicamente excluídos como indígenas, quilombolas, homens e mulheres negras, evidenciou e aprofundou as desigualdades já existentes.

⁴⁶ O Painel Data Favela / Locomotiva é uma base de 20 mil moradores de favela, cadastrados e pré-selecionados, divididos por cotas de região, idade e ocupação. Foram feitas 3.321 entrevistas 239 em favelas de todos os estados brasileiros entre 19 e 22 de junho de 2020.

Em um processo de empobrecimento crescente, dados do IBGE (2020b) revelam que, em cinco anos, aumentou em cerca de 3 milhões o número de pessoas no Brasil em situação de insegurança alimentar grave (fome), chegando a, pelo menos, cerca de 10,3 milhões os brasileiros nesta situação. Vale destacar que as mulheres chefes de família, autodeclaradas negras e com menor escolaridade foram as mais afetadas pela fome (REDE PENSSAN, 2021).

Esses dados refletem as privações relacionadas às desigualdades decorrentes do racismo e do processo de desmonte da estrutura de proteção social no Brasil, com cortes sucessivos do governo, especialmente nas áreas sociais como saúde, educação e assistência social, através da Emenda Constitucional n.º 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que alterou a Constituição Brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal e, desde 2016, prevê um teto de gastos nessas áreas por vinte anos (BRASIL, 2016 [1988]). Situação agravada durante a pandemia.

De acordo com dados da FGV Social (FGV, 2020), a pandemia jogou para a linha da pobreza quase 27 milhões de brasileiros. Com o fim do Auxílio Emergencial no final do ano, em janeiro, 12,8% de pessoas estavam na linha da pobreza, ante os 12,1% de 2011, que também indica que muitas famílias tentam sobreviver com o valor de R\$ 246 (US\$ 43,95) por mês. Logo, observou-se o aumento do desemprego, agravado pela ingerência do Governo Federal ante a gestão do Auxílio Emergencial que se mostrou aquém do necessário para assegurar as condições mínimas de sobrevivência.

Os alimentos, item principal do gasto das famílias mais pobres, subiram 15% no país nos 12 meses desde o início da pandemia do novo coronavírus, representando quase o triplo da taxa oficial de inflação do período, que ficou em 5,20%, segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgados pelo IBGE (2021b). Esses dados, somados a um plano de imunização desarticulado, compuseram cenário de agudização da pobreza e a assustadora desassistencialização das camadas mais empobrecidas, fenômeno observado durante a condução desta pesquisa.

Observa-se que efetivamente as famílias tiveram perda de parte do salário, desemprego, suspensão de contratos de trabalho, dificuldade de acesso aos benefícios sociais, seja o vale-alimentação estudantil oferecido pelo governo do Estado da Bahia aos/às estudantes da rede estadual de educação (talvez devido à

exigência de atualização cadastral dos/das estudantes da rede estadual de ensino, cujo CPF da mãe, do pai ou responsável não tenham sido informados à escola, no ato da matrícula e dificuldade de acessar as famílias, uma vez que o contato telefônico costuma estar desatualizado), seja o Auxílio Emergencial.

Também o cancelamento repentino do recurso ofertado pelo Programa Bolsa-Família no período pré-pandemia e dificuldades para o cadastro e/ou recebimento do Auxílio Emergencial – relatado por pelo menos duas mulheres-mães acessadas por este estudo – dificultaram a sobrevivência e a dinâmica das famílias, que foram deslocadas para maior vulnerabilização. Essa realidade segue tendo efeitos perversos uma vez que, desde dezembro, com o final do Auxílio Emergencial (ainda em discussão sobre o retorno), essas chefes de família, em uma continuidade de desumanização e desdém por essas vidas, continuam sendo empurradas para as ruas, em plena curva de aumento de contágio e mortes pela COVID-19, reverberando na vitimização dessas mulheres. Até 03 de julho de 2021, data final da verificação do quadro epidemiológico de COVID-19 na Bahia, antes da entrega deste trabalho, 54,74% dentre as pessoas contaminadas, eram mulheres. Dentre elas, 57,4% eram negras, 49,26% de cor parda, e preta 7,70%. O que aponta para o fato de que mulheres negras seguem em maior vulnerabilização (BAHIA, 2021).

Em Plataforma, bairro que liga a maior parte dos bairros do Subúrbio Ferroviário ao centro da cidade de Salvador, vizinho à localidade de Itacaranha, encontra-se a região do Largo do Luso, que funciona como uma espécie de “entroncamento”, o qual proporciona grande circulação de pessoas e é ponto de concentração do comércio da região onde muitos/as moradores/as – incluindo algumas dessas mulheres-mães sujeitas dessa pesquisa e seus/suas filhos/filhas – trabalham naquela região.

Essa localidade sofreu pelo menos quatro intervenções da prefeitura (SALVADOR, 2020), três no mês de maio e uma em agosto de 2020, com medidas regionalizadas e mais rigorosas de combate ao coronavírus e enfrentamento da pandemia de COVID-19 que impuseram restrições viárias, proibição de atividades comerciais bem como a realização de toda e qualquer atividade econômica formal e informal, incluindo ambulantes e feirantes, mesmo de estabelecimentos com menos de 200m², exceto supermercados, farmácias, bancos e lotéricas, e aplicação de medidas como distribuição de cestas básicas.

Mesmo com a impossibilidade de participação das mulheres-mães sujeitas desta pesquisa, da maneira prevista nos primeiros desenhos metodológicos, por todas as condições elencadas aqui, senti a necessidade de reverberar essas vozes que sofrem as opressões, mas lutam, resistem, re(existem). São mulheres que estão nos seus “corres”, nas batalhas por sua vida e dos/das seus/suas. São mulheres que, por hora, não irão imprimir seus tons, suas letras, mas que precisam ser ouvidas e representadas ainda que através de uma outra mulher negra, periférica. Em vista do quadro delineado, aqui, com muito afeto, solidariedade e respeito, peço licença para trazer falas de mulheres-mães, desse território-Subúrbio-Itacaranha-CECA-Quilombo para, utilizando o *ponto de vista*, na perspectiva de Patrícia Hill Collins, como metodologia prevista pela epistemologia feminismo negro, ecoar essas vozes.

4.3 DE QUE TERRITÓRIO ESTAMOS FALANDO? CECA, SUBÚRBIO, PERIFERIA

O Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA) foi fundado em 1975, e é classificado como unidade escolar de grande porte dentro da estrutura da Secretaria Estadual da Educação da Bahia (SEC) e se localiza na Rua Rio Sergimirim S/N, Itacaranha, Salvador-BA⁴⁷. Esse bairro faz fronteira com os bairros de Plataforma, Ilha Amarela, Rio Sena, Alto da Terezinha e Escada; todos estão localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador, região que surgiu a partir da implantação da ferrovia Calçada-Paripe, da Fábrica de Tecido São Braz e pela construção da Avenida Suburbana (Av. Afrânio Peixoto) (PINTO, 2017).

O CECA atende a adolescentes e adultos, no Ensino Médio e 9º ano o Ensino Fundamental Anos Finais, no turno matutino; a crianças a partir de nove anos de idade no Ensino Fundamental Anos Finais (do 6º ao 9º ano), no turno vespertino; e a adolescentes e adultos, Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio), Ensino Médio regular e Proeja (curso técnico em Logística), no turno noturno. Estão matriculados e distribuídos pelos três turnos

⁴⁷ Segundo dados do IBGE (2019b), Salvador possui 2.872.347 habitantes e é a quarta cidade mais populosa do Brasil. São Paulo possui 12.252.023 habitantes, seguida pelo Rio de Janeiro 6.718.903 habitantes e o Distrito Federal, 3.015.268 habitantes. O *Atlas da Violência – Retrato dos Municípios Brasileiros 2019* aponta Salvador como a quinta capital brasileira mais violenta do país, com uma taxa de homicídios de 63,5 a cada 100 mil habitantes em 2017. O índice é superior ao das três maiores capitais brasileiras: São Paulo (27º), Rio de Janeiro (18º) e Belo Horizonte (23º) (IPEA, 2019).

aproximadamente 2100 alunos. O Ensino Médio passou a ser oferecido a partir do ano de 2007, conforme Diário Oficial de 22/05/1997 e nº 3020 do Estado da Bahia e passou a atrair estudantes cujos filhos e filhas estudam na escola (PINTO, 2017).

A localização dessa unidade escolar em um território diverso e complexo, como o Subúrbio Ferroviário de Salvador, reverbera no estabelecimento de uma relação escola-território igualmente diversa e complexa. O efeito de vizinhança ou de território é definição cunhada por Batista Carvalho-Silva e Alves (2017) para descrever entraves das possibilidades educativas ofertadas pelos estabelecimentos de ensino circunscritos em espaços segregados, consequente das desigualdades condicionadas pelo isolamento social, cultural e espacial de sua população. Essa definição é importante para entendermos a relação das mulheres-mães com a escola e a escolarização de seus/suas filhas.

Vale destacar o caráter heterogêneo, diverso e plural do CECA (temos tanto um público extremamente vulnerável econômica e socialmente quanto outro que usufrui de bens e serviços que os afasta desta condição). Para perceber melhor a relação família-escola e o efeito de vizinhança-território, é preciso abranger as características ambivalentes que atravessam o Subúrbio Ferroviário e, mais especificamente, o bairro de Itacaranha.

Ao estabelecer a relação entre o CECA/Subúrbio com a família/comunidade, me arrisco a fazer uma analogia com o *Quilombismo* proposto pela historiadora, professora e ativista negra Beatriz Nascimento (2006b [1982]). Penso no CECA/Subúrbio como território que, mesmo sob forte pressão de uma política neoliberal que coloniza subjetividades – à luz da psicanalista e pesquisadora Nora Merlin (RANZANI, 2019⁴⁸), consegue romper essa “prisão” e evidencia resistências, decorrentes de estratégias e experiências de interação, dentro do espaço urbano objetiva e simbolicamente depreciado.

Parte dessa população residente de territórios marcados pelas desigualdades, com muitas negações históricas e agora, muito evidentemente, pelo esvaziamento das políticas sociais, estabelecem (re)existências que se constroem através de relações de solidariedade entre pares, de mobilizações capazes de tencionar rotulações estigmatizantes de aceitação da pobreza. Essas lutas cotidianas reafirmam a importância desses/as sujeitos/as sociais para as disputas políticas e

⁴⁸ Entrevista à *Revista IHU On-line*.

simbólicas na sociedade capitalista, racista e sexista que segue objetificando e homogeneizando os/as moradores/as desse território (predominantemente negro).

Não busco trazer a romanização da pobreza, da miséria e da resiliência, como tem feito a lógica neoliberal. Pelo contrário! Eu a contesto cotidianamente como mulher negra oriunda desse território e professora que lida diretamente com as repercussões e mazelas potencializadas pelas ausências ou insuficiências do poder público, fomentadoras de vulnerabilização e exclusão social. Trago o CECA/Subúrbio como território de resistências e (re)existências para demarcar a luta e a insurgência dessas pessoas que, apesar das negações históricas, insistem, persistem.

Busquei em Beatriz Nascimento (2006b [1982]) a corroboração dessa realidade vivida. Exalto a luta e a criticidade dessa historiadora, ativista pelos direitos humanos dos/as negras que evidenciava a urgência da reescrita historiográfica sobre os/as negros/as pelos/as negros/as. Penso no meu território, CECA/Subúrbio, como quilombo que evidencia que negros/as e negras foram assujeitados/as, mas resistiram. Trago quilombo, como defendeu Beatriz Nascimento, como herança histórica de lutas, resistências, de aglutinação e liberdade do/a negro/a.

O Subúrbio Ferroviário de Salvador é extenso, com uma área de 4.145 hectares, margeando longitudinalmente a Baía de Todos os Santos, no lado oeste da cidade que, apesar dos problemas comuns às periferias de urbanização popular, apresenta um grande potencial turístico (SERPA, 2002, p. 167). Serpa (2001) bem como Inaiá Carvalho e Gilberto Pereira (2006), conforme dilucidado por Antônio Soares (2006), à luz da lógica capitalista – que endossa o parcelamento territorial separando espacialmente ricos e pobres – classificam o Subúrbio Ferroviário como periferia. O Subúrbio Ferroviário abrange 22 bairros onde moram 24,55% da população soteropolitana, ou seja, lá estão cerca de 600 mil habitantes (SEDUR, 2018).

Soares (2006, p. 20), considera o subúrbio como “[...] uma parte da cidade populosa e habitada em sua maioria por negros, privados de um tratamento de políticas públicas de qualidade, com falta de infraestrutura urbana e serviços, mas com grandes manifestações e representações culturais”.

O termo “periferia” explicita, geralmente, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Contudo, ao atribuir conotação sociológica a este termo, “periferia” vira, de acordo com Serpa (2002, p. 161), “[...] sinônimo de regiões

com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o *locus* da reprodução sócio espacial da população de baixa renda”, o que caracteriza grande parte do Subúrbio.

No entanto, Correia (1993), citado por Serpa (2002), nos reporta à ambiguidade do subúrbio ao sublinhar a existência de duas “periferias”: aquela com urbanização de status e aquela com urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas (mar, sol, verde), ganham infraestrutura adequada e tornam-se bairros de status.

As imprecisões que caracterizam o subúrbio de Salvador nos remetem a uma região da periferia urbana, cuja população é, em sua maioria, negra, pobre e com baixa escolaridade, vítima de maior violência urbana, vive em condição de miséria e não usufrui de direitos humanos básicos como alimentação, saúde, educação e lazer. Todavia, também é uma região mantenedora de grandes manifestações da cultura afrodescendente e belezas naturais (OLIVEIRA *et al.*, 2000 apud SOARES, 2006; SERPA, 2002). Para Gey Espinheira (2004), o Subúrbio Ferroviário pode ser chamado, genericamente, “periferia de Salvador”, tratando-se de universo contraditório, heterogêneo e complexo. As relações estabelecidas nesse território seguem a mesma lógica.

Esse universo ambivalente é evidenciado ao caracterizar Itacaranha, bairro no qual se localiza o CECA. Segundo o Censo 2010, o bairro de Itacaranha contava com uma população total de 16.088 habitantes, a maior parte (83,77%), se autodeclarou negra, 56,65%, parda, e 27,12%, preta; do sexo feminino, 52,59%; e se encontravam na faixa etária de 20 a 49 anos 51,72%. No que diz respeito aos domicílios, 3,02% dos responsáveis não eram alfabetizados, e apesar de 42,4% estarem na faixa de 0 a 1 salário mínimo, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$1.046,00 (SEINFRA, 2020).

Já com relação à infraestrutura ofertada, em 2010, 99,14% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 95,67% com abastecimento de água e 82,43% com esgotamento sanitário (SEINFRA, 2020). Esse cenário positivo foi confrontado com dados encontrados pelo professor doutorando Jeremias Pinto (2017), que leciona Geografia e Sociologia no CECA, em sua dissertação de mestrado, *Transformações socioespaciais do bairro de Itacaranha a partir da abertura da Avenida Afrânio Peixoto em Salvador-BA*, quando avaliou os impactos da abertura da Avenida Afrânio Peixoto sobre Itacaranha e identificou mudanças socioespaciais

significativas e profundas que se processaram em toda região do subúrbio e no bairro de Itacaranha. Apesar das melhorias, a exemplo da coleta de resíduos sólidos, da instalação do abastecimento de água, da drenagem das águas pluviais e da drenagem urbana, o adensamento populacional, a ocupação irregular, acompanhada da destruição ambiental das comunidades tradicionais de pescadores e veranistas e eliminação fontes de sobrevivência, alteraram o cotidiano e o ritmo de vida dos moradores (PINTO, 2017).

Jeremias Pinto (2017) destaca a vulnerabilização e a carência de serviços públicos básicos da comunidade do entorno do CECA e de bairros vizinhos e pondera que dentre os motivos para que estudantes, tanto da localidade quanto de bairros mais distantes, tais como os bairros de Paripe e Lobato, optem pela escola estão a estrutura física e o papel que a instituição assume para a comunidade escolar e do entorno, em ações de cunho social, a exemplo do Mutirão de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, promovido pelo Tribunal de Justiça no mês de outubro de 2016, que atraiu um grande número de pessoas moradoras do bairro e do seu entorno (PINTO, 2017).

4.3.1. O CECA como orientador de futuro

O CECA, como carinhosamente o Colégio Estadual Clériston Andrade é chamado pela comunidade escolar, é composto por dezenove salas de aula, um auditório, uma sala de direção, uma sala da vice-direção, uma sala dos professores, uma sala de reprodução de material (reprografia), uma cozinha, uma biblioteca – que está em fase de organização para se tornar uma sala multimídia – e duas quadras poliesportivas.

Cercada por um muro alto, que reporta a uma fortaleza, o CECA tem área interna colorida, com jardins, uma bela vista para a orla do Subúrbio Ferroviário e suas janelas não são gradeadas. A ideia de escola como presídio, ainda presente na educação brasileira, incomodava a professores e professoras que, juntamente com a gestão escolar, optaram por removê-las das janelas das salas de aulas.

A gestão da escola é composta por uma diretora e dois vice-diretores, certificados/a e eleitos/a pela comunidade escolar interna e externa. Além disso, possui Colegiado Escolar e Grêmio Escolar que também atuam na gestão. A equipe conta também com um coordenador pedagógico, mais 78 professores/as, 25

funcionários/as, divididos/as em funcionários/as administrativos/as e de apoio. Os/as professores/as possuem licenciatura plena, mas há especialistas, mestres e doutores/as.

A escola conta com programas tais como Mais Educação, Saúde na Escola, Programa Nacional do livro didático para o ensino médio (PNLEM) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Há também o projeto de iniciação científica para estudantes, o PICEM (Projeto de Iniciação Científica no Ensino Médio) – implementado desde 2013 pela professora Wanderlene Reis e que, a partir de 2017, ganhou nova modelagem em consequência da inserção de professores/as das disciplinas de Geografia, História, Química, Matemática, Biologia, Redação, Língua Portuguesa e Inglês, além de Sociologia que foi o precursor do Projeto⁴⁹, – que estimula a pesquisa docente e discente e a participação em eventos acadêmicos como o da Semana de Mobilização Científica⁵⁰ (SEMOC), realizada anualmente na Universidade Católica do Salvador (UCSAL); a gincana cultural⁵¹ que ocorre desde 2012, cujos temas estão relacionados à diversidade cultural, questões políticas e sociais, e que envolve a comunidade escolar e do entorno, promovendo a coleta de alimentos e adoção para instituições sociais do Subúrbio, bem como o incentivo à presença familiar na escola⁵², que é um dos pilares do CECA.

Citamos ainda o projeto implementado pelo Estado em escolas públicas da Bahia, o PROERD⁵³ (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à

⁴⁹ Para mais informações sobre o Projeto de Iniciação Científica no Ensino Médio, vide artigo de Reis, Campos e Pinto (2020). Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/8617/7410>. Acesso em: 04 fev. 2020.

⁵⁰ Programação da SEMOC na qual constam as apresentações feitas pelos alunos do CECA disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14E8S8ObU1tJSPauNEXltqqBsMEuQ-c8W/view> Acesso em: 04 fev. 2021.

⁵¹ BAHIA. Gincana mobiliza mais de dois mil estudantes no Colégio Clériston Andrade. **Ascom/Educação**, Bahia, 18 jan. 2013. Disponível em: <http://estudantes.educacao.ba.gov.br/noticias/gincana-mobiliza-mais-de-dois-mil-estudantes-no-colegio-cleriston-andrade>. Acesso em: 4 fev. 2021.

⁵² BAHIA. Cultura e presença familiar estimulam estudantes de escola em Itacaranhã. **Ascom/Educação**, Bahia, 1 set. 2015. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/noticias/cultura-e-presenca-familiar-estimulam-estudantes-de-escola-em-itacaranhã>. Acesso em: 4 fev. 2021.

⁵³ O PROERD é a versão brasileira do programa D.A.R.E. (Drug Abuse Resitence Education), implantado inicialmente nos Estados Unidos e, atualmente, desenvolvido em mais de cinquenta e seis países conveniados. A iniciativa é considerada pela ONU como um dos maiores programas de prevenção às drogas e a violência do mundo. Disponível em:

Violência), que é realizado em parceria com a escola e a família, com duração de 4 meses; no CECA, o Programa ocorreu nos anos de 2017 e 2018. Notamos impactos positivos, como a melhora da relação da comunidade com a presença da polícia militar na unidade escolar, que é vista como parceira no processo educativo e não como instituição repressora. O cunho preventivo dessa intervenção é de absoluta relevância, pois observamos o uso de metodologia adequada com linguagem e estratégias que podem instrumentalizar esses/as estudantes sobre o uso de drogas.

O fato de parte dos/das profissionais do CECA (gestão, funcionários/as e professores/as) serem moradores/as de Itacaranha ou de bairros vizinhos e terem uma relação de afetividade e pertencimento a esse território, além da maior parceria e presença da polícia na escola após a execução do PROERD dá à comunidade a sensação de espaço “protegido”. Apesar de episódios de violência no entorno, paira o sentimento de que a escola, de certa forma, está salvaguardada.

Cabe destacar a ambivalência que essa sensação de proteção traz para a equipe profissional do CECA, estudantes e seus/suas responsáveis, haja vista que, ao mesmo tempo em que a polícia baiana faz um importante trabalho de parceria escola-família-comunidade e prevenção, é a polícia a instituição que, percentualmente, mais mata pessoas negras no Brasil ficando atrás somente do Rio de Janeiro e São Paulo: 97% das mortes em ações policiais foram de pessoas negras (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2020).

Ressaltamos que nos últimos seis anos, o CECA tem se transformado em um importante *lócus* de pesquisa para professores e professoras da educação básica da rede estadual de educação da Bahia. Algumas pesquisas para obtenção de titulação acadêmica realizadas por docentes da escola, além da já citada investigação realizada pelo professor doutorando Jeremias Pinto, tiveram forte influência do CECA ou do território do entorno. A professora doutora Wanderlene Reis (2015), em sua dissertação de mestrado, *Poético, afetivo e semiótico: o significado de quintal em narrativas de duas gerações de famílias*, investigou os modos como diferentes gerações de famílias, moradoras de bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, atribuem significados aos quintais das suas casas.

A professora doutoranda Pollyanna Campos (2018), em sua dissertação *Juventudes em trânsito: conflitos e subversões do (cis)tema heteronormativo no*

contexto familiar e escolar em Salvador, buscou identificar papéis, conceitos, atitudes e reflexões que ancoram a construção identitária de jovens de 18 a 24 anos, visando compreender e detectar os diversos conflitos que podem ser gerados a partir das relações interpessoais e ou preconceitos frente à diversidade sexual e de gênero, de modo que tenham uma vivência mais respeitosa e menos preconceituosa nos contextos familiares e escolares. A diretora, Maria Madalena Lima Silva (2019), em sua pesquisa de mestrado – *A contribuição dos tios e tias na vida dos sobrinhos em uma escola pública de um bairro da periferia de Salvador-Ba* – investigou o lugar de tios e tias na socialização dos sobrinhos, tendo por foco as diferentes maneiras de essa contribuição acontecer como: auxílio financeiro, cuidados e afetividade.

Dois outros profissionais desenvolveram suas pesquisas tendo por lócus o CECA. O professor doutor Elmar Abreu, da rede estadual de educação, teve como objetivo aprender de que maneira o jovem percebe as suas possibilidades, por meio dos projetos de vida, capazes de mudarem as suas condições sócio-econômico-educacionais diante de suas potencialidades junto ao suporte oferecido pelas famílias e pela escola através da pesquisa de doutoramento *Furando a bolha do habitus: mobilizações das famílias e de uma escola pública em Salvador e na Ilha do Sal em Cabo Verde, sob a ótica dos seus jovens na elaboração dos seus sonhos / projetos de vida* (2020).

Já o psicólogo João Paulo Pereira de Oliveira, com a pesquisa intitulada *Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador* (2020), teve por objetivo discutir percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador, sem deixar de considerar a ressignificação pela qual passa a figura paterna na contemporaneidade.

Busco notabilizar, através do destaque dado a esses trabalhos, a contínua luta do CECA pelo enfrentamento às dificuldades impostas por um sistema educacional que segue subvalorizando a Educação e seus/suas atores/atrizes. Apesar da previsão e garantias constitucionais e infraconstitucionais⁵⁴, inclusive via

⁵⁴ Garantias fundamentais da Constituição Federal, conforme art 1º, III (dignidade da pessoa humana), e art. 3º, IV, que coloca como objetivo fundamental do Estado Brasileiro, a promoção do bem de todos sem qualquer tipo de discriminação. Além de se contrapor à norma insculpida no art. 206, V da nossa Carta Magna, tangente à valorização dos/das profissionais da educação escolar que, nos termos da Lei Federal nº 9394/1996, passa não somente pela formação de plano de carreira, mas do investimento permanente e contínuo na capacitação e aperfeiçoamento profissional, consoante art. 67, II (BRASIL, 2016 [1988]).

decreto e legislação do Governo do Estado,⁵⁵ o direito dos/as profissionais de educação à concessão de horários especiais, afastamento provisório e liberação dos Professores e Coordenadores Pedagógicos para frequentar cursos de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, sem prejuízo das vantagens do cargo, dependem de se impetrar mandados de segurança para fruição do direito previsto legalmente ou formar redes de cooperação entre colegas a fim de dar conta das atribuições escolares, sem prejuízo aos/às estudantes e conseguirmos avançar na qualificação profissional.

Não é aleatoriamente que pontua esse movimento educacional do CECA, uma vez que essa construção poderá nos ajudar na escola pós-pandemia: “[...] não há prática pedagógica que não parta do concreto cultural e histórico do grupo com quem se trabalha [...]”, nos ensinou Paulo Freire (2004, p. 57), em *Pedagogia da Tolerância*, que também nos instiga a entender a educação popular como um esforço de mobilização, organização e capacitação científica, técnica e política das classes populares com vistas à transformação e inclusão social (FREIRE, 2015).

No entanto, no CECA, não apenas trabalhos acadêmicos contribuem para o fortalecimento da relação família-escola-comunidade-território. O projeto “Aluno Destaque”, atividade desenvolvida no CECA há mais de 10 anos, que tem como objetivo principal reforçar a autoestima através da valorização do aprendizado escolar, bem como favorecer laços de inclusão e solidariedade nas construções afetivas e pedagógicas, atualmente sob a responsabilidade dos/a professores/a Especialistas Álvaro Ricardo Corrêa, Itabajara Rodrigues, Messias Sacramento e Doutorando/a Cláudia de Jesus e César Carneiro, promove o fortalecimento do vínculo família-escola ao fomentar a presença da família na escola através de reforços positivos.

Outro importante projeto é coordenado pelo professor Álvaro Ricardo Corrêa que, anualmente, realiza abordagem sobre Recursos Hídricos valorizando, entretanto, a região em que o CECA está inserido, Itacaranha e entorno, a fim de, ao incorporar as narrativas locais ligadas a alguns nascedouros, lagos, lagoas e

⁵⁵ **Decreto 8.569 de 18 de junho de 2003.** Art. 62 da Lei 8.261 de 29 de maio de 2002. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77487/decreto-8569-03>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Art. 26 da Lei 6.677 de 26 de setembro de 1994. Disponível em: http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/sites/default/files/Estatuto_do_servidor.pdf Acesso em: 27 fev. 2021

córregos, valorizar as vivências e memórias da comunidade. Em Itacaranha, destacam-se as fontes do Dendê, da Estação de Trem e um chafariz na Rua Palestina. Todos são utilizadas pelos/as moradores/as e pela população de bairros adjacentes para tomar banho, lavar roupa e abastecimento nas casas na falta de água disponibilizada pela concessionária local, a Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA) (MOTA; SANTOS, 2017).

Finalizando os destaques, temos projetos como os conduzidos pelos professores de Educação Física Marcos Rogério de Almeida, Gilvan Silva e Ivo de Deus que, nas turmas de esporte, desenvolvem extracurriculares com atividades da cultura corporal (dança, teatro e esportes coletivos como futebol e voleibol) e inspiram nos/nas estudantes sensação de pertencimento à comunidade escolar e ao bairro. Esse espírito de grupo e coletividade, indubitavelmente, fortalece a relação família-escola e tem reflexos positivos em momentos como esse marcado por distanciamentos.

Convém salientar que professores/professoras Álvaro Ricardo Corrêa, Cláudia de Jesus, César Carneiro, Madalena Silva, Messias Sacramento, Marcos Rogério de Almeida e Wanderlene Reis, assim como eu, moram ou moraram por muitos anos no Subúrbio Ferroviário. Acreditamos que todas as condições supramencionadas, além dos aspetos reportados por Jeremias Pinto (2017), figuram como importantes atrativos para a comunidade e concorrem para o fortalecimento da relação família-escola, que costuma ser longeva (muitos/as estudantes são matriculados/as no 6º ano e só saem após a conclusão do Ensino Médio) e transgeracional (é comum que vários/as familiares, de diferentes gerações e graus de parentesco, estudem ou tenham estudado no CECA).

Todas as práticas pedagógicas assinaladas têm em comum a investigação *na escola e para-além dela*, realizadas por sujeitos/as-pesquisadores/as que vivenciam o *chão da escola* e trazem as *realidades vividas* para as suas produções. Fazemos um movimento de saída da condição de objeto para produtores/as de conhecimento, e assim, assistimos a mudanças de paradigmas.

Nilma Lino Gomes (2020) lembra que os projetos, os currículos e as políticas educacionais precisam reconhecer os saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos não-hegemônicos e trazê-los para o cotidiano escolar. A autora destaca: “[...] no contexto atual da educação, regulada

pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, esses saberes foram transformados em não existência; ou seja, em ausências” (GOMES, 2020, p. 43).

A escola precisa ser tratada como ser vivo que pulsa, que é alimentada e alimenta uma cadeia de outros seres igualmente vivos que (re)agem, movem, sonham, resistem, lutam. Ela não é uma entidade isenta das transformações que a sociedade atravessa: interage e sofre os efeitos positivos das mudanças, mas os deletérios também. É território de disputas onde todas as opressões e violências podem se manifestar. Estas são carregadas para dentro e para-além dos muros escolares. Nesse sentido, ter professores/as-pesquisadores/as que produzem *na escola e para além* dela nos permite entender atravessamentos e buscar estratégias para educar em uma perspectiva crítica, política e emancipatória.

4.3.2 O CECA como rede de proteção, cuidado e mediador de políticas públicas

As famílias populares urbanas guardam idiossincrasias nos seus modos de vida que se relacionam muito mais com formas diferentes de organização do que com desorganização. Há que se considerar que essas famílias, com suas singularidades, também podem se constituir locais de proteção e fortalecimento para seus membros.

Nesse contexto, em que os processos e a dinâmica de funcionamento das famílias de classes populares se mostram tão complexos e diversos, é preciso considerar que muitos desses grupos familiares evidenciam uma unidade familiar e um sistema moral fortalecido. Dessa forma, mesmo vivendo sob condições de risco e vulnerabilidades diversas, essas novas configurações familiares cumprem seu papel de ser um contexto que propicia o desenvolvimento saudável de seus membros e não, invariável e inevitavelmente, disfuncionalidades. Daí emerge a necessidade de “descolonizar” o olhar técnico que, para Fonseca (2005, p. 50), “[...] permite uma interação dialógica capaz de reforçar, antes de reprimir, recursos tradicionais na situação em que se pretende intervir.”. Esses espaços dialógicos, onde se privilegia a escuta do outro, se constituem espaços de elaboração e modelos mais democrático de relações entre as famílias e os profissionais que lidam com elas.

Não se pode perder de vista, como apontado por Carrera, Lima e Paixão (2018, p. 437), que “a escola é o lugar da família”. Nesse sentido, a parceria dessas

instituições é importante para o enfrentamento de questões que impeçam a promoção do desenvolvimento humano.

O impacto das desigualdades socioespaciais em comunidades marcadas pela pobreza, pelo preconceito, pela ausência de uma rede de proteção social e por uma limitada presença do Estado reverbera na relação entre escola/família. A vivência de grandes dificuldades por famílias populares para assegurar sua reprodução social e, em alguns casos, a própria continuidade do núcleo familiar, em determinados territórios geográficos, “[...] particularizam as relações sociais e podem tencionar as relações institucionais” (CARRERA; LIMA; PAIXÃO, 2018, p. 437). Em comunidades mais vulneráveis, “[...] processos supressores e violadores de direitos, característicos do neoliberalismo brasileiro, extrapolam o âmbito privado familiar para o âmbito público, repercutindo na escola” (*ibidem*, p. 439). Nesse cenário, a maior vulnerabilidade (precariedade em relação à condição de vida em determinado território) bem como a condição socioeconômica podem desempenhar papel fundamental em baixos desempenhos escolares e problemas de evasão escolar.

O CECA, como “orientador de futuro” das juventudes e de suas famílias, num cenário de vulnerabilidades, concorre para o fortalecimento do processo de escolarização. Outra perspectiva possível é considerar que para mulheres trabalhadoras, mesmo em condições precárias, a escolarização é possibilidade para superação de adversidades. Para essas mulheres, o trabalho remunerado é vivido como algo para além da garantia da sobrevivência cotidiana e a educação assume relevância, pois:

[...] Para as que estudam e não têm filhos, a projeção do futuro está ligada a melhoria das suas condições de vida e a uma realização pessoal como sujeito, uma vez que, para essas, também o estudo é um direito e um valor que confere uma nova referência de si mesmas no mundo. Para as que têm filhos/as e estudam, o seu futuro e dos/as filhos/as estão nos dois casos relacionados, uma vez que toda melhoria para si, é também vista como criação de possibilidades para prover sua prole como melhores alternativas de vida. Enfim, estudar é um valor fundamental para essas mulheres, tanto um meio de abrir novos e melhores caminhos para o futuro, como também como algo que confere autoestima. Para as que estão sujeitas a um cotidiano exaustivo marcado pelo trabalho remunerado, trabalho doméstico não remunerado e pela atividade escolar, ter uma renda e estudar é uma necessidade que atende tanto às exigências do presente quanto às do futuro e, por isso, se justificam. Muitas entrevistadas revelam uma percepção de necessidade que vai além

da sobrevivência e engloba a sua própria constituição como sujeito e cidadã [...] (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 37)

A capacidade de aglutinação, através de processos colaborativos e coletivos, das pessoas vulnerabilizadas é aspecto digno de nota nas periferias: com o agravamento da crise sanitária e com os recordes de contaminação, cortes nos programas sociais e da exposição imposta pela necessidade de manutenção das famílias, a força dos laços de solidariedade dentro da favela/periferia tem sido evidenciados fortemente. A mobilização tenta preencher uma lacuna já diagnosticada por especialistas em saúde pública e por moradores das periferias urbanas: as medidas de prevenção orientadas pela OMS e pelos governos são elaboradas para as classes média e alta, desconsiderando as idiosincrasias das populações mais pobres e periféricas. Nesse viés, a organização das comunidades populares e lideranças periféricas podem fazer a diferença entre viver e morrer.

Em territórios vulneráveis, a escola pode ser a primeira e, às vezes, única presença do Estado e, independentemente da vontade de seus/suas agentes, ser convocada a responder por demandas de saúde, de assistência, de busca por assegurar direitos e estabelecimento de vínculos com as famílias distintos daqueles que usualmente cria em regiões não vulneráveis. Isso ficou evidenciado durante a pandemia, pois as escolas tiveram papel fundamental como mediadoras de algumas das principais ações mitigadoras dos seus efeitos como a disponibilização do vale-alimentação estudantil no valor de R\$ 55,00 para estudantes da rede estadual nos 417 municípios da Bahia, visando contribuir para garantia da segurança alimentar de estudantes e seus familiares (BAHIA, 2020b), e a Bolsa Presença que assegura o pagamento de R\$ 150,00 para cada família com estudante matriculado/a na rede estadual de ensino, que esteja cadastrada no CadÚnico e que tiverem frequência superior a 85% nas atividades escolares (BAHIA, 2021b), ou a mobilização para a testagem para COVID-19, por exemplo.

Como discutido por Dirce Koga (2011), é preciso atentar para o aspecto relacional da(s) política(s) pública(s), o que nos reporta à importância de tratar a vertente territorial, pois o território engendra a história das populações, os lugares onde vivem, o cotidiano, seu universo cultural, suas particularidades locais, seus anseios, não somente suas necessidades.

Nesse cenário, em razão da forte influência do CECA na comunidade e pelo fato de parte de seus/suas profissionais (gestão, funcionários/as e professores/as) serem moradores/as de Itacaranha ou de bairros vizinhos e terem uma relação de afetividade e pertencimento a esse território, observamos, mais uma vez, a importância da parceria escola-família tanto na execução quanto para a avaliação da política pública, haja vista tanto a escola quanto a família serem fontes para obtenção de informações.

4.4 “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA O LUGAR DE FALA

Os dados apresentados até aqui reportam ao fato de que essas mulheres, além de serem mães-solo-negras, periféricas, principais provedoras de cuidado e recursos materiais dos/as seus/suas filhos/filhas (e muitas vezes, como nos ensinou Lélia Gonzalez (2020c [1979], p. 40), serem “a viga mestra de sua comunidade”, e já acumularem uma série de opressões sobrepostas, perderam sua principal, muitas vezes, única rede de proteção, que é a escola, fechada há quase um ano. Todas as limitações para que as sujeitas participassem formalmente da pesquisa foram postas na discussão feita até aqui. No entanto, os motivos para não dispenderem seu tempo para pesquisa foram diversos: “pró, desculpa, mas tô nos correndo porque tá faltando dinheiro. Cortaram o Bolsa Família dos meninos e meu auxílio não saiu de R\$ 1.200”. Tô fazendo bolo de pote pra vender”; Pró, não vai dar pra ir te encontrar porque hoje acordei mal. Minha vizinha tá na UTI de COVID” ou “meu celular é barrado, pró. Estava sem nenhum. Por isso, não recebi sua mensagem antes, mas minha irmã me emprestou esse pra não ficar sem falar com as meninas enquanto tô na rua”.

Tais justificativas me conduziram a adotar, ao invés das narrativas de vida, os diálogos, na perspectiva de que, nesse momento, o que importa é a solidariedade e o acolhimento, dentro das limitações existentes na vida dessas mulheres-mães.

Há que se desenhar o panorama social que perpassou essa pesquisa, haja vista que, além da pandemia do COVID-19 que culminou no fechamento das escolas há quase um ano, os indicadores sociais já apontavam para o empobrecimento progressivo da população baiana nos últimos cinco anos. Tanto a Bahia quanto Salvador registraram alta no número de pobres em 2019 em relação a 2014, ano em

que a pobreza chegou a seu mais baixo patamar tanto no estado (37,5% da população, ou 5,446 milhões e pessoas) quanto na capital (13,6% ou 379 mil pessoas) (IBGE, 2020b).

Em 2019, a Bahia possuía a maior quantidade de pessoas extremamente pobres do Brasil, em números absolutos, segundo levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020b). De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), quatro em cada dez moradores do Estado estavam abaixo da linha da pobreza neste ano, vivendo com renda domiciliar per capita menor que R\$ 428, e pouco mais de 1 em cada 10 com renda menor que R\$ 148. Com isso, a Bahia é também o segundo estado do país com maior número absoluto de pobres (6,006 milhões). Salvador, entre 2018 para 2019, teve discreto aumento de 124 mil para 140 mil pessoas (4,9% da população) no número de extremamente pobres (IBGE, 2020b).

Um conjunto de condições que contribuem para piora das condições de vida dos/as cidadãos e cidadãs: a Bahia tem maiores proporções da população morando em domicílios com algum tipo de restrição no acesso a serviços. Dentre elas, acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico: rede de água, coleta de esgoto e coleta de lixo. Quase metade da população total do Estado, o que corresponde a 47,3% dos moradores, não usufrui dessas condições simultaneamente. Entre os pobres, 63% que vivem em domicílios não são atendidos/as por pelo menos um dos serviços. O acesso à educação constitui a segunda restrição mais frequente para a população baiana, que atingia 33,3% da população no Estado, chegando a 36,4% entre as pessoas abaixo da linha de pobreza, e o acesso à internet foi revelado como a terceira restrição mais comum na Bahia, afetando 22,5% da população, chegando a atingir 29,5% das consideradas pobres, que viviam em domicílios sem nenhum tipo de acesso à rede (IBGE, 2020b).

O aumento da pobreza reflete em maior número de pessoas elegíveis para os programas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF), ao mesmo tempo em que a política ultraliberal do governo Jair Bolsonaro tem esfacelado as políticas sociais. No espectro dos últimos cinco anos, esta política social, criada em 2003, se consolidou como importante ferramenta de combate à extrema pobreza e à desigualdade, mas vem sofrendo com desajustes e excluiu milhares de beneficiários/as; de acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020), conseqüentemente, houve queda na renda dos/das brasileiros/as mais pobres.

O PBF, criado em 2003, se constitui como principal instrumento de combate à pobreza, extrema pobreza e desigualdades e o melhor programa focalizado entre todas as transferências de renda oficiais no país por impactar três vezes mais o PIB que os benefícios da previdência social e 50% mais que o BPC, outra política voltada aos pobres e que cobre cerca de um quinto da população brasileira (pouco mais de 40 milhões de pessoas), de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020). Todavia, vem regredindo desde a crise econômica iniciada no final de 2014 e sofrendo com desajustes, excluindo milhares de beneficiários/as, reduzindo sua cobertura e valor médio oferecido para cada família beneficiária (relativamente estagnado em torno do patamar oferecido em 2011), o que levou à queda na renda dos/das brasileiros/as mais pobres, perda de bem-estar e ao crescimento no contingente de brasileiros/as em situação de extrema vulnerabilidade social (*ibidem*, 2020).

Focalizo que a exclusão aleatória do PBF foi relatada por uma das mulheres-mães convidadas a participar desta pesquisa, enquanto outra relatou dificuldade para cadastrar a neta, o que vinha interferindo na manutenção da família. Essa mulher-mãe, cuja filha é menor de idade, estudante do CECA (e mãe de um bebê com pouco menos de um ano), tinha perdido o emprego há poucos dias.

De acordo com o *Boletim 01/21 - Vigilância Socioassistencial* produzido pelo Comitê Técnico da Assistência Social no Consórcio Nordeste (2020), em janeiro deste ano, o Governo Federal designou apenas 3% dos novos benefícios do Bolsa Família ao Nordeste, região que reúne 36,8% das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Já as regiões Sul e Sudeste receberam 75% das novas concessões do programa. O somatório das novas concessões alcançadas para todos os estados do Nordeste é de apenas 3.035 famílias. Desse total, a Bahia foi contemplada com somente 1.123 novas concessões e 59.484 famílias tiveram seus benefícios cancelados, de janeiro 2019 a janeiro 2020.

O estrangulamento do PBF, por meio de cortes e fila de espera, reportados por algumas mulheres-mães durante a fase exploratória desta pesquisa, foram noticiados em diversos meios de comunicação. Ao aprofundar as pesquisas sobre o PBF, verificamos que o Governo Federal deixou quase 1 milhão de pessoas sem Auxílio Emergencial ou Bolsa Família, segundo o Portal UOL, com dados de agosto de 2020 informados pelo Ministério da Cidadania (ANDRETTA, 2020). O Ministério da Cidadania, todavia, ocultou o atual tamanho da fila, informando apenas que, de

janeiro para fevereiro, foram incluídas 200 mil famílias, à medida que outras 249.002 tiveram o benefício bloqueado, suspenso ou cancelado, prevalecendo a justificativa de que os casos de bloqueio ou suspensão não implicavam saída imediata do programa, mas notificou 168 mil cancelamentos (PAGAMENTOS, 2021). As pessoas prejudicadas tiveram o auxílio cancelado ou suspenso após uma revisão nos cadastros, mas deveriam ter recebido ao menos as prestações do Bolsa Família. O Governo Federal prometia pagar o benefício atrasado, mas não concretizou a promessa.

Ainda segundo dados da Assistência Social no Consórcio Nordeste (2021), de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, a Região Nordeste teve redução de 48.116 famílias beneficiárias do PBF, período no qual as famílias também estavam sem o Auxílio Emergencial. A falta desses recursos financeiros tem impacto negativo, pois deixam de compor a renda dos mais pobres e de aquecer as economias locais. Destaca-se que ocorreu redução de R\$ 193,55 para R\$ 190,57, no valor do benefício médio em nível nacional, o que seguramente sinaliza uma redução de valores repassados em todas as regiões. Ademais, a chamada fila de espera ou demanda reprimida do Programa Bolsa Família – famílias que possuem perfil para o programa – tem aumentado. Dados de novembro de 2020 indicam um total de 2.050.590 famílias no Brasil à espera deste benefício. Destes, o Nordeste tem a segunda maior demanda reprimida com 637.482 famílias, o que corresponde a aproximadamente 33% do total de famílias, à espera da concessão do benefício.

Outra situação relatada por mulheres-mães acessadas durante a fase exploratória foi o não recebimento da cota dupla de R\$ 1.200,00 à qual chefes de família monoparental tinham direito. Entretanto, a sanção da Lei 14.171 no dia 11 de junho de 2021, prediz que o pagamento retroativo seja feito ao pai ou mãe chefe de família monoparental que teve o auxílio emergencial subtraído ou recebido indevidamente. Até então, a lei que regulamentava o benefício previa somente o pagamento da cota dupla (R\$ 1.200,00) para as mães chefes de família. Apesar da novidade, se pai e mãe indicarem o/a mesmo/a dependente no cadastro para recebimento do referido valor, a mulher terá preferência, mesmo se tenha realizado o cadastro depois do homem, indicando que a centralidade na mulher como principal operadora dos benefícios sociais em políticas públicas foi mantido (PIECZARKA, 2021).

As situações relacionadas contribuíram para o agravamento de um cenário já preocupante, sobretudo, para quem já vivia em situação de pauperização antes da pandemia, o que afirma a magnitude dos efeitos de uma crise que uma situação socioeconômica já agudizada, especialmente para as mulheres-mães, beneficiárias do PBF e suas famílias (notadamente as monoparentais, haja vista a sobrecarga gerada pelo cuidar e prover).

Tais fatos puderam ser observados durante as aproximações iniciais das mulheres-mães elegíveis para esta pesquisa. Sem privilégio de *home office*, muitas mulheres-mães buscaram outros meios de assegurar sua sobrevivência e de sua família. Também o medo da contaminação por usarem transporte público, que via de regra, estão sempre lotados⁵⁶, apareceu entre os relatos das mulheres-mães acessadas por telefone celular durante a fase exploratória desta pesquisa e das conversas com os/as colegas da escola, moradores/as de Itacaranha e adjacências.

Durante as abordagens iniciais, outro problema, cujos impactos reverberam profundamente na realidade das mulheres-mães do CECA, emergiu: a suspensão, para posterior desativação, das linhas de trem que ligam o Subúrbio Ferroviário à Cidade Baixa, em razão das obras para implantação do Sistema Veículo Leve sobre Transporte (VLT). Os trens, além de oferecer acessibilidade e mobilidade para milhares de pessoas, eram um meio barato e de fácil acesso, e cerca de seis mil pessoas utilizavam, por dia, a linha de trem entre as estações da Calçada e Paripe por meio da tarifa de R\$ 0,50; com a suspensão dos serviços, as moradoras do Subúrbio passaram a pagar R\$ 4,20 de tarifa de ônibus. Essa desativação, além de impactar muito fortemente a mobilidade dessas pessoas, terá repercussões profundas para aqueles/as, que, via de regra, são trabalhadores/as informais como vendedores/as ambulantes, diaristas, cozinheiras, cuidadoras, pedreiros, dentre outros/as que, com a exploração da sua força de trabalho, ajudam a movimentar a cadeia produtiva.

Outro ponto de atenção é o comércio de pescados e mariscos do Subúrbio, dada a importância do Porto da Sardinha, o “paraíso das sardinhas”, localizado em São João do Cabrito, no qual, todos os dias, aportam barcos lotados de peixe que são vendidos a preços módicos sendo, portanto, fonte de subsistência para a

⁵⁶ Os usuários relatam superlotação das estações de embarque e desembarque de passageiros/as, bem como ônibus cheios, contrariando as normas de segurança contra a contaminação pelo novo coronavírus. Situações como essas aparecem em notícias televisivas, como na matéria do BATV, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9154547/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

população do Subúrbio. Todo esse comércio tem sido afetado negativamente, impactando nas condições socioeconômicas das famílias tendo em vista que os trens eram utilizados por marisqueiros/as, pescadores/as para negociar seus produtos em outros bairros bem como possibilitavam o acesso aos clientes para adquiri-los.

Esses impactos, certamente, atingirão famílias do CECA, uma vez que algumas comunidades do entorno das linhas de trem terão maior dificuldade de deslocamento para diversos pontos da cidade. Além disso, não é incomum que essas famílias se alimentem desses pescados e tenham parte da renda associada à sua venda.

Observamos um processo excludente e perverso que reflete em mais obstáculos a serem superados por essas famílias moradoras desse território, destacadamente, das mulheres-mães sujeitas deste estudo. Com certeza, essas ocorrências capilarizaram esse aparente “não-resultado” ao não se conseguir realizar as narrativas de vida como instrumentos de coleta de dados delineadas no método de investigação para esta pesquisa.

Como dito, tais ocorrências me confrontaram a adotar *o ponto de vista* como possibilidade metodológica com vistas realizar um retrato dos achados no campo ao passo que esse recorte será usado para investigar esses impactos na vida dessas mulheres-mães e suas famílias em estudos futuros; dessa vez, no entanto, narradas por elas mesmas: “nada sobre nós, sem nós”.

5 AS FAMÍLIAS DO COLÉGIO ESTADUAL CLÉRISTON ANDRADE: TESSITURAS EM UM TERRITÓRIO DE VULNERABILIDADES

Indubitavelmente, as famílias não apenas respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, como as geram. Por isso, as interpretações acerca das mudanças das estruturas familiares na sociedade brasileira têm sido desafiantes para os estudiosos desse tema, isto porque, modelos que são concebidos tendo como parâmetro as classes dominantes (rurais) e médias (urbanas), não abarcam as tipologias de família porque obscurecem a existência da maioria das famílias brasileiras que pertencem às camadas populares, como explica Ana Maria Goldani (2005).

Neste estudo, cujas sujeitas são moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador, trago o componente racial, haja vista esse território ser prevalentemente negro. Destaca-se esse aspecto porque demarcar os fatores raça, classe e gênero em um território que contempla diversidades, potencialidades e fragilidades é projetar que novas narrativas e futuros sejam fomentados, a partir das mulheres, em especial de negras, periféricas, mães com posicionamento contra humanidades silenciadas.

Escrevo sobre famílias monoparentais femininas no Subúrbio Ferroviário de Salvador na perspectiva de que a pluralidade de vozes e vivências deem pistas para uma nova compreensão social, com o olhar para equidade de gênero e raça, que contemplem a participação das mulheres na formulação e na tomada de decisão. Nesse sentido, é importante identificar as idiosincrasias das composições familiares, na tentativa de afastar as estigmatizações que costumam cercá-las, pois, como já discutia Ana Maria Goldani, em 2005, a percepção pública negativa da chamada “crise da família” que costuma capilarizar o debate em torno das famílias que destoem do modelo nuclear geram especulações sobre a precariedade e a instabilidade da instituição familiar – aspecto reforçado pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e a seus dependentes, sobretudo, com a crescente desassistencialização do Estado, imposta pelo capitalismo neoliberal.

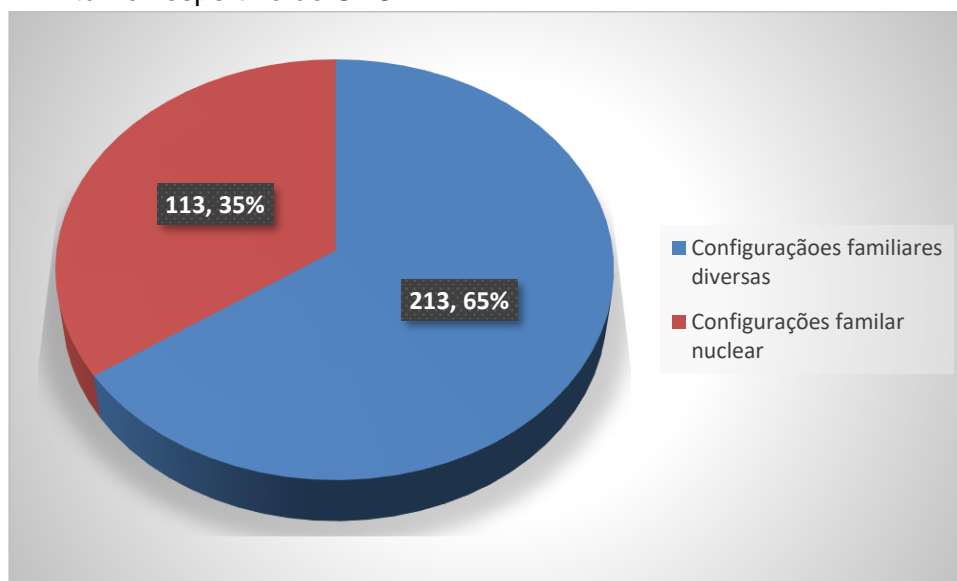
Embora a Constituição Federal, perante as transformações ocorridas na estrutura familiar brasileira, tenha passado a reconhecer como entidade familiar o núcleo composto por qualquer um dos pais e seus descendentes, os parâmetros das

políticas públicas ainda não se adequaram para contemplar a diversidade de configurações familiares, a exemplo daquele descrito pela monoparentalidade feminina que, a propósito, como discutido amplamente neste trabalho, faz parte do contingente de mulheres chefas de família. Tendo em vista essa pluralidade e a aquiescência crítica às demandas impostas pelo controle social do Estado, as configurações familiares descritas ainda se relacionam com a família nuclear são elas: famílias monoparentais; famílias mosaico, recomposta ou pluriparental; famílias anaparentais, família eudemonista ou afetiva eudemonista, famílias homoafetivas e famílias extensas, consoante descrição no Capítulo 2.

Adotei essa ecologia como base para identificar as tipologias familiares do CECA, conforme elucidado no Capítulo 4, a partir do questionário de perfil socioeducacional do CECA (APÊNDICE 2), aplicados pela unidade escolar – em um contexto alheio à presente pesquisa – como instrumento para melhor conhecer o perfil de estudantes e para orientar práticas pedagógicas. Como já explicado, o agravamento da pandemia, e conseqüentemente, o fechamento das escolas e a indisponibilidade das listas de beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) pela Secretaria de Educação conduziram à utilização dessa ferramenta para identificar famílias monoparentais femininas cujas mulheres-mães pudessem participar do estudo.

Em uma amostra composta por 326 questionários, foram verificadas 213 (65%) famílias cujas conformações familiares diferem da configuração familiar nuclear, evidenciada em 113 (35%) dos questionários (Gráfico 1). Esse achado nos indica que “a família” (entendida como conjugal e nuclear), já não é tão hegemônica assim, como provoca Cláudia Fonseca (2007). Daí a necessidade de falar em “famílias”.

Gráfico 1 – Distribuição por configurações familiares específicas dos/das estudantes do turno vespertino do CECA



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do questionário de perfil socioeducacional CECA (2020).

A pluralidade de configurações familiares denota transformações na sociedade que estão relacionadas às mudanças nos padrões de comportamento, como aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, aumento do número de mulheres-mães vivendo maternidade solo bem como inserção de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal, detalha Ana Maria Goldani (2005).

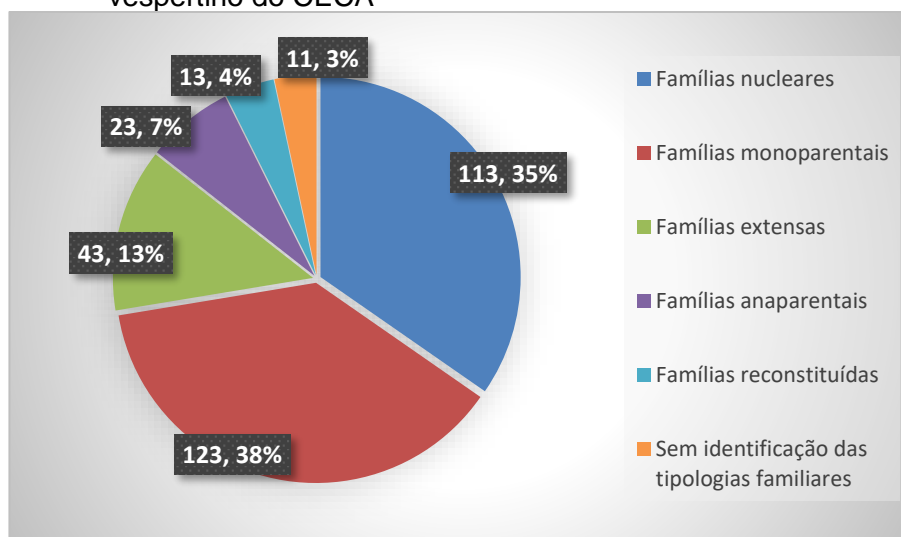
Em um território como o Subúrbio Ferroviário de Salvador que, apesar das potencialidades, evidencia muros simbólicos que encerram violências, condições precárias de saúde, moradia, segurança pública, mobilidade urbana e empregabilidade, por exemplo, a insuficiência do Estado em proporcionar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus/suas dependentes, indubitavelmente, concorrem para dinâmicas familiares diferenciadas, sobretudo, em famílias pobres e negras, como a maioria das famílias de estudantes do CECA.

Os dados encontrados neste estudo são coerentes com os resultados obtidos no trabalho de Oliveira (2020) que, ao investigar o abandono afetivo paterno entre 100 estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador, pesquisa realizada no CECA, observou que 61% viviam em famílias com composição diferente da família nuclear, destacadamente, em famílias monoparentais femininas, que perfizeram 34% dessa

amostra. Apesar de que não foram averiguadas as motivações para esse achado, mães aparecem como as principais provedoras materiais da família, 37%. Assim sendo, chama a atenção o fato de encontrarem-se, prevalentemente, diversas tipologias familiares que não a família nuclear e a presença feminina marcante nessas configurações.

No Gráfico 2, é possível verificar a superioridade numérica de tipologias familiares diferentes da, outrora hegemônica, família tradicional nuclear (113; 35%). São elas: as famílias monoparentais (123; 38%), extensas (43; 13%), anaparentais (23; 7%) e reconstituídas (13; 4%). Faz-se notar o fato de onze estudantes não terem identificado o grau de parentesco das pessoas com as quais moravam, perfazendo 3% dos questionários.

Gráfico 2 – Distribuição por configurações familiares específicas dos/das estudantes do vespertino do CECA



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do questionário de perfil socioeducacional CECA (2020).

Aventa-se que essa não identificação do grau de parentesco pode se tratar de constituições familiares como a eudemonista, na qual as pessoas formam famílias não apenas pelos vínculos biológicos. Outra possibilidade é, dentre essas famílias, estarem as com uniões homoafetivas, o que, de certo modo, poderia concorrer para que estudantes omitissem essa informação, haja vista os preconceitos que ainda cercam essa tipologia familiar. No entanto, categoriza-se como “sem identificação”, por considerar que, apesar de pouco provável, podem não ter considerado relevante fornecer essa informação.

Talvez essa sonegação também possa estar relacionada a certa “vergonha” em revelar não viver com a família biológica. Cynthia Sarti (2004b) aponta que a perspectiva de família como uma unidade biológica constituída segundo as leis da “natureza” pode encerrar referências que constituem os “modelos” do que é e deve ser a família. Portanto, se “[...] a importância fundamental da família para o jovem está precisamente na possibilidade de manter o eixo de referências simbólicas que a família representa, como lugar de apego, de segurança, como rede de proteção” (*ibidem*, 2004b, p. 21), quando a família se conforma como local de ruptura e o afastamento rompe a força simbólica dos “laços de sangue”, isso pode trazer implicações que podem ter concorrido para que essa informação fosse ocultada pelo/as estudantes.

Por outro lado, especialmente nas famílias de classes populares, as teias de cuidado e proteção tendem a ser expandidas até mesmo para a vizinhança. O Estado se exime e, desprovidas de creches, pré-escolas, escolas em tempo integral, são vizinhas, tias, avós, por exemplo, que cooperam no papel de cuidar dos/as filhos/as enquanto mulheres-mães trabalham fora.

Esse achado, principalmente para quem atua junto às famílias das classes populares, evidencia a necessidade de não estigmatizar os vínculos e as dinâmicas que lhes são inerentes haja vista demandarem recursos para superar as adversidades. O sistema de trocas de ajuda mútuas e rede de obrigações caracterizam as redes de parentesco e são elementos constituintes da noção de família, que estão para além dos laços consanguíneos, nas famílias pobres, explica Cynthia Sarti (2004a, p. 208), que argumenta “[...] a extensão da família entre os pobres corresponde à rede de obrigações: são aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que se pode confiar”.

Aprofundando a análise à luz do dispositivo da racialidade, observa-se que tais resultados dão pistas de que, apesar do modelo provedor/dona de casa, de modo geral relacionado à configuração familiar nuclear ser hegemônico entre as classes médias e urbanas, não o é entre as classes populares, destacadamente, entre as famílias negras. Como explicam Lucimeire Carvalho e Laura Climene de Camargo (2010), para regular as relações e reduzir a força da população negra à época da escravização, famílias negras eram separadas, as quais concluem que a desapropriação do negro do seu corpo, costume e família, atuaram como fator de desconstrução identitária.

Já Ariane Freitas (2017) aduz que para entender as formações familiares negras é mister compreender os impactos políticos, psicológicos e sociais nessas famílias negras que se estabeleceram no Brasil, “[...] partindo da análise da trajetória de lutas e resistências vividas pelo período de escravidão, mercantilização, separações entre os membros e impedimentos concretos para se desenvolver econômica e socialmente [...]” (FREITAS, 2017, sem paginação).

Como explica Beatriz Nascimento (2006c [1990], p.128), as contingências históricas e raciais que contribuíram para que os homens negros sejam despreparados profissionalmente, também concorreram para que as mulheres negras tenham papel econômico preponderante na sua sobrevivência, “[...] já que a mulher se impõe, como sabemos, a dupla jornada [...]”. Entretanto, como discutido no Capítulo 3, o deslocamento do homem da condição de provedor pode resultar em abandono paterno. Oliveira (2020), em sua investigação no CECA, observou que embora as mulheres-mães-solo consigam suprir diferentes necessidades de seus/suas filhos/as, efeitos do abandono afetivo paterno foram referidos por 41% dos(as) entrevistados(as) que afirmaram sofrer interferência da falta de convívio com o pai. Dentre os efeitos negativos, o autor relacionou possíveis consequências: sentimento de abandono, rejeição, culpa, depressão e até mesmo pensamentos suicidas.

A historicização das trajetórias de famílias negras brasileiras desconstrói estigmatizações e distingue seu protagonismo, pondo em perspectiva as subjetividades dos grupos bem como os efeitos individuais de todas as vivências, como dilucida Ariane Freitas (2017). Assim, pesquisas, como a dissertação de mestrado de Reimy Solange Chagas (2009), *A união faz a força: expressões do mito familiar em famílias negras das camadas médias – São Paulo, século XXI*, que resultou no livro *A união faz a força: expressões do mito familiar em famílias negras* (2014), citadas por Freitas (2017), revelam uma família negra que se estende para além dos laços sanguíneos, abarcando amigos/as, retratando a importância dos vínculos afetivos nessas formações. As configurações familiares do CECA evidenciaram fortemente tanto os laços familiares parentais como não-parentais.

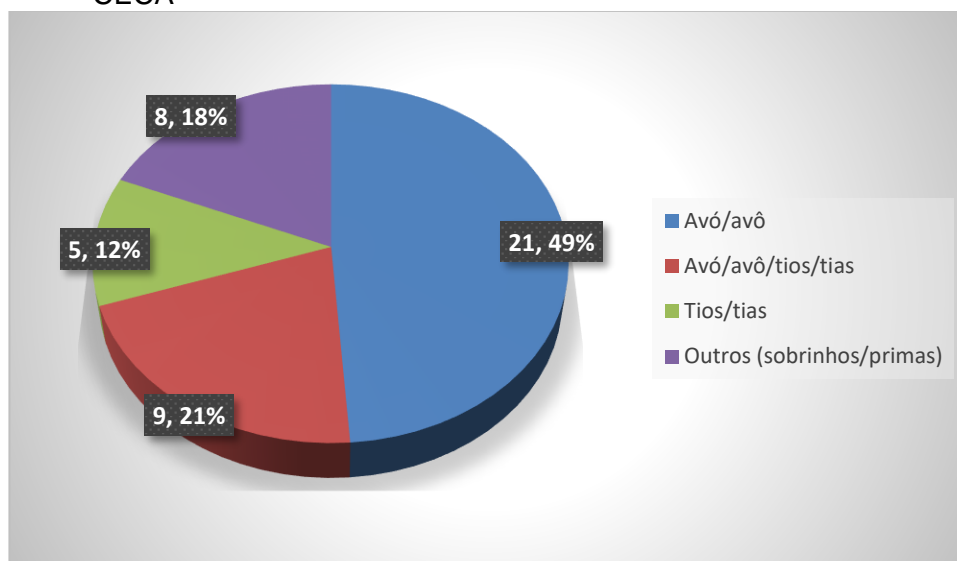
Além da presença de tipologias familiares “sem identificação” (11; 3%), o número de famílias extensas (43; 13%) e anaparentais (23; 7%) apontadas no Gráfico 2, denotam que, possivelmente, o Estado, ao minimizar ao máximo sua contribuição e requerer efetiva ajuda da comunidade e da família para com seus

dependentes, impõe pressões que implicam nas crescentes dificuldades de reprodução geral da sociedade brasileira, abrindo especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar, como afirma Ana Maria Goldani (2005). Por outro lado, esse tensionamento sobre a instituição familiar, ainda que em outras bases, pode fortalecer laços familiares e de parentesco, sugerindo interpretações alternativas à “crise” da família brasileira, exatamente, antagônicas ao aludido declínio familiar (*ibidem*, 2005).

Famílias extensas e anaparentais podem ser caracterizadas pela presença de avós e avôs, tios e tias, primos e primas, sobrinhas e sobrinhos, enfim, parentes próximos ou pessoas sem vínculos sanguíneos, como padrinhos e madrinhas (que podem ser pessoas não aparentadas da família, mas que são escolhidas por “consideração” para substituírem as figuras parentais na ausência destes, algo muito comum nas periferias). Tais configurações se diferem entre si pelo fato de que na primeira, pai ou mãe fazem parte da conformação familiar, enquanto que na segunda, nem a mãe nem pai coabitam com seus/suas filhos/as.

A presença de avós e avôs, tios e tias é observada fortemente nas famílias extensas, conforme revelado no Gráfico 3. Dentre as 43 famílias com essa configuração, 21; 49% têm a presença de avó e/ou avô; 5, 12%, de tios e/ou tias; e em 9; 21% têm tanto tios e tias quanto avós e/ou avôs coabitando. A presença de sobrinhos/as e primos/as nessa configuração também é digna de nota (8; 18%).

Gráfico 3 – Distribuição de famílias extensas dos/das estudantes do turno vespertino do CECA



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do questionário de perfil socioeducacional CECA (2020).

O referimento a avós e avôs em 70% das famílias extensas reforçam a prominência do seu papel especialmente a partir da década de 1980, como discute Cristina Maria Dias (2015), que aponta algumas causalidades para esse fenômeno: longevidade humana, que tem causado contato mais duradouro e intenso entre gerações; saída da mulher para o mercado de trabalho; aumento do número de famílias monoparentais e recasadas; fenômenos sociais como separações, abuso de substâncias, negligência, maus-tratos, doenças, gravidez na adolescência, desemprego e a necessidade de aprimoramento profissional de filhos/as.

A frequência expressiva das famílias extensas, anaparentais e as conformações familiares “sem identificação” (considerando que dentre as pessoas que compõem essas unidades familiares podem haver amigos/as, padrinhos/madrinhas, vizinhos/vizinhas que, por serem tão próximas, passam a ser extensão da família) descritas nos Gráficos 2 e 3, indica que as mulheres-mães de estudantes do turno vespertino do CECA contam com a ajuda de algum familiar ou vizinho/a para “passar o olho” nos/as filhos/as enquanto buscam o sustento da casa bem como auxílio na provisão de recursos, inclusive alimentação. Ao discutir essas dinâmicas familiares nas famílias negras, com base nos achados de Reimy Solange, Freitas (2017, sem paginação) afirma:

[...] o diálogo, as tradições, os cuidados e a atenção entre os membros, mostrando a empatia e o amor ao próximo como fatores determinantes para que as adversidades não sejam enfrentadas individualmente, aumentando assim as possibilidades de superação, sentimentos de pertencimento e felicidade presente nestas famílias. Todo esse apoio promove significativamente a saúde mental e bem estar dentro da família [...].

Nas periferias, “passar o olho” se relaciona ao cuidado comunitário, à cooperação entre vizinhos/as a fim de resguardar suas crianças e adolescentes. Em tempos de pandemia, com o aprofundamento das mazelas sociais e escolas fechadas, essa prática cultural muito comum na minha infância, mas que tinha diminuído em virtude dos recursos como aparelhos celulares e acesso à internet, tem ressurgido devido à dificuldade de “botar crédito” ou porque o “celular é muito simples e não tem memória pra jogos ou algo mais pesado”, conforme relato de algumas mulheres-mães acessadas durante este estudo.

O “passar o olho” presente nessas relações de solidariedade e cuidado mútuo, reavivadas por essas famílias da periferia, por essas mulheres-mães, negras, em sua maioria, que, via de regra, são o “[...] verdadeiro eixo econômico onde gira a família negra” nos explica Beatriz Nascimento (2006c [1990], p. 128), me reporta aos terreiros e quilombos que, na perspectiva dessa intelectual negra, são lugares que reelaboraram a força subjetiva africana de organização e de humanização desses/as sujeitos/as. São esses vínculos solidários e a matriz matrilinear que, tomados como referenciais importantes de reorientação sagrada, edificam, no universo social das lutas das mulheres negras, as práticas de relações de acolhimento, respeito e cumplicidade com as demais diferenças. São esses vínculos que, na ausência de políticas sociais sérias para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, têm sido capazes de gerar potência e sobrevivência.

Da perspectiva cultural, ao racializar a discussão, sublinha-se que o cuidado é entranhado culturalmente nas mulheres negras seja no papel da mãe preta, seja no da mulata-empregada-doméstica, como referido por Lélia Gonzalez (2020d [1982]). Sueli Carneiro (2020 [1985], p. 115), lembra que “[...] fomos educadas para cuidar dos outros, de nossos companheiros, de nossos filhos, de nossos pais”.

Regina Louise Davis-Sowers (2006, p. 3) elucida práticas atreladas ao cuidado em famílias negras o que auxilia na compreensão do papel de tios e tias, avós e avôs, nas famílias extensas e anaparentais encontradas no CECA:

Ser cuidadoras de membros da família extensa, em tempo de dificuldade familiar, é uma lição que as mulheres aprendem cedo na vida. As mulheres, avós e tias carregam lições de compromisso familiar e de cuidados em suas vidas adultas; por exemplo, quando se tornam cuidadoras face ao envelhecimento dos pais, dos irmãos, dos sobrinhos, das sobrinhas, maridos, filhos e netos, aprenderam através de suas observações e com suas próprias tias.

O cuidado feminino é realidade nas famílias do CECA, evidenciado na amostra considerável de sujeitos/as inseridos/as em famílias monoparentais femininas e no número expressivo de famílias atravessadas pelo abandono afetivo paterno, conforme achados da pesquisa de João Oliveira (2020). O cuidado feminino também é deslindado no trabalho de Madalena Silva (2019) que, dentre seus resultados, elencou contribuição com apoio afetivo (oferecer carinho, se dispor a conversar e aconselhar, ser amigo/a etc.), contribuição financeira, atividades de

cuidado, em que as intervenções são no sentido de oferecer apoio social, visando o futuro dos sobrinhos e sobrinhas e verificou que as tias foram as mais mencionadas, independentemente das categorias analisadas (SILVA, 2019). Essas conclusões corroboram a investigação de Davis-Sowers (2006) que concluiu que tias são mais tendentes do que os tios a abraçarem a responsabilidade para as obrigações domésticas, amoldadas para as mulheres.

Para além da questão econômica e da sobrevivência dessas famílias, a afetividade, segundo Regina Davis-Sowers (2006), concorre para que tios e tias se tornem cuidadores/as de parentes, além de se certificarem de que sobrinhos/as tenham o amor e o apoio dos pais e possam ser capazes de dar a eles carinho, afeto e atenção. Em estudo realizado em 2012, Regina Davis-Sowers trouxe novo viés à interpretação do papel das tias negras, entretanto, identificando falta de agência dessas mulheres na decisão de se tornar cuidadora. O impacto das tradições culturais e expectativas de gênero bem como os significados atribuídos pelas tias negras aos papéis familiares e a influência do racismo passado e atual em suas definições da situação figuraram dentre os agentes que colaboraram para isso.

Flávia Biroli (2018), ao discutir fatores que configuram as vivências e as alternativas das mulheres, sinaliza a influência de variáveis como classe, raça e sexualidade e sublinha a assunção de papéis e trajetórias consoante imposições decorrentes da inserção socioeconômica e racial das mulheres.

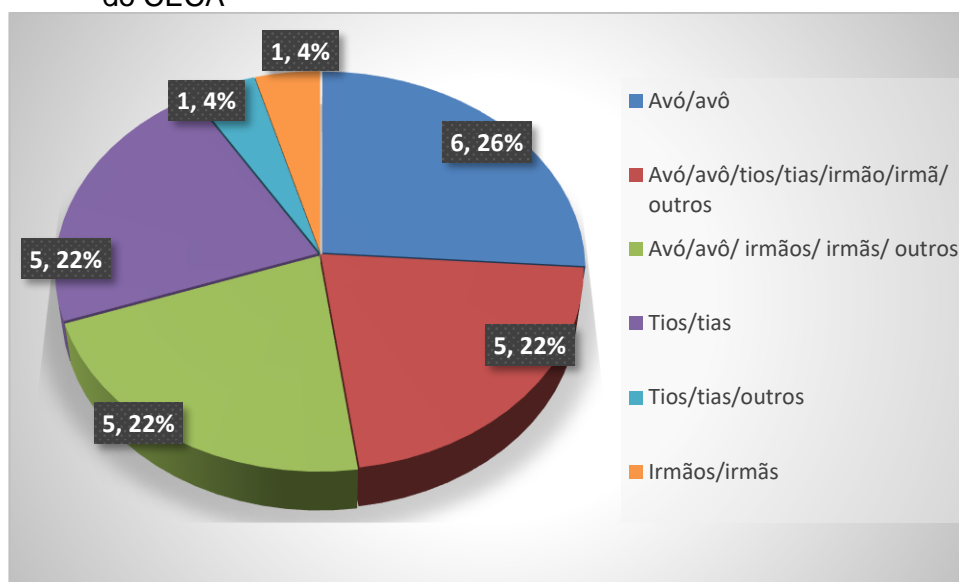
A despeito de no presente estudo não ter sido possível fazer recorte de gênero quanto à maior presença de tios ou tias e avós ou avôs, uma vez que o instrumento de pesquisa (APÊNDICE 2), não tinha esse objetivo, em minha observação como professora do Subúrbio Ferroviário de Salvador, evidencio que comumente, avós e tias têm maior visibilidade quanto aos aspectos do cuidado (inclusive, são as mais presentes em reuniões entre responsáveis e professores e professoras). No entanto, tios e avôs podem figurar como lugar de autoridade masculina, na ausência do pai/marido, evento que é muito observado, especialmente, na resolução de conflitos mais graves no CECA.

Cynthia Sarti (2004a, p. 204) argumenta, ao estudar famílias pobres, que, ainda que não seja o homem o provedor dos recursos, ele pode assumir a “autoridade de homem”, atuando como “guardião da respeitabilidade familiar” ocupando, desta forma, o “[...] lugar masculino que corresponde à representação social de gênero que identifica o homem como a autoridade moral da família”.

Evidenciam-se dinâmicas engendradas por famílias com escassez de recursos para manutenção da ordem moral que a organiza.

Quanto às famílias anaparentais, que se destacam pela ausência de pai ou mãe coabitando com seus/suas filhos/filhas, avós e avôs, tios e tias também têm presença marcante, como demonstra o Gráfico 4: Avó/avô, 26%; Avó/avô/tios/tias/irmão/irmã/outros, 22%; Avó/avô/irmãos/irmãs/outros, 22%; Tios/tias, 22%; Tios/tias/outros, 4%; e irmãos/irmãs, 4%. Embora seja possível observar a hegemonia de avós e avôs que, dentre os agrupamentos citados pelos/as estudantes, perfazem 70%, a menção de tios e tias como membros coabitantes de suas famílias em 44% dentre as 23 famílias anaparentais encontradas no turno vespertino do CECA revela sua importância para as classes populares, especialmente das tias, como foi apontado por Maria Madalena Silva (2019) cujos resultados de sua pesquisa indicaram a relevância do papel de tios e tias na vida de seus sobrinhos e sobrinhas, destacadamente: o afetivo, seguido de cuidados e, por fim, apoio financeiro.

Gráfico 4 – Distribuição das famílias anaparentais dos/das estudantes do turno vespertino do CECA



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do questionário de perfil socioeducacional CECA (2020).

Ao verificarmos a predominância de referência a avós e avôs, tanto nas famílias extensas quanto nas anaparentais, entendemos que, apesar da importância de tios e tias na rede familiar, fatores como geração (maior experiência dos avós devido ao fato de tios e tias estarem, normalmente, na mesma geração do pai e da

mãe biológicos/as), provavelmente concorram para que avós e avôs tenham maior importância na “hierarquia” familiar, como aludido por Regina Louise Davis-Sowers (2006).

Sobre a ambiguidade no papel de tios e tias, Maria Madalena Silva (2019, p. 34) minudencia que

Apesar de ter aprendido o papel através das gerações anteriores, podem ocorrer ambiguidades no papel devido a uma falta de orientações claras ou socialmente aceitas referentes aos comportamentos relativos às suas funções. A ambiguidade de papel pode ser vista não como confusão vivida por tios/tias e sobrinhos, mas como os tios eram abordados por sobrinhos e sobrinhas assim como por outras pessoas da família e amigos. Em suma, a falta de cultura da família sobre a nomeação dos tios como pais e o envolvimento dos pais biológicos contribuiu para essa ambiguidade. A ambiguidade foi sentida quando ocupavam a função de pais para seus sobrinhos e sobrinhas, deixando muitos tios e seus sobrinhos sem diretrizes claras sobre seu papel na família.

Entretanto, ao observarmos atentamente o Gráfico 4, notamos que, nas famílias anaparentais, 26% dos/as estudantes citaram tios e tias. Extrapolamos que sejam os/as possíveis chefes da família uma vez que em 22% dessa configuração familiar, apenas tios e tias foram mencionados/as. Nos 4% restantes, além de tios e tias, “outros” foram primos/primas que, normalmente, são da mesma geração que os/as estudantes. Depreendemos que, para além do cuidado e proteção com sobrinhos/as, tios e tias podem ser provedores/as econômicos dessas famílias. De acordo com Maria Madalena Silva (2019), quando tios e tias assumem a paternidade/maternidade, ou não recebem qualquer apoio do pai e da mãe biológico/a ou, quando recebem, este não é dado com frequência.

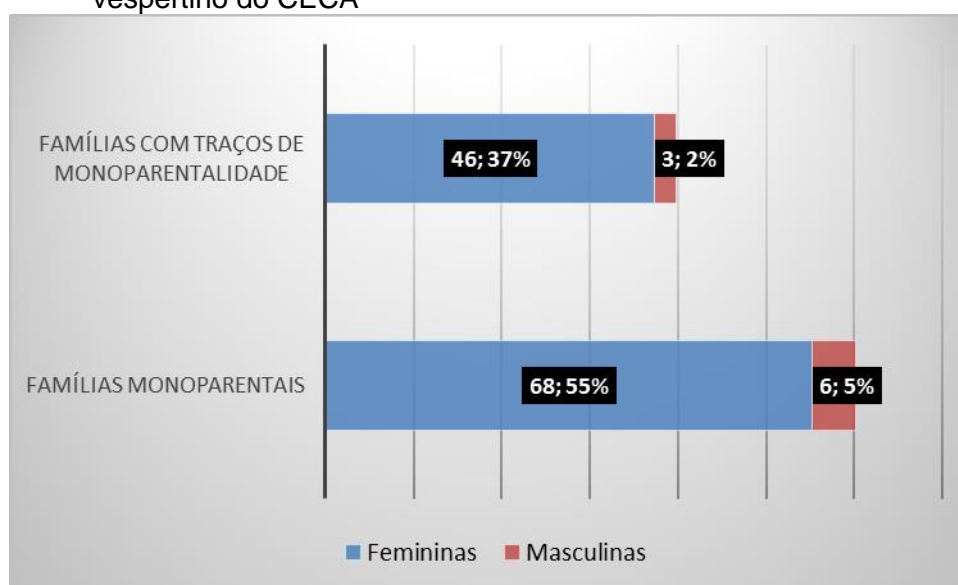
Ana Maria Goldani (2005) traz subsídios para se entender a multiplicidade de configurações familiares com evidente relevância de avós e avôs, tios e tias, como as encontradas neste trabalho: maior longevidade das pessoas estaria propiciando superposição destes papéis, bem como a convivência de diferentes gerações; a constante conjuntura de dificuldades econômicas em que vive a maioria delas, paralelamente à austeridade e cortes nos programas sociais fazem com que um número cada vez maior de famílias assumam não apenas o papel de amortecedor emocional como econômico. Cada vez mais as famílias são convocadas a assumir os cuidados com seus/suas dependentes. Estes achados indicam que é mister, mais

do que apontar para uma possível “crise” da família, investigar atentamente os padrões de sociabilidade e dinâmicas inerentes às diferentes famílias a fim de que o Estado assegure, precipuamente às vulnerabilizadas, a inserção e o usufruto da cidadania.

A presença marcante das mulheres nessas composições denotam as transformações e a dinamicidade da família decorrentes das mudanças nas relações sociais que, por sua vez, são influenciadas pelos contextos político, econômico e cultural. Estando a família imersa nessa conjuntura, não passa incólume (PETRINI, 2004).

Famílias com estrutura monoparental, que conforme definição de Leite (2003), são aquelas em que um dos genitores mora com sua prole, evidenciam o protagonismo das mulheres. De acordo com o Gráfico 5, em mais da metade dessas configurações, o genitor presente é a mãe (68; 55%). Apenas 06 (5%) delas eram famílias monoparentais masculinas.

Gráfico 5 – Caracterização das famílias monoparentais dos/das estudantes do turno vespertino do CECA



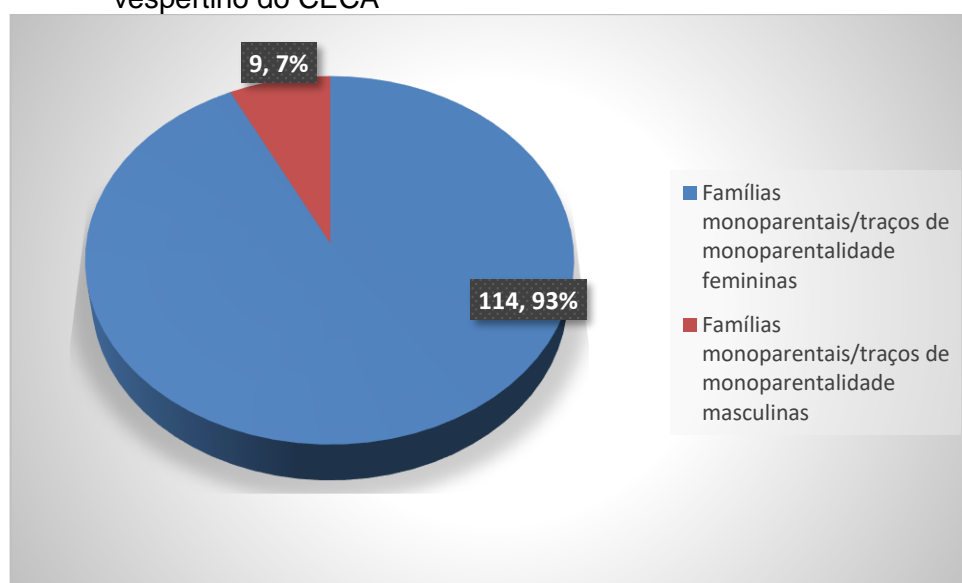
Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do questionário de perfil socioeducacional CECA (2020).

Esses resultados trazem outros elementos passíveis de análise pelo fato de que, a partir das informações obtidas via questionário (APÊNDICE 2), observou-se que há uma série de aderentes, familiares – ou não familiares – que se relacionam direta ou indiretamente à essa configuração familiar, lhe imprimindo características

singulares. Destacamos a opção por criar uma subcategoria – família com traços de monoparentalidade – no intuito de preservar o que fora informado pelos/pelas estudantes.

Subcategorizamos como famílias com traço de monoparentalidade aquelas em os que estudantes consideraram apenas a figura materna ou paterna como ente familiar. Apesar de indicarem um número maior de pessoas conviventes, os respondentes não relataram o grau de parentesco conforme as opções oferecidas nos questionários, o que leva a acreditar que o pai ou a mãe, provavelmente, é o/a principal responsável pelo domicílio e, possivelmente, chefe desta família. Assim, circunscrevemos (46; 37%) famílias com traços de monoparentalidade femininas e (3; 2%) famílias com traços de monoparentalidade masculinas, conforme foi demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 6 – Caracterização das famílias monoparentais dos/das estudantes do turno vespertino do CECA



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do questionários de perfil socioeducacional CECA (2020).

A pouca representatividade de pais solos, chefes de família, como sintetizado no Gráfico 6, no qual nota-se a hegemonia absoluta das mulheres-mães (114; 93%), contra a presença de apenas 9; 7% de famílias chefiadas por homens-pais, pode estar relacionada à forma como a organização da sociedade brasileira ainda se opõe à ideia de que os pais cuidem de filhos/as ao mesmo tempo que promove a lógica do homem provedor.

A predominância de mulheres como genitoras nas configurações familiares monoparentais denota que essa condição, embora não esteja exclusivamente relacionada ao gênero feminino, ocorre mais frequentemente entre as mulheres, como descreve Maria Amália Vitale (2002). Embora em proporção significativamente menor, a monoparentalidade masculina também pode ser decorrente de abandono ou falecimento da mãe como destacado por Leiliane Bhering (2019).

A presença expressiva das famílias monoparentais, perfazendo 123 (38%) das configurações familiares do CECA na amostra analisada, indica que estudar a monoparentalidade nas classes populares, em territórios racializados, perpassa por ter a dimensão de que a conjugalidade, nas famílias pobres, geralmente, é instável, em virtude do desemprego, das dificuldades para a obtenção das condições objetivas de vida. Também aponta para questões que abarcam a relação entre a mulher negra e o amor, conforme discutido por Beatriz Nascimento (2006c [1990]), que evidencia que a acentuada desvantagem na qual se encontra a população feminina reverbera nas suas relações com o outro sexo e minudencia:

[...] via de regra, nas camadas mais baixas da população cabe à mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família negra. Essa família, grosso modo, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos os padrões modernos de constituição nuclear. São da família todos aqueles (filhos, marido, parentes) que vivem em dificuldades de extrema pobreza [...]. (NASCIMENTO, 2006c [1990] p. 128)

As dificuldades das mulheres negras – sobretudo as retintas – no mercado afetivo podem implicar em celibato voluntário e, como explica Beatriz Nascimento 2006c [1990], p. 129), em uma “[...] desmistificação do conceito de amor, transformando este em dinamizador cultural e social [...]”. Observamos, desta forma, a agência que transpassa essas sujeitas que, como dilucida esta autora, “[...] acaba por rejeitar esses outros, homens, masculinos, machos. Já não aceitará uma proposta de dominação unilateral [...]” (NASCIMENTO, 2006c [1990] p.128). Obviamente, isso repercute no número considerável de famílias monoparentais e tipologias familiares diversas da família nuclear encontradas nesta pesquisa.

A despeito dos dados demográficos indicarem a hegemonia das famílias monoparentais femininas em relação às famílias monoparentais masculinas, dados que corroboram os resultados obtidos neste trabalho, conforme Gráfico 6, que

demonstra absoluta predominância das famílias monoparentais/com traços de monoparentalidade feminina (114; 93%) sobre as masculinas (9; 7%), é preciso olhar para além dos números e ter em conta que estas configurações familiares são “[...] resultado de um conjunto de fatores econômicos, culturais e sociais que influenciam diretamente em suas trajetórias” (BHERING, 2019, p. 23).

Cynthia Sarti (2004a) ressalta entraves para que essas famílias superem ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, especialmente, a fase de criação dos filhos, sem rupturas. Eduardo Leite (2003) destaca as idiossincrasias desta configuração familiar em um contexto de desigualdades e ressalta que as motivações que desencadeiam a monoparentalidade estão relacionadas às diferenças entre classes sociais; fato que nos interessa, tendo em vista que as mulheres-mães sujeitas da presente pesquisa vivem em território de vulnerabilidades. O abandono é citado por Leiliane Bhering (2019) para evidenciar as diferenças na forma como essa configuração familiar ocorre nas camadas mais baixas na sociedade.

A monoparentalidade é um fenômeno complexo cujas dimensões não foram completamente estudadas. Observa-se o percentual de 4% (13) de famílias reconstituídas (recompostas) (conforme indicou o Gráfico 1). Conquanto não tenha sido possível investigar os fatores que concorreram para as conformações familiares encontradas neste estudo, não é incomum que um ou os dois novos/as cônjuges das famílias reconstituídas sejam ex-monoparentais, o que indica um novo viés ao analisar a monoparentalidade como acontecimento transitório e dinâmico. Eduardo Leite (2003, p. 32) explica que a recomposição das famílias pode trazer elucidaciones acerca de como se opera a “saída da monoparentalidade” procedente de um divórcio, de uma separação, ou de um celibato, como efeito de uma nova união que reúne, não raro, dois ex-monoparentais.

A precocidade dos casamentos como contingência para desfazimento de relações conjugais bem como a diminuição da frequência de novos casamentos das pessoas que se divorciaram figuram dentre as possibilidades para justificar o grande número de configurações monoparentais do CECA. Neste trabalho, nos interessa sublinhar eventos como casamento infantil e gravidez precoce, haja vista constituírem-se obstáculos expressivos à garantia de oportunidades educacionais, econômicas e de emprego para meninas e jovens mulheres pobres que podem vivenciar rupturas ao experienciarem a maternidade solo.

Fatores como a naturalização e biologização da maternidade, que atribuem à mulher os cuidados da prole, contribuem para que, quando ocorra uma separação, os/as filhos/as, na maioria dos casos, fiquem sob a guarda da mãe, conforme destacado por Fernanda Leal (2017), e são marcantes para que a monoparentalidade seja predominante entre mulheres. Cláudia Fonseca (2009) segue analisando o que é esperado do comportamento materno, tocante ao abandono dos/as filhos/as pela mãe.

Destaca-se que, normalmente, não ocorre responsabilização do genitor, o que fomenta a hipótese de que haveria, nas leituras do abandono, forte influência do “princípio de maternidade patriarcalmente imposto”. Nesse cenário, o laço consanguíneo entre mãe e filho é fortemente enfatizado, criando uma responsabilidade obrigatória da mulher, “[...] uma dívida que quando não soldada, transforma o chamado abandono em sentença culpabilizante e sancionadora” (GIBERTI, 2003 apud FONSECA, 2009 p. 56).

As formas involuntárias desse fenômeno se manifestam através das “maternidades impostas”, quando mães solo, apesar de não desejarem gerar nem parir, por impossibilidade legal de realizar a interrupção voluntária de gravidez, são obrigadas a se responsabilizarem pela prole. Outra forma é através das “maternidades involuntárias”, descrita por Eduardo Leite (2003, p. 58), quando apesar de não desejar a gravidez, certas mães solo são levadas a assumirem sozinhas a educação, os cuidados e o provimento da sua prole.

Contudo, a maternidade de mulheres negras pode ser um ato de resistência. Para que não se percam as matizes que apreendem a realidade das mães solo, é preciso considerar a ocorrência de uma maternidade desejada, querida, que sublinhe a agência dessas mulheres e rompa o senso comum de que a mãe solo é “[...] vítima de um determinado contexto social, ou de uma desvantagem pessoal imaturidade, ingenuidade, ignorância”, como discute Eduardo Leite (2003, p. 54). Algumas mulheres podem optar pela maternidade solo mesmo sabendo que ficarão sozinhas ou querendo ficar sós conjugalmente, vivenciando a gestação independente. Essa situação é absolutamente compreensível se consideramos as distinções da conjugalidade das mulheres negras. Os estereótipos em torno delas contribuem para sua solidão: ora estigmatizada ao ser descrita como exótica, sensual, provocativa, “boa de cama”, ora tratada como “barraqueira” por serem resolutas e assertivas; para além da valorização da estética branca em detrimento

da negra, mulheres negras costumam ser preteridas no mercado conjugal, o que interfere na forma como vivem a maternidade.

Aqui pondero que a maternidade solo pode resultar da escolha de mulheres, como consequência de ruptura voluntária de uniões ou escolha pelo celibato (algumas, inclusive, optam pela medicina reprodutiva para tal objetivo). No entanto, ao estudar a maternidade de mulheres negras de territórios vulnerabilizados como as periferias, sabidamente marcada pela estigmatização, pela desproteção da assistência social, pelo sofrimento de violências institucionais, é preciso atentar que esses fatores podem ser determinantes tanto pela decisão de não parir como pela opção de ter menos filhos/as, o que demonstra certa autonomia nas escolhas reprodutivas. Ao realizarmos levantamento, a partir do questionário de perfil socioeconômico (APÊNDICE 2) a que os/as estudantes responderam, verificamos que a média de filhos/as das famílias monoparentais é de 2,27 filhos/filhas/família, abaixo da média de 2,5, que é a taxa de fertilidade média global, de acordo com a Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA (ASSIM, 2019).

Assinala-se que o Brasil passou por uma célere queda de fecundidade nas últimas décadas, marcadamente, entre as mulheres mais vulneráveis, grupo que compreende as mulheres mais pobres e as mulheres negras. Entre as mulheres que integram os 20% mais pobres da população, a taxa de fecundidade caiu para 2,90 em 2015. Quando levadas em consideração a raça/cor, entre mulheres pretas, a taxa de fecundidade caiu de 2,75 (em 2001) para 1,88 (em 2015). As mulheres pardas que em 2001 tinham em média 2,65 filhos, exibiram média de 1,96 em 2015, conforme UNFPA (NO DIA, 2019).

Famílias com média de 2,27 filhos/as por família monoparental nos levam a problematizar a visão estigmatizada de que mulheres-mães periféricas têm muitos/as filhos/as para “viverem de Bolsa Família”. Os dados obtidos evidenciam o contrário. Talvez, o fato de essas mulheres-mães terem sua fecundidade reduzida se deva ao medo de ter filhos e filhas que poderão experienciar racismo e violências. Não é possível deixar de demarcar que a maternidade para mulheres negras se entrelaça com sentimentos relacionados ao racismo: mães de meninas temem a exclusão, a rejeição e a solidão; já mães de meninos têm medo de perderem seus filhos para a violência policial.

Quem sabe essas mulheres-mães já demonstrem certa autonomia reprodutiva. Quiçá o arrefecimento da fecundidade seja influenciado pela decisão de

ter somente filhos e filhas dos/as quais possam cuidar, evidenciando que condições de infraestruturas, recursos humanos e formativos e políticas públicas concorrem para escolha do exercício (ou não) da maternidade. Essas hipóteses só poderão ser confirmadas (ou não) com a realização de novas investigações para que avancemos em vista da limitação de acesso às mulheres-mães sujeitas desta pesquisa.

Esse dado também nos indica a necessidade de desconstruir uma das imagens de controle de mulheres negras descritas por Patrícia Hill Collins (2019, p. 149), a “Mãe dependente do Estado”, que seria uma “[...] imagem de controle com viés de classe, desenvolvida para mulheres negras pobres da classe trabalhadora que fazem uso dos benefícios sociais”. Isto nos adverte a respeito da tentativa de validação do argumento de indolência e acomodação de mulheres-mães beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, engendrada em falas como: “parem demais para serem sustentadas pelo Bolsa Família” ou “não querem mais trabalhar por causa do Bolsa Família” (como domésticas, por exemplo), em uma tentativa de justificar os baixíssimos salários e condições, muitas vezes, degradantes de trabalho. A estigmatização e culpabilização da “mãe solteira”, por sua pobreza e de sua comunidade, não são aleatórias. Essa imagem de controle oculta agentes estruturais da pobreza da população negra e desqualifica a fecundidade de mulheres negras.

A média de 2,27 filhos/filhas/família monoparental, obtida a partir da média aritmética de irmãos/irmãs indicados/as no tópico 1 do questionário do perfil socioeducacional de estudantes do CECA (APÊNDICE 2), nos impôs algumas limitações para debater a questão da fecundidade, uma vez que verificamos o número de filhos/as por família e não por mulher, aspecto que poderia ser problematizado já que só nos foi possível identificar filhos/as que ainda vivem no mesmo domicílio e não os que já saíram de casa ou os que vivem em outros lares. Entretanto, de acordo com experiências vividas nesse território, esse achado nos dá pistas para extrapolar que a maior taxa de prevalência de uso de contraceptivos equivalente a 77%, conforme UNFPA (NO DIA, 2019) bem como o Bolsa Família, que fomenta que essas mulheres frequentem as unidades básicas de Saúde, seja para fazer o pré-natal, devido à condicionalidade de levar crianças ao médico até os 6 anos pelo menos uma vez por semestre, seja pelo uso do dinheiro que recebem do Bolsa Família, para comprar anticoncepcional na farmácia, uma vez que no posto o acesso é limitado à uma única cartela, tenham interferência na queda de

fecundidade dessas mulheres-mães. Provavelmente, o PBF pode ter contribuído para a melhoria do acesso à informação sobre controle de natalidade e métodos contraceptivos, discussão realizada por Everlane da Silva, Neir Paes e Cesar da Silva (2018). O que corrobora, na prática, mudanças vistas nas configurações familiares de todo o país.

O aborto como método de controle de natalidade também não pode ser descartado. A Pesquisa Nacional de Aborto, de 2010, aponta para o fato de que, ao menos uma em cada cinco brasileiras, ao completar 40 anos, já interrompeu uma gravidez (estatística imprecisa porque as investigações esbarram na criminalização e na condenação moral da prática no Brasil). Esse dado é ratificado por publicação da (OMS, 2013), que sublinha que o abortamento ser ou não legal não produz nenhum efeito sobre a necessidade de praticá-lo, contudo, afeta dramaticamente o acesso das mulheres a um abortamento em condições seguras. O número expressivo de mulheres que passaram pelo abortamento, indica que o aborto é um fenômeno frequente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões, dados corroborados pela Pesquisa Nacional de Aborto de 2016, PNA 2016, realizada por Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2017), que compararam os achados aos da PNA 2010 quanto ao perfil das mulheres e a magnitude do aborto 2016 e encontraram permanências: o aborto é comum entre as mulheres brasileiras.

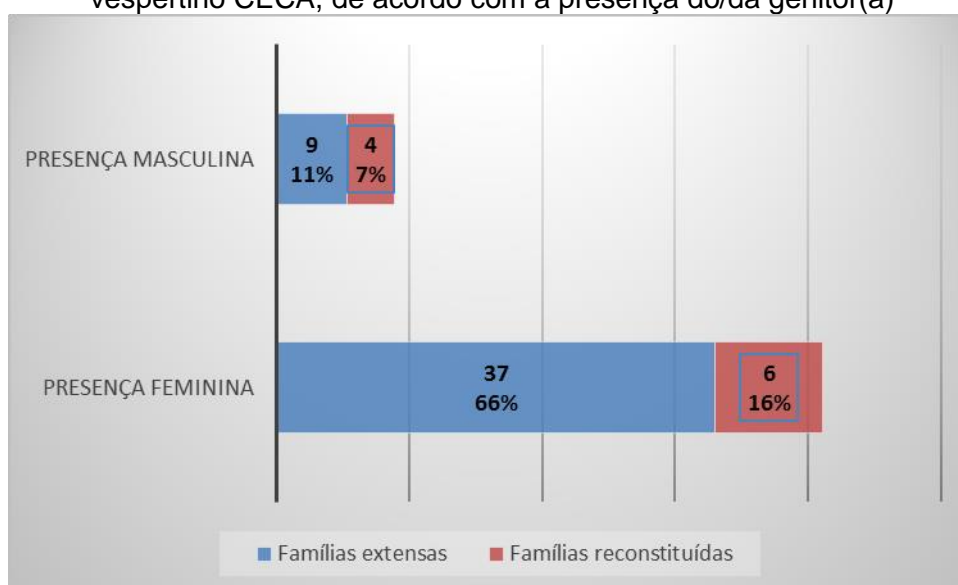
Embora a recrudescência da pandemia tenha nos impedido de investigar a influência e a diversidade de fatores para a monoparentalidade das mulheres-mães do CECA, tenho observado crescimento das gestações e casamentos precoces (estes, indubitavelmente relacionados à ascensão das instituições evangélicas em territórios periféricos como o Subúrbio Ferroviário de Salvador).

No Brasil, os índices de gravidez na adolescência estão 50% acima da média mundial. A cada mil meninas, 46 se tornam mães adolescentes. Na América Latina, o índice é de 65,5. Já no Brasil, o número sobe para 68,4. Atualmente, mais de 434,5 mil adolescentes se tornam mães por ano no país, de acordo com dados publicados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o Ministério da Saúde (MS), em 2020 (CAMPANHA, 2020). Estes órgãos destacam ainda que em torno de 66% dessas gestações não são planejadas e 75% dessas mães de 11 a 16 anos abandonam a escola e, nestes casos, a paternidade ou a maternidade tende a ser repassada para avós e avôs. Talvez esse seja um dos

fatores relacionados à forte presença de avós e avôs nas configurações familiares do CECA.

A discussão abaliza os desdobramentos e a diversidade de famílias cuja presença da genitora é predominante. Se dentre as famílias com estrutura monoparental ou com traços de monoparentalidade, a supremacia feminina é absoluta, perfazendo 93% contra 7% da presença masculina, conforme identificado no Gráfico 7, entre as famílias extensas e reconstituídas, a mulher também figura em maior quantidade como representação da parentalidade, como evidenciado no Gráfico 6: dentre as 13 famílias reconstituídas, a presença da mulher-mãe perfez 11%, contra 7% do homem-pai. Dentre as 43 famílias extensas, 66% têm presença da mãe contra apenas 16% da presença paterna, ou seja, a presença da mulher-mãe supera em pouco mais de quatro vezes a presença do homem-pai. Esses achados nos conduzem à análise feita por Sarti (2004a), que destaca a fulcralidade da mulher-mãe como elo de comunicação dentro da rede de parentesco.

Gráfico 7 – Distribuição das configurações familiares dos/das estudantes do turno vespertino CECA, de acordo com a presença do/da genitor(a)



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do questionário de perfil socioeducacional CECA (2020).

O número expressivo de famílias extensas aponta para o fato reportado por Cláudia Fonseca (1997), que associa essa configuração familiar às dinâmicas e práticas de famílias das classes populares, sobretudo das mulheres-mães. As redes de parentesco e a família extensa figuram como estratégias coletivas para a

sobrevivência das crianças. Nesse contexto, a maternidade, destacadamente em grupos populares, levam em consideração avós/avôs, criadeiras e mães de criação, embora esses cuidados continuem atribuídos à mulher, conforme os ditados da divisão tradicional de trabalho.

A dificuldade para manutenção dos papéis tradicionais de gênero – homem provedor/mulher cuidadora – em virtude dos empregos incertos e das dificuldades econômicas, concorrem para instabilidade das uniões conjugais. Assim, nas famílias pobres, é comum o “[...] deslocamento do núcleo conjugal/doméstico para a rede mais ampla, sobretudo para a família consanguínea da mulher” (SARTI, 2004a, p. 204). A prevalência das mulheres como a figura genitora nas configurações familiares diferentes da família nuclear, especialmente as famílias monoparentais femininas observadas no CECA, coaduna com estudo de Cynthia Sarti (2004a) que demonstrou que, em famílias pobres, a complementaridade masculina e feminina não se configura na conjugalidade, mas no âmbito da própria rede consanguínea, sendo a mãe a principal articuladora dos arranjos.

Os resultados também nos apontam que a crença em uma família (negra) monolítica, desconsiderando a diversidade de estruturas familiares, pode negligenciar pontos fortes das famílias negras. As práticas parentais asseguradas por tias/tios, avós/avôs, por exemplo, podem ser estratégias que maximizem o potencial de suas crianças, adolescentes e jovens, preparando-as para se tornar “alguém” em um mundo branco que continua a tratá-los de várias maneiras como “ninguém”, como forma de superar obstáculos e romper ameaças à autoestima, ao autoconceito e às aspirações dessas crianças negras cujas famílias têm menos recursos financeiros e sociais (DAVIS-SOWERS, 2006). Portanto, as redes familiares que foram demonstradas nas configurações familiares do CECA podem denotar as ferramentas adotadas para que, em uma sociedade que é hostil, as aspirações negras, crianças, adolescentes e jovens negros/as se tornem cidadãos e cidadãs produtivos/as.

Destacamos a importância da questão racial para a elaboração de políticas sociais efetivas, tendo em vista que raça e gênero operam conjuntamente na vida cotidiana das mulheres negras (COLLINS, 2020). É preciso enegrecer o movimento feminista brasileiro, como preconizado por Sueli Carneiro (2020 [1985]), pois o gênero tornou-se importante categoria analítica que, para além da descrição do mundo, fomenta prescrição de soluções para as políticas públicas.

Para investigar mulheres-mães no Subúrbio Ferroviário, mobilizei a experiência vivida como critério de significação e a ética do cuidado para produzir conhecimento (de forma intuitiva, inicialmente). No entanto, a aproximação das leituras feministas negras fomentadas pelos inúmeros eventos online, decorrentes do agravamento da pandemia de COVID-19 apontaram para a possibilidade de produção legítima de conhecimento, de resistência à natureza hegemônica das epistemologias eurocêntricas porque a experiência vivida é fonte de conhecimento e, ao reconhecer isso, a subalternidade pode deixar de ser objeto e passar a sujeito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 17 meses do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, que identificou a primeira contaminação pelo novo coronavírus no final de fevereiro de 2020 e a oficialização da quarentena no Estado da Bahia decretada duas semanas depois, seguimos com escolas fechadas. Os “brasis” são evidenciados e as desigualdades reveladas: no mesmo Brasil do *home office*, da quarentena, do álcool em gel e da máscara, temos um Brasil de pessoas que passaram a conviver com o risco (ou presença) da fome e com a falta d’água.

As mulheres-mães de famílias monoparentais, sujeitas desta pesquisa, refletiram o retrato de tantas outras mulheres-mães-negras-periféricas no contexto dessa grave crise sanitária e socioeconômica: muitas foram demitidas (às vezes, sem direitos trabalhistas), seguem vivendo na informalidade, fazendo pequenos serviços, “corres”, para assegurar sua sobrevivência bem como a de sua família além de não poderem contar com as escolas que são redes de proteção fundamentais, sobretudo, em territórios de vulnerabilidade, como o Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Algumas mulheres-mães, durante a fase exploratória da pesquisa, relataram a suspensão do benefício do Programa Bolsa Família (PBF), sem que houvesse justificativa plausível. Com a emergência dessa crise sanitária, essas famílias enfrentaram elementos complicadores, haja vista a necessidade de verificarem se ainda estavam inscritas no Cadastro Único para que recebessem o Auxílio Emergencial e tivessem assegurado o direito aos valores previstos para famílias monoparentais. Esse entrave, dentre outros, como a dificuldade de acesso à informação e à orientação para entender os motivos da suspensão do PBF, as longas filas nas agências bancárias, além da pouca habilidade para acessar os aplicativos ou outros canais de informação concorreram para que essas mulheres-mães tivessem a situação econômica e emocional agravadas em um momento de grande tensionamento decorrentes da pandemia de COVID-19. Algumas não conseguiram receber o benefício do Auxílio Emergencial no valor destinado às mães solo.

Conforme exposto, tanto os cortes do benefício quanto o aumento nas filas de espera (apesar de essas famílias atenderem aos critérios de inclusão) têm sido reportados tanto pela Fundação Getúlio Vargas Social quanto pelo Comitê Técnico

da Assistência Social do Consórcio Nordeste. Essa situação denuncia que a população em vulnerabilidade social brasileira segue desassistida, o que traz impactos no desenvolvimento da pandemia no país.

Delineiam-se ações ultraliberais que impõem sofrimento ao povo que, historicamente, sofre com desigualdades e é assujeitado à situação de maior pobreza. Com a retomada do Auxílio Emergencial, com valores aquém do que foi assegurado no início da pandemia, os desafios serão ainda maiores: o aumento da pobreza, da desigualdade, do desemprego e da evasão escolar. Indubitavelmente, tais aspectos ficaram impregnados nas falas das mulheres-mães acessadas para esta pesquisa.

O fato de a escola ser uma das instituições que exercem controle social sobre os/as beneficiários/as dessas políticas sociais traz, subjacente, a ideia de que são moralmente vigiados/as, controlados/as e, até mesmo, punidos/as, se necessário, como explicou Mani Tebet Marins (2014). Talvez, isso tenha interferido nas negativas por parte de algumas mulheres-mães quanto a se assumirem beneficiárias do Programa Bolsa-Família (item de inclusão na pesquisa no desenho metodológico inicial).

Outro aspecto que pode estar relacionado à essas negativas é a ponderação de que, em um contexto neoliberal no qual o “empreendedorismo” e a meritocracia têm ganhado cada vez mais espaço, mulheres-mães, em sua condição de dupla exploração, podem tender a se autorresponsabilizarem pela sua situação, por não conseguirem “vencer na vida”, já que a performatividade das pessoas pobres, nomeadamente das mulheres-mães usuárias da assistência social, parte da premissa da mulher como cuidadora e responsável pela família, o que perpassa pela dedicação integral aos seus /suas filhos/as para que sejam consideradas “boa mãe” ou a “mãe responsável”.

O Estado não visa a garantir serviços públicos e estatais como projeto social que livrem a mulher do serviço doméstico. Apenas mulheres privilegiadas socialmente conseguem pagar serviços privados e empregados, na sua maioria mulheres negras (muitas vezes, também mães), para cuidar das tarefas domésticas enquanto as das classes populares têm experimentado repercussões ainda mais severas das mudanças no mundo do trabalho, que precedem a pandemia, lançando muitas delas à informalidade. A categoria das trabalhadoras domésticas é particularmente vulnerável na crise do coronavírus. Profissão regulamentada apenas

em 2015, com a crise sanitária, a sobrecarga da jornada dupla de trabalho (porque as trabalhadoras têm aumentados os afazeres de suas próprias casas) além da tensão, redução de salários ou tendência à informalidade, como as diaristas, que só recebem por faxina, demonstram a necessidade de aprimorar as políticas de transferência de renda de caráter permanente.

Desprovidas de creches, pré-escolas, escolas em tempo integral, são vizinhas, tias, avós, por exemplo, que cooperam no papel de cuidar dos/as filhos/as enquanto a mulher trabalha fora. O Estado se exime. E em tempos de crise social e econômica, como vivemos agora, o número de mulheres que vivem e sustentam sozinhas suas casas aumenta consideravelmente. É nessa situação social que a ideologia neoliberal mantém a idealização de mulher “guerreira” com características mais “femininas”, mais “sensíveis”, que, ao mesmo tempo em que as tornam mais “fracas” e “incapazes”, teoricamente, as instrumentalizam para lidar melhor com as adversidades. Na prática, essas mulheres-mães ficam assujeitadas às maiores violências, lhes são impostas condições de mais opressão e menos direitos.

As mulheres-mães que confirmaram o status de beneficiárias do Programa Bolsa Família denotaram bastante preocupação com as condições materiais de sobrevivência, medo de adoecerem e transmitirem o novo coronavírus para suas famílias em seus relatos obtidos via contato telefônico, durante a fase exploratória da pesquisa. Ressalto que a fase exploratória foi realizada entre outubro e janeiro de 2021, período que coincidiu com o recrudescimento da doença e mais inquietações quanto ao Auxílio Emergencial (em setembro, foi reduzido à metade, passando de R\$ 600 para R\$ 300) e, em dezembro, foi suspenso. Nesse contexto, a participação das sujeitas da pesquisa de forma sistematizada, como fora previsto no desenho metodológico, ficou inviabilizado.

Somado a isso, vivenciamos meses de muito receio pelo fato de os planos de imunização em curso ignorarem a vulnerabilidade de tantos/as trabalhadoras e trabalhadores privados/as da possibilidade do isolamento social, como diaristas, empregadas domésticas, cozinheiras, cuidadoras, cobradoras, muitas das ocupações exercidas por essas mulheres-mães, que usam transporte público e, nesses meses, vivenciaram a desativação das linhas do trem do Subúrbio. Evidentemente, parte dessas profissionais – em sua maioria, negras – deveriam estar entre os primeiros grupos a serem vacinados. O medo e a ansiedade delas e a fé subjacente à esperança em dias melhores foram inteligíveis.

O receio da infecção pelo novo coronavírus, conforme relatos dessas mulheres-mães, ao mesmo tempo em que lhes era imposta a necessidade de buscar sustento, levou algumas a mandarem seus/suas filhas para casa de parentes no interior e, sem a escola, local visto como espaço seguro e que fornece, além de proteção ao menos uma refeição (o que, em tempos de volta da insegurança alimentar – fome – se configura como mais uma vulnerabilização dessas famílias), a retomada da prática de “passar o olho”, que significa que a vizinhança e a comunidade são articuladores e coparticipes do cuidado, se tornou uma prática ainda mais fortalecida.

Ressalto que mesmo ante todas as dificuldades de acesso às mulheres-mães e a impossibilidade delas participarem de modo sistematizado da pesquisa, a riqueza de seus relatos e minha experiência de mulher negra, oriunda desse território, o Subúrbio Ferroviário de Salvador bem como a vivência das relações estabelecidas entre essas mulheres e a escola e os registros feitos em diário de campo, viabilizaram minha escrita sobre essas mulheres-mães. Para isso, me posicionei como *outsider within*, “forasteira de dentro” e busquei o respaldo da epistemologia feminista negra para estabelecer uma escolha analítico-metodológica, o *ponto de vista*, para descrever como essas sujeitas da pesquisa, mesmo submetidas a uma situação de crise tão aguda, têm encontrado modos de transpor os revezes e seguir resistindo e (re)existindo. Apesar de um contexto de desproteção, essas mulheres desenvolvem estratégias de articulação, como laços de solidariedade, compostos por familiares, vizinhança e instituições, como a escola que, mesmo fechada, tem importância na articulação e suporte nesse território.

Sabemos da importância da continuidade da educação, por ser essencial para a aprendizagem, o desenvolvimento, o bem-estar, a saúde e a segurança de crianças e adolescentes, uma das principais (quicá, a única) rede de proteção das mulheres-mães, sobretudo das periferias e em situação de monoparentalidade, como as sujeitas desta pesquisa. As escolas deveriam ser priorizadas entre as primeiras instituições a serem abertas, à medida que as sociedades reabrem, uma vez que tanto fazem parte de uma comunidade como as conectam.

O afastamento da escola imposto pelo novo coronavírus trouxe novas formas de interação e, concomitante, corroborou sua importância física como rede de apoio para essas famílias, o que confirma que durante fechamentos, a continuidade da educação deve ser garantida por meio do ensino à distância, potencializando a

solidariedade social dentro das comunidades. O tempo de fechamento das escolas deveria ser usado para investir na adaptação e na melhoria das escolas para que pudessem reabrir o mais rápido possível.

Não foi possível investigar a relação família-escola mediada pelo PBF. Contudo, a crise sanitária e econômica desvelaram a necessidade de aprimoramento das políticas de transferência de renda e, em um cenário pandêmico, a adoção de estratégias para reduzir o risco em uma comunidade no escopo de também reduzir o risco nas escolas é mister. Por isso, é importante uma abordagem de toda a sociedade e solidariedade no nível da comunidade para garantir a continuidade da educação em ambientes protegidos da COVID-19. Com a vacinação dos/as profissionais da educação em andamento, mas sem estudantes vacinados/as em vista da insuficiência das vacinas, seguimos tentando restabelecer e fortalecer os vínculos entre a escola e as famílias.

Tem sido um esforço árduo, mas a força que o CECA tem na comunidade tem se revelado essencial na retomada das aulas remotas. Por essa razão, fiz a analogia da relação entre o CECA/Subúrbio com a família/comunidade, com o *Quilombismo* proposto pela historiadora, professora e ativista negra Beatriz Nascimento. Penso no CECA/Subúrbio como território que, mesmo sob forte pressão de uma política neoliberal que coloniza subjetividades – à luz da psicanalista e pesquisadora Nora Merlin –, consegue romper essa “prisão” e evidencia resistências, decorrentes de estratégias e experiências de interação dentro do espaço urbano objetiva e simbolicamente depreciado.

A escola, ao ser usada como uma das principais mediadoras de políticas de mitigação dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus, confirma sua relevância para o acesso e exercício da cidadania. Em um cenário que ainda guarda dificuldades, consideramos que ouvir, identificar e sistematizar problemas críticos nos territórios e localidades de alta vulnerabilidade social viabiliza a antecipação de crises e o gerenciamento de risco pelo poder público e pelas próprias comunidades. Nesse âmbito, escola e lideranças locais poderiam ser importantes espaços de articulação da sociedade civil apresentando demandas para o Estado.

Em um país onde pretos ou pardos têm maiores taxas de desocupação e informalidade do que brancos, estão mais presentes nas faixas de pobreza e extrema pobreza e moram com maior frequência em domicílios com algum tipo de inadequação (IBGE, 2019c), as medidas preventivas contra a pandemia do

coronavírus, objetivamente, não são acessíveis a todas as pessoas. Nem todas podem comprar álcool gel, pois precisam pagar as contas e colocar comida na mesa de casa, não podem se resguardar de quarentena ou trabalhar *home office*.

Observamos a naturalização da desigualdade, precariedade e escassez vivida pelas populações historicamente vulnerabilizadas e subalternizadas, destacadamente, a população negra. Os ares colonizatórios seguem pautando existências. A sociedade capitalista orienta um modelo econômico que dita os modos de existência. Em uma sociedade capitalista, tudo gira em torno da economia: relações interpessoais e intrapessoais estão implicadas com o modo de produção econômico vigente e ele produz formas de ser. É nesse cenário que corpos negros, seu cotidiano e suas subjetividades são continuamente violentados, revelando as permanências e perversidades do sistema capitalista de um país assentado em bases colonial e escravista.

Na conjuntura política, econômica e social na qual este trabalho foi desenvolvido, me fiz e faço algumas indagações: em que medida as pesquisas com lentes feministas estão encasteladas e não dialogam diretamente com a realidade de mulheres-mães de famílias monoparentais do Subúrbio Ferroviário de Salvador, negras, em sua maioria, que, desassistidas historicamente, veem sua existência e da sua família ameaçadas? Que tipo de feminismo trazemos nas nossas produções científicas e discussões intelectuais? O pensamento reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho ou o feminismo revolucionário que preconiza a reestruturação geral da sociedade para que a sociedade seja fundamentalmente antissexistas, como nos lembra bell hooks, o que implica reconhecer que há desigualdades intragênero e a categoria mulheres não é homogênea? Lélia Gonzalez é categórica quando afirma que a libertação da mulher branca tem sido feita à custa da exploração da mulher negra. Será que as produções intelectuais acadêmicas evidenciam suficientemente a questão da discriminação racial e confinamento a que a comunidade negra está reduzida e pautam como as mulheres negras e suas famílias, que compõem as camadas pobres, em sua maioria, são “diluídas” em discussões acerca da iniquidade de gênero? Em que medida as produções intelectuais acadêmicas neutralizam a discriminação racial e questionam a epistemologia eurocêntrica, brancocêntrica, cisheteropatriarcal e os efeitos do racismo cultural que hierarquiza e reduz a fala e o

conhecimento produzido pelas populações subalternizadas como “emocional” e não-científica?

O racismo pandêmico, fenômeno observado pelas produções intelectuais em tempos de pandemia mundial de COVID-19, é o resultado de uma produção sócio-histórica que tem ceifado vidas de mulheres e homens negros/as no Brasil e de seus/suas filhos e filhas. A desumanização dessas pessoas segue e sua existência, quando não negada, parece não importar. Em tempos de negacionismo científico e questionamento de saberes sócio-cultural-historicamente construídos, apresento uma produção que considera a importância da *ecologia de saberes*. Há que se trazer para dentro dos muros das academias os saberes e conhecimentos socialmente produzidos. Há que se trazer Lélías, Suelis, Beatrizes, mulheres que aderiram feminismo ao movimento negro, movimento negro que trouxe ganhos para políticas da saúde, cotas nas universidades, no serviço público. Movimentação que vai ao congresso exigir que o estado continue a prover o Auxílio Emergencial para suas populações vulnerabilizadas, impactadas enormemente nas suas condições objetivas de sobrevivência.

Essa grave crise sanitária, política e econômica que incide com maior força na população negra, pobre, periférica, maiormente de mulheres, ratifica que as desigualdades sociais e raciais do Brasil estão abancadas em uma matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista. A justaposição e intersecção de diferentes marcadores sociais da diferença manifestam o porquê de a população negra ser classificada como a mais vulnerável, tanto por questões de saúde (hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas), quanto em questões relacionadas a determinantes sociais da saúde (moradia, trabalho, qualidade de vida etc.). São pessoas socialmente vulneráveis aos demais efeitos das desigualdades sociais que também são as mais afetadas pela pandemia da COVID-19. Fica evidente que o racismo pandêmico segue como ferramenta para eliminar uma população específica.

A impossibilidade de sustento e desassistência de um Estado que tem agravado a sua ineficácia, em um contexto de precarização e notório desmantelamento dos serviços socioassistenciais denota que não há pretensão de atender às demandas dessa população vulnerabilizada, principalmente as mulheres-mães-negras periféricas. Porém, não obstante a conjuntura de desproteção, essas mulheres-mães desenvolvem estratégias de articulação, como laços de

solidariedade, compostos por familiares, vizinhança e instituições, como a escola, que compõem o seu território.

Filhos e filhas 'são da mãe', porque elas são as principais provedoras de cuidados e recursos econômicos, como comprovam o número predominante de configurações familiares propriamente monoparentais femininas, além das alicerçadas na figura da mãe, tais quais as que classificamos como "famílias com traço de monoparentalidade", mais uma diversidade de configurações que demonstram as famílias estendidas (famílias com avós/avôs, tios/tias, primos/primas, sobrinhos/sobrinhas, cunhados/as, além de pessoas para além dos laços de parentesco). Essa diversidade de configurações familiares encontrada no CECA demonstra que essas crianças e adolescentes são dos/as avôs/ós, dos/as tios/tias, dos/das primos/as, da vizinhança, da escola, da comunidade, uma vez que esses vínculos são, além de laços de solidariedade, amor, amizade, estratégias de sobrevivência e, porque não, resistência a um Estado que lhes nega direitos, que tem políticas de assistência social insuficientes e/ou ineficazes.

Se gênero e raça são categorias estruturantes e nos condicionam a tal realidade de exclusão, vamos manipular essas categorias em nosso favor nas discussões sobre economia, reparações, políticas públicas, Estado, poder, ideologia, representação simbólica e começar a desmantelar essas estruturas.

Ante a experiência de professora, que convive na sua atuação em meio a tantas mulheres-mães em situação de monoparentalidade, me vi confrontada a trazer esses pontos para que novos estudos sejam feitos no pós-pandemia, uma vez que o novo coronavírus capilarizou esta pesquisa em todos os níveis e o seu resultado enseja maiores investigações.

REFERÊNCIAS

4 MILHÕES de brasileiros abandonaram a escola na pandemia. **Revista Educação**, [S. l.], 26 jan. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/01/26/abandono-escolar-da/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

ABREU, Elmar Silva de. **Furando a bolha do *habitus*: mobilizações das famílias e de uma escola pública em Salvador e na Ilha do Sal em Cabo Verde, sob a ótica dos seus jovens na elaboração dos seus sonhos/projetos de vida**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz. O marxismo de Angela Davis. **Blog da Boitempo**, [S. l.], 6 set. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/26/o-marxismo-de-angela-davis/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

ANDRETTA, Filipe. 923 mil ficaram sem auxílio nem Bolsa Família em agosto por erro do governo. **UOL**, [S. l.], 12 set. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/12/auxilio-emergencial-bolsa-familia-pagamentos-cancelados-suspensos.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ASSIM como sua mãe? Sete maneiras de entender como a maternidade mudou, ou não, nos últimos 25 anos. **UNFPA**, [S. l.], 22 maio 2019. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/assim-como-sua-m%C3%A3e-sete-maneiras-de-entender-como-maternidade-mudou-ou-n%C3%A3o-nos-%C3%BAltimos-25-anos>. Acesso em: 08 nov. 2020.

ASSIS, Carolina de; MARTINS, Flávia Bozza, FERRARI, Marília. Com queda de 68% no investimento em três anos, Secretaria de Políticas para Mulheres reflete baixa prioridade do tema no governo federal. **Revista Gênero e Número**, [S. l.], 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/com-queda-de-68-no-investimento-em-tres-anos-secretaria-de-politicas-para-mulheres-reflete-baixa-prioridade-do-tema-no-governo-federal/>. Acesso em: 05 out. 2020.

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONSÓRCIO NORDESTE. **Boletim 01/21** – Vigilância Socioassistencial. SIGAS: Pernambuco, 2020. Disponível em: http://www.justicasocial.ba.gov.br/arquivos/File/1_Boletim_Assistencia_Social_2020.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONSÓRCIO NORDESTE. **Desigualdades na concessão no Programa Bolsa Família (PBF)**. SIGAS: Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/03222021105900->

nota.tecnica.desigualdades.de.concessao.nordeste.persistem.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres brasileiras**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a democracia, 2014. p. 13-51. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920050513/pdf_954.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAHIA (Estado). **Decreto nº 19.529 de 16 de março de 2020**. Regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Salvador: Casa Civil-BA, 2020a. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19529-de-16-de-marco-de-2020>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BAHIA (Estado). **Lei nº 14.259 de 14 de abril de 2020**. Cria o Projeto Vale Alimentação Estudantil - PVAE, destinado a ações de transferência de renda aos estudantes da rede pública estadual de ensino, configurando benefício complementar emergencial, em razão do estado de calamidade pública em saúde decorrente da pandemia da COVID-19, e dá outras providências. Salvador: Casa Civil-BA, 2020b. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/Lei14259.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BAHIA (Estado). Secretaria de Saúde. **Boletim Epidemiológico COVID-19 Bahia**, n. 466, 03 jul. 2021. Salvador: SESAB, 2021a. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/BOLETIM_ELETRONICO_BAHIAN_466__03072021.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

BAHIA (Estado). **Lei nº 14.310 de 24 de março de 2021**. Institui o Programa Bolsa Presença na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências. Salvador: Casa Civil-BA, 2021b. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/lei-n%C2%BA-14310-de-24-de-marco-de-2021>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Chefas de família**: perfil da monoparentalidade feminina na Bahia. Salvador: SEI, 2018. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/RecortesSociaisMulheresChefasDeFamiliaSEISpm.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

BANDEIRA, Lourdes. Um país de filhos da mãe (prefácio). *In*: THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe**: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 15-22.

BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. **Revista Cult**, [S. l.], 3 jul. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

BARROS, Sérgio Resende. Direitos humanos da família: principais e operacionais. **SRBarros**, [S. l.], 2003. Disponível em: <http://www.srbarros.com.br/pt/direitos-humanos-da-familia--principiais-e-operacionais.cont>. Acesso em: 03 set. 2020.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; ALVES, Luciana. Família, escola, território vulnerável. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 3-39, jul. 2017. Semestral. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/pesquisa/familia-escola-territorio-vulneravel>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 9-26.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BERTOLDO, Sanny. “O negro é um cidadão invisível. Quando ele aparece, a violência aparece também”. **Gênero e Número**, [S. l.], 26 nov. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/o-negro-cidadao-invisivel-violencia/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BHERING, Leiliane Souza. Famílias monoparentais masculinas: **aspectos sociodemográficos e vivências cotidianas**. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/27067/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2020.

BIRMANN, Sidnei Hofer. O direito à filiação frente à inconstitucionalidade do art. 10 do novo Código Civil. **Âmbito Jurídico**, [S. l.], 2 dez. 2006. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1553. Acesso em: 07 ago. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27, dez. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130753/mod_resource/content/1/Birolifl%202015%29%20Genero%20raca%20classe.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016 [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021**. Altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados. Brasília, DF: Casa Civil, 2021d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.627-de-12-de-fevereiro-de-2021-303712257>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021**. Altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição. Brasília, DF: Casa Civil, 2021e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.628-de-12-de-fevereiro-de-2021-303712338>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021**. Altera o Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores. Brasília, DF: Casa Civil, 2021f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.629-de-12-de-fevereiro-de-2021-303712419>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021**. Altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Brasília, DF: Casa Civil, 2021g. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.630-de-12-de-fevereiro-de-2021-303724469>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **COVID 19 Vacinação** – Doses aplicadas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021a. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.561 de 23 de setembro de 2020**. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS.

Brasília, DF: Casa Civil, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.561-de-23-de-setembro-de-2020-279185796>. Acesso em: 23 abr. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria SCTIE/MS nº 13, de 19 de abril de 2021**. Torna pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF: Casa Civil, 2021c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sctie/ms-n-13-de-19-de-abril-de-2021-315184219>. Acesso em: 23 abr. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento**: norma técnica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011c. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf?fbclid=IwAR1JvKQluNZNIT6s_XKYEm6OiAUWfWH1toENITr1xUB1TjV_wlWCeA1iBIM. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil reduziu 8,4% a razão de mortalidade materna e investe em ações com foco na saúde da mulher. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde**, Brasília, DF, 28 maio 2020a. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/8736>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 4277 DF nº Ement Vol-02607-03 PP-00341. Ministro Ayres Britto. Brasília, DF, 05 de maio de 2011. **Supremo Tribunal Federal**. Brasília, 14 out. 2011a. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20627236/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4277-d>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: ADPF 132 RJ nº Ement Vol-02607-01 PP-00001. Ministro Ayres Britto. Brasília, DF, 05 de maio de 2011. **Supremo Tribunal Federal**. Brasília, 14 out. 2011b. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20627227/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamen>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CAMPANHA visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil. **Ministério da**

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 03 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>. Acesso em: 08 set. 2020.

CAMPOS, Pollyanna Rezende. **Juventudes em trânsito: conflitos e subversões do (cis)tema heteronormativo no contexto familiar e escolar em Salvador**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/654/1/DISSERTACAOPOLLYANNACAMPOS.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 01-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, [S. l.], 06. mar. 2011a [2003]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011b.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020 [1985].

CARRERA, Gilca Oliveira; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; PAIXÃO, Jéssica da Silva. Escola, família e práticas restaurativas: abraçar a paz é possível?. *In*: CARVALHO, Rosely Cabral de *et al.* (Orgs.). **Violências nas Escolas: do diagnóstico à intervenção**. Salvador: Edufba, 2018. p. 432-452.

CARVALHO, Ana Barreiros de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. A figura do pai: entre declínio e reorganização. *In*: BASTOS, Ana Cecília de Sousa *et al.* (Org.). **Família no Brasil: recurso para a pessoa e sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 419-442.

CARVALHO, Lucimeire Santos; CAMARGO, Climele Laura de. Reflexões teóricas: família negra e o cotidiano da violência. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 37, p.

24-29, 2010. Editorial Bolina. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/842/84212110005.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, Paraíba, v. 34, n. 121, p. 41-58, abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742004000100003&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 06 maio 2020.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu - MG, 2004. [s. n., S. l.]. p. 1-14. Disponível em:
http://www.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004_295.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 139-170.

CONDICIONALIDADES do Programa Bolsa Família. **Secretaria de Desenvolvimento Social** - Sedes, Brasília, DF, 23 fev. 2018. Disponível em:
<http://www.sedes.df.gov.br/condicionalidades-bolsa-familia/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM (Brasil). **Resolução CFM nº 1989/2012**, de 14 de maio de 2012. Dispõe sobre o diagnóstico de anencefalia para a antecipação terapêutica do parto e dá outras providências. Brasília, DF: CFM, 2012. Disponível em:
<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2012/1989>. Acesso em: 10 fev. 2021.

COSTA, Joana Simões *et al.* **A face feminina da pobreza**: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2005. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1649/1/TD_1137.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, [S. l.], v. 44, n. 43, p. 37-49, jan-ago. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n43-44/n43-44a04.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

DATA FAVELA. **Coronavírus nas favelas**. São Paulo, SP: CEPEDOC, 2020. Disponível em: https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Coronav%3%adrus-nas-favelas_divulg_rev2.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

DATAFOLHA. **Auxílio Emergencial**, [S. l.], 14 ago. 2020. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/08/14/edb8616379389436743df7a6205c1734aem.pdf>. Acesso em:

DAVIS, Angela, As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**, [S. l.], 12 set. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 12ª reimpressão. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DAVIS, Angela. Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. In: DIA DA MULHER NEGRA LATINO AMERICANA E CARIBENHA, 2017, Salvador. [s. n., S. l.]. (Conferência). Transcrição de Naruna Costa e notas de Juliana Borges. Disponível em: <https://cebi.org.br/direitos-humanos/construindo-o-futuro-da-luta-contr-o-racismo-angela-davis/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS-SOWERS, Regina Louise. **Salvaging Children's Lives: Understanding the Experiences of Black Aunts Who Serve as Kinship Care Providers within Black Families**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Georgia State University, Georgia - USA, 2006. Disponível em: https://scholarworks.gsu.edu/sociology_diss/29. Acesso em: 10 fev. 2021.

DAVIS-SOWERS, Regina Louise. It Just Kind of Like Falls in Your Hands: Factors that Influence Black Aunts' Decisions to Parent Their Nieces and Nephews. **Journal of Black Studies**, v. 43, n. 3, p. 231-50, abr. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0021934711415243?journalCode=jbsa>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **As histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação**. Tradução de Albino Pozzer. 2. ed. Natal: EDUFRN-EDIPUCRS-EDUNEB, 2014.

DEPUTADAS criticam corte de recursos para combate à violência contra a mulher. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

DEVREUX, Ane-Marie. Não-reconhecimento paterno, um fato social. *In*: THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe**: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 23-30.

DIAS, Maria Berenice. Filho da mãe. **Blog Maria Berenice Dias**, [S. l.], 2010. Disponível em: [http://www.berenicedias.com.br/manager/arq/\(cod2_602\)2__filho_da_mae.pdf](http://www.berenicedias.com.br/manager/arq/(cod2_602)2__filho_da_mae.pdf). Acesso em: 07 jun. 2020.

DIAS, Maria Berenice. Homoafetividade e a conquista de direitos. **Blog Maria Berenice Dias**, [S. l.], 2019. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_13126\)Homoafetividade_e_a_conquista_de_direitos.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_13126)Homoafetividade_e_a_conquista_de_direitos.pdf). Acesso em: 06 ago. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 959-966, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pYSRDGw6B3zPsVJfDJSzwNt/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2021

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8LRYdgSMzMW4SDDQ65zzFHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ESPINHEIRA, Gey. Pesquisa: sociabilidade e violência - criminalidade na vida cotidiana do Subúrbio Ferroviário de Salvador. *In*: ESPINHEIRA, Gey (Org.). **Sociabilidade e violência**: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; EDUFBA, 2004. p. 15-75.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 10.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 1., 2003, Paraíba. (comunicação oral). Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FGV Social comenta os cortes no Bolsa Família e o aumento da extrema pobreza no Brasil. **FGV Social**, Centro de Políticas, Rio de Janeiro, RJ, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. Resiliência como resistência na escrita de Ana Maria Gonçalves. *In*: BOLAÑOS, Aimée G.; ROJAS, Lady (Orgs.). **Vozes negras das Américas**: diálogos contemporâneos. Rio grande: FURG, 2011. p. 275-288.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. História da Família no Brasil (Parte I). *In*: BASTOS, Ana Cecília de Sousa *et al.* (Org.). **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá Editora, 2015. p. 23-66.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora Unesp, 1997. p. 511-551.

Disponível em:

https://www.academia.edu/1617583/Ser_mulher_m%C3%A3e_e_pobre. Acesso em: 29 jun. 2020.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia Usp**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psusp/a/fxQjKZ6byk9xVz5BHsN7Ntg/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FONSECA, Claudia. Apresentação - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 29, p. 9-35, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/HGmvJqhKdZ5HKyWG5VCfRNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2020.

FONSECA, Cláudia. Algumas reflexões em torno do “abandono materno”. *In*: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba. **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 49-79. v. 2.

FONTANA, Mônica Zoppi. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 18, p. 327-345, 5 jan. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. [S. l.], Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. Parte 1 - Sobre os nacionais. São Paulo: UNESP, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, Ariane. Do silenciamento ao enfrentamento: protagonismo de famílias

negras no Brasil. **Portal Geledés**, [S. l.], 20 set. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/do-silenciamento-ao-enfrentamento-protagonismo-de-familias-negras-no-brasil/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

FREITAS, Guaciara Barbosa de. Periferia Mdiatizada – Mdiatização da Periferia. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 4., 2008, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14175.pdf>. Acesso em:

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Fundação Abrinq, 2019. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. Mulher, Família e Transição Demográfica. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 1989, Caxambu - MG. **Anais** [...]. [s. n., S. l.]. p. 1-45. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/13-encontro-anual-da-anpocs/gt-14/gt22-9/6791-anagoldani-mulher/file>. Acesso em: 03 maio 2021.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 1, p. 68-110, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1681>. Acesso em: 06 ago. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. *In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.)*. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d [1982]. p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.)*. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c [1979]. p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a [1988]. p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b [1983]. p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 71, p. 102-121, 2002. Quadrimestral. Especial Famílias.

HISTÓRICO da pandemia de COVID-19. **Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www3.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em:

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2019b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 13 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.IBGE.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019c. Disponível em: <https://biblioteca.IBGE.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. 22 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7063#/n1/all/n7/all/n6/all/v/2292/p/202103/c315/all/d/v/2292%202//,t+p+v,c315/resultado>. Acesso em: 22 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O Atlas da Violência – Retrato dos Municípios Brasileiros 2019**. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9489/1/Atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

JUNQUEIRA, Luci; PROENÇA, Nelson Guimarães. Políticas públicas de atenção à família. *In*: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família**: redes, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 217-227.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019 [1968].

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEAL, Fernanda Andrade. **Entre a mulher e a mãe: reflexões sobre a vulnerabilidade psíquica das mulheres no pós-parto**. 2017. 135 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/397>. Acesso em: 08 jun. 2020.

LEAL, Teresa Cristina Merhy; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. A família e seu estudo na perspectiva de professores e formandos de um curso de licenciatura em pedagogia. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira (Orgs.). **Família e parentalidade**: olhares da psicologia e da história. Curitiba: Juruá, 2011. p. 65-79.

LEITE, Eduardo Oliveira. **Famílias monoparentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LÔBO, Jade Alcântara. “**Defeito de fabricação**”: maternidades negras em Ilhéus/Ba. 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31944>. Acesso em: 02 jan. 2021.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Mulheres jovens negras e vulnerabilidade ao HIV/ Aids: O lugar do Racismo. *In*: TAQUETTE, Stella Regina (Org.) **Aids e juventude**: gênero, classe e raça. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MÃE. Compositor e intérprete: Emicida. Álbum Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa. 2015. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/emicida/mae/>. Acesso em: 01. jul. 2021.

MAIA, Ana Paula. **A escola na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes**: guia de referência. São Paulo: Ação Educativa, 2018. Disponível em: https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2019/03/rededeprotecao_.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

MAIS de 80 mil crianças foram registradas sem o nome do pai em 2020. *Estado de Minas*, [S. l.], 09 ago. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/08/09/interna_gerais,1174535/mais-de-80-mil-criancas-foram-registradas-sem-o-nome-do-pai-em-2020.shtml. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARIANO, Silvana Aparecida. Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: incluindo os diferentes na cidadania. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Udesc, 2003. p. 01-13. Disponível em: http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/Genero%20nas%20politic as%20publicas.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

MARIN, Angela; PICCININI, Cesar Augusto. Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 422-429, dez. 2005. Bimestral. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2683. Acesso em: 26 jan. 2020.

MARINS, Mani Tebet A. **Bolsa Família**: questões de gênero e moralidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

MARTINO, Mónica de. Programas de transferências condicionadas, família e gênero: aproximações a alguns dilemas e desencontros. *In*: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo, Direitos e Cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p. 95-124.

MARTINS, Eunice Francisca *et al.* Causas múltiplas de mortalidade materna relacionada ao aborto no Estado de Minas Gerais, Brasil, 2000-2011. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/1678-4464-csp-33-01-e00133115.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/ Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILANEZI, Jaciane. “Eu não vou parar por causa de uma raça”: a coleta da raça/cor no SUS. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], 4 jun. 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/coleta-da-raca-cor-no-sus/>. Acesso em: 10 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, Lorena Ribeiro de. A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 50-58, maio 2008. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131831/legisla%C3%A7%C3%A3o_aborto_impacto.pdf?sequence=6#:~:text=O%20aborto%20legal%20ou%20permitido,de%20vida%20extra%20Duterina%20invi%C3%A1vel. Acesso em: 25 jun. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006a [1976]. p. 102-106.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006c [1990]. p. 126-129.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006b [1990]. p. 109-116.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NISIDA, Vitor Coelho; CAVALCANTE, Lara Aguiar. Racismo e impactos da covid-19 na população da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte, ano 6, n. 10, p. 151-172, jan. 2021. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Racismo-e-impactos-da-COVID-19-na-populacao-da-cidade-de-Sao-Paulo-1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

NO DIA Mundial de População, UNFPA aponta queda de fecundidade no Brasil entre mulheres mais vulneráveis. **UNFPA**, [S. l.], 11 jul. 2019. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-populacao-da-onu-aponta-fecundidade-no-brasil-entre-mulheres>. Acesso em: 15 set. 2020.

OLIVEIRA, Débora de *et al.* Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 87-98, jun. 2008. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/9172>. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA, João Paulo Pereira de. **Percepções de filhos adolescentes sobre o abandono afetivo paterno entre estudantes do Subúrbio ferroviário de Salvador**. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2020. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1550/1/DISSERTACAOJOAOOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. (Entre) Linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 2, n. 4, p. 69-87, 2014.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a covid-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 36, n. 9, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QvQqmGfwsLTFzVqBfRbkNRs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Abortamento seguro**: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. 2. ed. OMS: [S. l.], 2013. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70914/9789248548437_por.pdf;jsessionid=D8556B6B7AF711454243D26445BEC230?sequence=7. Acesso em: 7 set. 2020.

OYĕWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL,

Ramón. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 171-181.

PAGAMENTOS do Bolsa Família de fevereiro de 2021 começaram na quinta-feira (11). **Ministério da Cidadania**, Brasília, DF, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/pagamentos-do-bolsa-familia-de-fevereiro-de-2021-comecaram-na-quinta-feira-11>. Acesso em: 03 abr. 2021.

PETRINI, Giancarlo. A relação nupcial no contexto das mudanças familiares. *In*: JACQUET, Christine; COSTA, Lívia Fialho (Orgs.). **Família em mudanças**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004. p. 15-34.

PETRINI, Giancarlo; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de. Vida familiar: a busca da satisfação em meio a ambiguidades. *In*: BASTOS, Ana Cecília de Sousa *et al.* (Org.). **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015. p. 213-241.

PETRINI, Giancarlo; DIAS, Marcelo Couto. A família como capital social e as políticas familiares. *In*: BASTOS, Ana Cecília de Sousa *et al.* (Org.). **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá Editora, 2015. p. 111-129.

PIECZARKA, Caroline. Governo paga Auxílio Emergencial retroativo de até R\$ 2.400; veja para quem. **Ache Concursos**. [S. l.], 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.acheconcursos.com.br/beneficios-sociais/governo-vai-pagar-auxilio-emergencial-retroativo-de-ate-2400-reais-48443>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PIMENTEL, Sílvia. Perspectivas jurídicas da família: o novo código civil e a violência familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 71, p. 26-44, set. 2002. Quadrimestral. Especial Famílias.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. **Nota Técnica - 2020 - Junho - Número 75 – Disoc: Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. Brasília, DF: Ipea; ONU Mulheres, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

PINTO, Jeremias Pereira. **Transformações socioespaciais do bairro de Itacaranha a partir da abertura da avenida Afrânio Peixoto**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/363>. Acesso em: 22 maio 2020.

PRAUN, Andréa Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, Maranhão, v. 1, n. 1, p. 55-65, jan. 2011. Quadrimestral. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641/1302>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PRIMEIRO caso de covid-19 no Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 26 fev. 2021. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 12 mar. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, Eurocentrismo, America Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas latino-americanas**. Caracas: Clacso, 2000. p. 201-245.

RANZANI, Oscar. “O neoliberalismo é um modo de totalitarismo”. A psicanalista Nora Merlin e o novo paradigma político. Tradução de Wagner Fernandes de Azevedo. **Revista IHU On-line**, [S. l.], 2019. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591382-o-neoliberalismo-e-um-modo-de-totalitarismo-a-psicanalista-nora-merlin-e-o-novo-paradigma-politico>. Acesso em: 17 jan. 2021

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. [S. l.]: REDE PENSSAN, 2021. Disponível em:

http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **A cor da violência policial: a bala não erra o alvo**. Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo: CESeC, 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/12/A-Cor-da-Viol%C3%Aancia-Policial-A-Bala-N%C3%A3o-Erra-o-Alvo.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

REIS, Wanderlene Cardozo Ferreira. **Poético, afetivo e semiótico: o significado de quintal em narrativas de duas gerações de famílias**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2015. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/145/1/REIS_WANDERLENE%20CF.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RIOS, Flávia. Por um feminismo radical. *In*: VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 07-11.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Política populacional e planejamento familiar: a proposta do poder público e “a atuação das entidades privadas”. **São Paulo em Perspectiva**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 20-23, jul./set. 1989. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n03/v03n03_04.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021

SAFFIOTI, Heleieth Iara. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **FLACSO - Brasil**, [S. l.], jun. 2009. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. Petrópolis: Expressão Popular, 2013 [1976].

SALVADOR (Município). **Decreto nº 32.256, de 16 de março de 2020**. Dispõe sobre novas medidas de prevenção e controle para enfrentamento do COVID-19 no âmbito do município de Salvador. Salvador, 2020a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2020/3225/32256/decreto-n-32256-2020-dispoe-sobre-novas-medidas-de-prevencao-e-controle-para-enfrentamento-do-covid>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SALVADOR (Município). **Decreto nº 32.390 de 09 de maio de 2020**. Prorroga a data de início das medidas previstas no Decreto nº 32.389, de 08 de maio de 2020 na forma que indica e dá outras providências. Salvador, 2020g. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2020/3225/32256/decreto-n-32256-2020-dispoe-sobre-novas-medidas-de-prevencao-e-controle-para-enfrentamento-do-covid>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SALVADOR (Município). Decreto nº 32.610 de 23 de julho de 2020. Autoriza a implementação da Fase 1 da reabertura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à pandemia causada pelo novo coronavírus na forma que indica. **Diário Oficial do Município**, Salvador, ano 33, nº 7.733, edição extra, 23 de julho de 2020b. Disponível em: http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/dec_32610_2020.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

SALVADOR (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim Epidemiológico 16**, Salvador, 18 jul. 2020. Salvador: SMS, 2020c. Disponível em: http://www.saude.salvador.ba.gov.br/covid/wp-content/uploads/sites/27/2020/07/BOLETIM_N_16_2020_SMS_DVIS_CIEVS-SSA_COVID19.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

SALVADOR (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim Epidemiológico 24**, Salvador, 03 out. 2020. Salvador: SMS, 2020d. Disponível em: http://www.cievs.saude.salvador.ba.gov.br/download/boletim-24_2020-sms-cievs-ssa-covid-19/?wpdmdl=3287&refresh=6040824b327c41614840395. Acesso em: 04 mar. 2021.

SALVADOR (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim Epidemiológico 27**, Salvador, 31 out. 2020. Salvador: SMS, 2020e. Disponível em:

http://www.cievs.saude.salvador.ba.gov.br/download/boletim-27_2020-sms-cievs-ssa-covid-19/?wpdmdl=3306&refresh=6040849788d3c1614840983. Acesso em: 04 mar. 2021.

SALVADOR (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim Epidemiológico 31**, Salvador, 28 nov. 2020. Salvador: SMS, 2020f. Disponível em: http://www.cievs.saude.salvador.ba.gov.br/download/boletim-31_2020-sms-cievs-ssa-covid-19/?wpdmdl=3327&refresh=6040879234aea1614841746. Acesso em: 04 mar. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - Cebrap**, [S. l.], n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SANTOS, Jorge Francisco da; MOTA, Renan dos. **Estudo sobre o aproveitamento de água da fonte do dendê no bairro de Jardim Itacaranha, em Salvador - BA**. 2017. 44 f. TCC (Graduação) – Curso de Técnico em Saneamento, Departamento Acadêmico de Construção Civil, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador, Salvador, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Richard. **Maioria Minorizada**: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., Salvador, 2006. (comunicação oral). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. Família e jovens: no horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 11, p. 99-109, 1999.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 15, p. 11-28, 2004b. Disponível em: [scielo.br/j/pusp/a/N8jxmySj8PqRZp6ZnJz7Cwd/?lang=pt&format=pdf](https://www.scielo.br/j/pusp/a/N8jxmySj8PqRZp6ZnJz7Cwd/?lang=pt&format=pdf). Acesso em: 7 jun. 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. Algumas questões sobre famílias e políticas sociais. *In*: JACQUET, Christine; COSTA, Livia Fialho (Orgs.). **Família em mudanças**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004a. p. 193-213.

SARTI, Cynthia Andersen. Famílias enredadas. *In*: ACOSTA, Ana Rojas. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-35.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO - SEDUR (Bahia). **VLT do Subúrbio** - Veículo Leve Sobre Trilhos. Salvador: SEDUR, 2018.

Disponível em:

<http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/Anexo4ApendiceAVLTTomoIEstudoSocioeconomico.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS – SEINFRA (Salvador). **Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado de Salvador**. Salvador: SEINFRA, 2020. Disponível em:

<http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/images/produto-parcial-b2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SERPA, Angelo. A Paisagem Periférica. *In*: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 161-179. Disponível em:

http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Apaisagemperiferica.pdf. Acesso em: 08 maio 2020.

SILVA, Ester Nunes Praça da. **Desafios e estratégias educativas de mulheres-mães de camada popular urbana: um olhar sobre a experiência do Programa Bolsa Família (PBF)**. 2018. 183 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/854>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SILVA, Everlane Suane de Araújo da; PAES, Neir Antunes; SILVA, Cesar Cavalcanti da. Efeitos dos programas governamentais e da fecundidade sobre a mortalidade infantil do semiárido brasileiro. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 42, n. 116, p. 138-147, jan. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CdfQ3B5Ksjcz45Ct9xCYbwL/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, Maria Madalena Lima silva. **A contribuição dos tios e tias na vida dos sobrinhos em uma escola pública de um bairro da periferia de Salvador - Ba**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

SILVEIRA, Paloma; MCCALLUM, Cecilia; MENEZES, Greice. Experiências de abortos provocados em clínicas privadas no Nordeste brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 1-10, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/ssMwCW6vTZJ5y7Pb8ZPLCdz/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. “Territorialização” e pobreza em Salvador-Ba. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 4, p. 17-30, dez. 2006. Disponível em: www.contatosociologico.crh.ufba.br/site_artigos_pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Geografias: artigos científicos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 5, p. 83-96, jun.

2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/download/13265/10497/35330>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SOBRAL, Cristiane. “Não vou mais lavar os pratos”. *In*: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (Orgs.). **Cadernos Negros 23**: poemas afro-brasileiros. São Paulo: Quilombo hoje, 2000. p. 20.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 71, p. 9-25, 2002. Quadrimestral.

TEIXEIRA, Elenaldo. Participação, controle social e políticas públicas. *In*: CÔRTEZ, Clelia Néri; ARAÚJO, Maria do Carmo; TARQUI, Jorge Zegarra (Orgs.). **Família, relações socioculturais e políticas públicas**. Salvador: UCSAL/CEPEX, 2005. p. 33-43.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe**: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Mulheres, 2009.

TOLEDO, Leslie Campaner de *et al.* (Org.). **Manual para o uso não sexista da linguagem**: O que bem se diz bem se entende. 3. ed. Rio Grande do Sul: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

VALADARES, Maria Goreth Macedo. **Os seus, os meus, os nossos**: as famílias mosaico e seus efeitos jurídicos. **Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM**, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/597/Os+meus,+os+seus+e+os+nossos:+As+fam%c3%adilias+mosaico+e+seus+efeitos+jur%c3%addicos>. Acesso em: 07 ago. 2020.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: Duo Design, 2009. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/direitos_reprodutivos3%20%281%29.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VITALE, Maria Amalia Faller. Famílias monoparentais: indagações. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 71, p. 45-62, jul. 2002. Quadrimestral. Especial Famílias.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 535-549, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

YUNES, Maria Angela Mattar; MENDES, Narjara Fernandes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, Esp., p. 24-31, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/LNQDsgQLH3XLtPsxHnmnpFw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2020.

ZAGO, Luís Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 127, p. 109-124, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/kr/v54n127/n127a06.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

APÊNDICE 1 – TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA

Salvador, 25 de outubro de 2016

Ilma. Senhora Maria Madalena Lima Silva

Núcleo Regional de Educação 26 – Colégio Estadual Clériston Andrade

Venho através deste, solicitar o consentimento de Vossa Senhoria para a realização de uma pesquisa de campo no Colégio Estadual Clériston Andrade, Rua Rio Sergimirim, s/n – Itacaranha, CEP 4071-296, Salvador- Ba, indicado por integrar o quadro de instituições escolares para o ensino público regular, dedicando-se aos níveis fundamental e médio, contemplando cerca de dois mil (dois mil) estudantes distribuídos nos três turnos.

Trata-se de um estudo cujo título é **“Filho (é) da Mãe (?): Famílias monoparentais femininas no contexto de uma escola pública em Salvador-Ba”**, que tem como objetivo geral analisar, a partir das histórias de vida de mulheres-mães em situação de monoparentalidade, como se estabelece a relação família-escola, via condicionalidades impostas pelo PBF, no contexto de uma escola pública num território de vulnerabilidades. Os objetivos específicos são: 1- Identificar as famílias monoparentais femininas no turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade. 2- Investigar as concepções de família das mulheres-mães em situação de monoparentalidade. 3- Investigar como o PBF, via condicionalidades, contribui para a formulação de concepções de Educação e escolarização das mulheres-mães. 4- Investigar as percepções das mulheres-mães acerca da escola e do território onde vivem.

A pesquisa será realizada por mim, Francismare Oliveira de Amorim, como requisito para o desenvolvimento parcial de investigação no Curso de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea sob a orientação da Professora Doutora Gilca Oliveira Carrera. Os dados serão obtidos a partir de questionário aplicado aos/às estudantes matriculados(as) regularmente e frequentadores (as) do ensino fundamental do turno vespertino na referida Unidade Escolar, bem como roteiro de entrevista e questionário aplicados às mães dos/das estudantes que atenderem aos critérios estabelecidos pela pesquisa. É esperado que os resultados deste estudo contribuam para a produção de resultados científico-acadêmicos em formato de dissertação e artigos. Estender-se-á os benefícios sociais a partir da difusão de conhecimento procedente da pesquisa através de divulgação de dados rigorosamente confidenciais e reservados por codificação alfanuméricas.

Serão priorizadas as contribuições mais específicas para uma análise que nos possibilite entender, haja vista a proximidade da relação família-território com a escola, como o termo família desliza para o termo mulher-mãe Nossa perspectiva é trazer elementos pouco estudados na forma como o Programam Bolsa-Família (PBF), via condicionalidade atrelada à educação, perpassa territórios de vulnerabilidade e a relação família-escola. Deste modo, a adoção dessas posturas poderá diminuir impactos e danos possíveis considerado a inclusão em estudos

aleatórios, garantindo voluntariedade e livre consentimento. Vale ainda ressaltar que, caso seja detectado qualquer desistência e informado à pesquisadora, esta assumirá a responsabilidade de interromper e excluir dados individuais ou familiares e também acompanhar e dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

Dentre os riscos e os danos prováveis, não se enquadram os físicos e econômicos, mas psicológicos e sociais. Pela acessibilidade e número de visitas não haverá estabelecimento de relações que não sejam formais e estejam consubstanciados por conduta coletiva e em espaço público entre a pesquisadora e participantes voluntárias (concordantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, proposto, lido e assinado nos primeiros momentos de pesquisa e em contato direto com a pesquisadora responsável por este projeto de investigação em nível de mestrado). A probabilidade de desconforto ocasionado pela aplicação do roteiro de perguntas poderá ser acompanhado por abordagem psicológica, já inserido em rotinas de visitas, acompanhamentos e investigações. Esta pesquisa não acarretará ônus à instituição cedente.

Em atendimento à Resolução 466/12 do Conselho de Saúde, este projeto será submetido à apreciação do CEP e os resultados obtidos serão utilizados para fins científicos, sendo resguardados o sigilo das informações e a confidencialidade dos dados. A pesquisadora Francismare Oliveira de Amorim se compromete a prestar os esclarecimentos necessários assim como encaminhar, após a conclusão do estudo, cópia do relatório final da pesquisa e de se colocarem para a apresentação oral, se necessário.

Atenciosamente,

FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM
Tel. (71) 98274-1525
E-mail: francys.amorim@yahoo.com

GILCA OLIVEIRA CARRERA
Tel.:
E-mail: gilcacarrera@gmail.com

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

COLÉGIO ESTADUAL CLÉRISTON ANDRADE

PESQUISA DE PERFIL SOCIOEDUCACIONAL

Este questionário tem o objetivo de conhecê-lo melhor para oferecer-lhe uma escola com melhor qualidade.

Seu nome completo _____

Sua série/turma _____ Sua idade _____ Sexo _____

Seu Turno ()Mat ()Ves ()Not

1 Quantas pessoas moram com você? _____ 2 Você reside com ()só ()mãe ()pai ()irmãos ()avó ()avô ()tia/tio ()Outros, especificar _____

3 Você tem algum problema de saúde? ()não ()sim, qual? _____
Toma medicamentos? () não () sim, quais? _____

4 Você faz normalmente as três refeições diárias? ()sim ()não

5 Que tipo de merenda você gostaria que fosse servido na Escola?

6 Quais projetos você gostaria de participar na Escola? _____

7 Você trabalha? () não ()sim, onde? _____

8 Você tem uma rotina de estudos em casa? ()sim () não

9 Você gostaria de permanecer na escola o dia inteiro? ()sim ()não () só duas vezes na semana

10 Você pensa em fazer algum estágio este ano? ()sim () não

11 Você gostaria de mudar de turno na escola? () não () sim, para qual? _____

12 Na sua opinião, seu responsável poderia participar de reuniões na Escola ()qualquer dia Horário? _____

()Nunca ()Apenas em dia de _____ às _____ horas ()Outras informações _____

13 Você gostaria de ser Monitor na Escola? () não ()Sim, o que gostaria de fazer? _____

14 Você gosta de sua Escola? ()sim () não

15 Você tem dificuldades em fazer amizades na Escola? ()sim () não Gostaria de alguma ajuda neste sentido? _____

16 Você tem alguma dificuldade em alguma disciplina? () não ()sim, quais? _____

Outras informações e/ou críticas e sugestões (pode usar o verso desta folha)

Agradecemos a sua colaboração para juntos fazermos a Escola que queremos!

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Filho (É) Da Mãe (?): Famílias monoparentais femininas no contexto de uma escola pública em Salvador-Ba

Pesquisador: FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 40090420.7.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.480.277

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativa, exploratória, que pretende investigar o lugar que a mulher, mãe, moradora da periferia urbana ocupa na escola, na perspectiva de problematizar a monoparentalidade feminina em famílias pobres. As participantes desta pesquisa serão mulheres-mães, de famílias monoparentais, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), cujos filhos estudam no turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA). As mães serão identificadas por acessibilidade ou conveniência, a partir de um questionário que foi aplicado aos/às estudantes no início do ano letivo para conhecer melhor o perfil do corpo discente. As participantes serão acessadas via contato telefônico, obtido com a secretaria do colégio e convidadas participarem da pesquisa. Espera-se com a pesquisa “subsidiar o desenvolvimento de ações que contribuam para melhoria da relação entre a família, ter maior compreensão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres-mães que são as principais responsáveis pela educação e cuidado de seus filhos e filhas”.

Objetivo da Pesquisa:

4.1. Objetivo geral:

” Analisar como se estabelece a relação família-escola, via condicionalidades impostas pelo PBF, no contexto de uma escola pública num território de vulnerabilidades. “

4.2 Objetivos Específicos:

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.480.277

Não há nas informações básicas postadas na plataforma objetivos específicos, , porém há no projeto anexado. São eles:

- Identificar as particularidades das famílias monoparentais femininas inscritas no turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade;
- Analisar como o PBF, através das suas condicionalidades, contribui para a formulação de concepções de Educação e escolarização das mulheres mães dos/das estudantes do turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade;
- Investigar as percepções das mulheres-mães dos/das estudantes do turno vespertino do Colégio Estadual Clériston Andrade, acerca da escola e do território onde vivem e estudam o(s)/a(s) seu(s)/sua(s) filho(s)/filha(s).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Caso haja desconforto com a entrevista, a pesquisadora se compromete a suspender a entrevista e encaminhar a participante para atendimento psicológico sem ônus financeiro para a participante

Benefícios: “ampliação dos estudos acerca das famílias monoparentais femininas, contribuindo para entender aspectos relacionados à essa configuração familiar diante de outras presentes na sociedade contemporânea”, “subsidiar o desenvolvimento de ações que contribuam para melhoria da relação entre a família e a escola”, “maior compreensão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres-mães que são as principais responsáveis pela educação e cuidado de seus filhos e filhas”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem uma proposta atual e relevante, o projeto é exequível.

Importante sinalizar que a pesquisadora ao afirmar no projeto que o questionário entregue a estudantes no início do ano letivo para que respondessem, e a escola pudesse conhecer o perfil dos discentes, foi usado para identificar as famílias monoparentais e suas mulheres-mães participantes do estudo, e delimitasse a amostragem por acessibilidade e conveniência, ou seja “funcionou como estratégia para identificação do universo desta pesquisa”, demonstra que já iniciou a pesquisa sem a autorização do comitê de ética, visto que esse levantamento inicial feito a partir do questionário faz parte da metodologia do estudo proposto.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.480.277

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão adequados.

Recomendações:

Sugiro retirar do projeto apresentado a folha com nomes de pessoas que irão compor a banca examinadora, pois esta informação não deve estar no projeto

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator e considera o projeto aprovado, ao tempo em que alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1653696.pdf	18/12/2020 21:01:30		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	CARTA_RESPOSTA.docx	18/12/2020 21:00:44	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_PARA_UTILIZACAO_DE_IMAGEM_PARA_FINS_DE_PESQUISA.pdf	18/12/2020 20:21:06	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	18/12/2020 20:19:33	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_REVISADO.pdf	18/12/2020 20:18:11	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	10/11/2020 23:08:11	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	10/11/2020 23:06:48	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_DE_PESQUISA_CEC A.pdf	04/11/2020 19:30:37	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 4.480.277

Outros	QUESTIONARIO_DE_PESQUISA_SOCIOECONOMICOCULTURAL.pdf	04/11/2020 19:06:04	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECONFIDENCIALIDADE.pdf	04/11/2020 18:40:41	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTEANUENCIA.pdf	04/11/2020 18:38:34	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMOANUENCIA.pdf	04/11/2020 18:22:49	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Outros	TERMOPSILOGA.pdf	04/11/2020 14:41:39	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	04/11/2020 14:19:46	FRANCISMARE OLIVEIRA DE AMORIM	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 22 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Eliana Sales Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br